

**JOSÉ ANTONIO MARTINUZZO
MARCELA TESSAROLO
(ORGANIZADORES)**

COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES

**AS PESQUISAS INAUGURAIS DO PRIMEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO**

**ARIANE BARBOSA | CAROLINE KOBİ DE CASTRO |
CAROLINE VENTURA | DANIELA ZANETTI | HELENA JACOBEM |
HENRIQUE MASCARENHAS ANDREÃO | ISABELLA ALTOÉ |
ISRAEL MAGIONI ZUQUI | KAROL SIQUEIRA | KRYSOFER CIPRIANO |
LAIS ROCIO | LORRAINE PAIXÃO | LUANA PESSOA D'ANGELO |
MARIANA DOS ANJOS CARVALHO | MARIANA FREITAS SALOMÃO |
NELI BARRETO SILVA | NUBIA NASCIMENTO | RENATA ANDRADE |
THAIS COSTA BAPTISTA | VINICIUS NERY |
WAGNER PIASSAROLI MANTOVANELI**

Universidade Federal do Espírito Santo

Centro de Artes Departamento de Comunicação Social

Reitor

Reinaldo Centoducatte

Vice-Reitora

Ethel Leonor Noia Maciel

Diretor do Centro de Artes

Prof. Dr. Paulo Vargas

Vice-diretora do Centro de Artes

Profa. Dra. Larissa Fabricio Zanin

Chefe do Departamento de Comunicação Social

Professor Ms. Cléber José Carminati

Coordenador do Póscom

Professor Dr. Fábio Malini

Vice-coordenadora do Póscom

Professora Dra. Daniela Zanetti

Organização

José Antonio Martinuzzo

Marcela Tessarolo

Revisão

José Antonio Martinuzzo

Marcela Tessarolo

Wagner Piassaroli Mantovaneli

Realização

Projeto Comunicação Capixaba (CoCa)

Apoio

ArcelorMittal

Projeto Gráfico

Jade Drummond

Editoração

Jade Drummond

Impressão

Grafitusa

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C741 Comunicação e territorialidades : as pesquisas inaugurais do primeiro Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Espírito Santo / José Antonio Martinuzzo, Marcela Tessarolo (orgs.) ; Ariane Barbosa ... [et al.]. - Vitória, ES : Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Comunicação Social, 2016.
243 p. : il. ; 21 cm

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-69602-01-9

1. Comunicação. 2. Pós-graduação. I. Martinuzzo, José Antonio, 1970-. II. Tessarolo, Marcela, 1976-. III. Barbosa, Ariane.

CDU: 31677

SUMÁRIO

PRÓLOGO - TERRITORIALIDADE: O QUE É ISSO? (JOSÉ ANTONIO MARTINUZZO)	7
--	----------

INTRODUÇÃO (MARCELA TESSAROLO)	17
---------------------------------------	-----------

PARTE I – AS REPORTAGENS

1 – A JORNADA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES	26
--	-----------

2 – ESTUDO SOBRE UM CAMPO POUCO EXPLORADO: TV UNIVERSITÁRIA	38
--	-----------

3 – UMA PONTE, MUITOS SÍMBOLOS	62
---------------------------------------	-----------

4 - AFROSAMURAI: TERRITORIALIDADE E A REPRESENTAÇÃO DO HOMEM NEGRO NA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL	84
---	-----------

5 – O GIGANTE ACORDOU	100
------------------------------	------------

6 – DE ONDE VEM A VOZ DO POVO (OU DE DEUS)?	114
--	------------

7 – O BONDE PASSOU, A NOVINHA OBSERVOU	134
---	------------

8 – DAS RUAS PARA A UNIVERSIDADE	154
---	------------

9 - Os ESPAÇOS IMPORTAM 172

**10 - REDE GLOBO, SOCIEDADE DE
CONTROLE E PERSUASÃO** 180

PARTE II – RELATOS DE EXPERIÊNCIA

**11 - IMPLANTANDO UM MESTRADO,
INICIANDO UM NOVO PERCURSO** 216
(DANIELA ZANETTI)

12 - Um ENCONTRO COM MORIN 230
(WAGNER PIASSAROLI MANTOVANELI)

PRÓLOGO

TERRITORIALIDADE: O QUE É ISSO?

PROF. DR. JOSÉ ANTONIO MARTINUZZO

Ato contínuo à apresentação ou ao contato com informações quaisquer acerca do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades (Póscom), implantado em 2013, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), vem logo a dúvida, quase que generalizada: mas o que é territorialidade?

Assim, neste início de leitura de um livro-reportagem dedicado às primeiras pesquisas desenvolvidas pelo Póscom, vamos tentar jogar um pouco de luz nesse conceito, que está no centro de nossos desafios científicos em seu diálogo com a comunicação, inclusive para ampliar a sua significação.

A palavra causa estranheza, a despeito de fazer surgir lampejos de compreensão no sujeito tomado pela intriga, sempre inspirado pelo desconhecido. Tais *insights* reticentes advêm do fato de que território é termo pra lá de conhecido. Mas, logo vem a insegurança de arriscar dizer, escrever ou explicar a tal da territorialidade, por ser este termo uma variante quase que desconhecida.

Muitos se perguntam se se trata de um mestrado em Geografia, a partir da articulação mais espontânea ou automática entre territorialidade e território, matéria reconhecidamente afeta aos geógrafos.

Enfim, imagino que a primeira questão que se coloca ao primeiro Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social no Espírito Santo seja compartilhar com a comunidade e os interessados em aqui pesquisar o que significa a sua área de concentração, ou seja, o seu grande foco de pesquisas.

Nesse caminho, primeiramente é preciso dizer que se trata de uma intercessão entre dois campos, o da comunicação e o das territorialidades. E com isso esclarecer que se trata de estudar comunicação, mas na especificidade de suas relações

com as territorialidades. Mas isso significa reduzir o campo de estudo da comunicação? Antes de responder, entendamos o que é territorialidade.

Como o objetivo deste livro é buscar criar laços e pontes entre a Academia e a comunidade, aqui não vamos lançar mão de longas citações de naturalistas, geógrafos, sociólogos, antropólogos, personagens do mundo científico que trouxeram até aqui as discussões e as conceituações sobre territorialidades^[1]. A partir deles, vamos, segundo minhas leituras e pesquisas, tentar traduzir o que são as territorialidades e depois suas mais evidentes conexões com a comunicação.

Primeiramente, vamos tentar explicar as territorialidades pela composição do nome. O sufixo “dade”, apostado a um adjetivo – no caso, territorial + dade –, forma um substantivo que indica situação, condição, estado. Assim, territorialidade remete à experiência, circunstância, organização, vivência do território, que é, em linhas gerais, a porção do espaço apropriada, utilizada, vivida por todos nós.

Nesse sentido, as territorialidades se constituem em função da vida vivida em territórios. Ou seja, a territorialidade é a experiência do território, que produz, renova, modifica, mantém, enfim, que engendra o lugar da existência humana, produzindo-a ao mesmo tempo.

A territorialidade é a vida organizada num dado território, experiência que é dinâmica e permanentemente atualizada pelos movimentos sociais, econômicos, políticos e culturais.

É a vida inscrita no chão da história em todos os seus as-

[1]. Para quem quiser saber mais, dicas essenciais de leitura são: Claude Raffestin, em *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993; Marcos Aurelio Saquet, em *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015; e Milton Santos, em *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

pectos – é a civilização ou a cultura aplicada, recortada aos territórios diversos e múltiplos que o homem vem inventando desde os princípios, num movimento que pra sempre o acompanhará na arte de existir.

E aqui as territorialidades se cruzam dramaticamente com a comunicação, pois não há vida, ou território, que se institua sem as mediações dos processos comunicacionais, seja para estabelecer as hegemonias fundantes de uma comunidade (poder) – um bairro, uma associação, uma cidade, um Estado, um país, um continente, um planeta –, seja para tecer o dia a dia das relações humanas e suas idiossincrasias cotidianas (práticas).

Assim dizendo, parece que as territorialidades dizem respeito a territórios geográficos, porções de terra demarcadas por leis, fronteiras, costumes, muros etc. São sim, mas não apenas. E aqui reside, a meu ver, um dos maiores desafios do nosso Programa de Pós-Graduação: entender as dinâmicas territoriais da atualidade capitalisticamente global e informacional, que ultrapassam os limites do geográfico físico-material e chegam a múltiplas formas de pertencimento que se constituem por vínculos comunicacionais (mídias, comunidades de interesse, redes, narrativas etc.), incluindo o ciberespaço.

Nesse sentido, é preciso dizer que mesmo os territórios em seu sentido mais estrito, ou seja, de porção de terra demarcada pela diferença com relação a um outro que está do outro lado, estão sendo convulsionados pela lógica da globalização e dos seus ditames e efeitos – são os fenômenos já citados e bem decantados para os estudiosos das “multiterritorialidades”, das “transterritorialidades”, das “desterritorializações”, das “reterritorializações”, etc.

Considero também um desafio do nosso Programa me-

taforizar o conceito tradicional de território e aplicá-lo a outros espaços, como a memória, o corpo, a narrativa, observando essas paisagens como lugares de demarcação de territórios concernentes a experiências vitais e, por isso mesmo, ambiências de territorialidades, vivências específicas.

Mas voltemos ao antepenúltimo parágrafo, quando indicamos a ocorrência dos territórios informacionais, isso porque aqui a comunicação faz mais do que participar da produção de territórios e da articulação das territorialidades; ela mesmo se torna o suporte destes, a paisagem, o espaço onde eles se produzem.

Falando da experiência midiaticizada da vida, fundada na sociabilidade conectada e mobilizada por fluxos comunicacionais, o que inclui a internet, mas também todas as demais mídias off-line, compondo a superfície a partir da qual retiramos as nossas referências de realidade, podemos conceituar infoterritórios e infoterritorialidades.

Aqui a paisagem onde se insere a vida (território e territorialidade) é composta por narrativas e trocas comunicacionais instauradoras de comunidades de sentido, coletivos de imaginários peculiares, redes de ideias e opiniões, pertencimentos intelectivos etc., conformando territórios e territorialidades simbólicas, mas, nem por isso, menos concretas e articuladoras de uma peculiar existência material e sensível nos tempos hodiernos.

Entendemos infoterritório como uma extensão simbólico-cognitiva constituída comunicacionalmente nos limites das interfaces midiaticizadas viabilizadas por intermédio de redes de mídias on e off-line e conteúdos informacionais por elas e/ou nelas produzidos, distribuídos e compartilhados.

As infoterritorialidades, geradores e mobilizadores dos

infoterritórios, concretizam-se por meios de acessos, produção e compartilhamentos daquilo que nos afeta simbolicamente no âmbito informacional, conformando uma extensão significativa de alianças e pertencimentos socioeconômicos e político-culturais mediados.

Esses infoterritórios/infoterritorialidades são demarcados pelo alcance dos compartilhamentos e conexões nas redes digitais participativas e/ou pelas mentalidades (afetiva, cognitiva, volitiva) fixadas pelo acesso a conteúdos comunicacionais comuns, criando-se uma dimensão simbólica específica, imersiva e significativa para um conjunto de indivíduos, que experimentam/produzem uma territorialidade idiossincrática no espaço informacional.

Se contemporaneamente vivemos a radicalidade da mediação e por isso nos arriscamos a falar de infoterritórios/infoterritorialidades, é preciso dizer com toda clareza que nenhum território ou territorialidade jamais se fez sem o recurso da informação e da sua circulação orientada, significada e significativa, a comunicação.

A proposição desses conceitos quer salientar apenas o lugar central da informação/comunicação hoje, constituindo mesmo um modo peculiar de subjetividade/sociabilidade/territorialidade.

Como acabamos de salientar, fazemos esse apontamento não porque a intercessão entre territorialidades e informação/comunicação seja uma novidade hodierna, mas porque estas assumem um protagonismo inaudito na tessitura da história, seja pelo extraordinário avanço técnico, seja por sua articulação íntima ao modo de produção hegemônico, o que também explica o espanto tecnológico atual.

Mas avancemos um pouco mais. Dadas as marcas da vida midiaticizada atual, tendo a internet posição decisiva na tessitura cotidiana, seja por suas conexões, seja por seus conteúdos, fundamentalmente circulantes via redes sociais digitais^[2], é preciso um olhar atento ao ciberespaço, para nele enxergar territórios e territorialidades.

Aqui se pode falar de ciberterritórios e ciberterritorialidades, afetos à vivência articulada no ciberespaço, uma ambiência surgida da interconexão computacional mundial, numa rede de relações interpessoais mobilizadas pela comunicação digital.

Esses ambientes digitais são espaços do que o professor Muniz Sodré^[3] define como vivência áptica. Por meio de *softwares*, aplicativos e plataformas digitais interativas e participativas, constitui-se uma experiência sensorial auditiva, perceptiva e tátil – uma vivência não completa, áptica, vicária, mas ainda assim um modo peculiar de se exercitar múltiplos sentidos – ou de viver.

Daí propormos aqui que também nomear os ciberterritórios como territórios ápticos, e também as ciberterritorialidades como territorialidades ápticas. Esses conceitos estão relacionados às experiências humanas suportadas comunicacionalmente no ciberespaço, inscrevendo territórios e territorialidades na teia das redes digitais, bordejadas pelos limites das conexões informáticas e das trocas dialógicas, a partir dos mais diversos interesses.

[2]. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada em 2016, mais da metade dos domicílios brasileiros passou a ter acesso à internet em 2014. Os dados mostram naquele ano, 36,8 milhões de casas estavam conectadas, o que representa 54,9% do total. Em 2013, esse índice era de 48%. O IBGE indicou ainda que a quantidade de internautas chegou a 54,4% das pessoas com mais de 10 anos em 2014. São 95,4 milhões de brasileiros com acesso à internet. Cf.: www.ibge.gov.br. Acesso 07 abril 2016.

[3]. Cf.: Antropológica do Espelho, Ed. Vozes, 2002.

Aos territórios geográficos articulados, no seu conjunto ou em algum aspecto, aos infoterritórios e/ou aos ciberterritórios, denominamos de territórios midiaticizados. Trata-se de amálgama de territorialidades, nos quais as vivências atadas às superfícies físicas se conjugam à experiência conectada ao tecido narrativo-comunicacional para criar um *continuum* territorial específico, o midiaticizado, misto do geográfico-territorial com o comunicacional.

Antes de caminhar para o fim, é importante salientar que novidades técnicas não implicam, por si só, novidades automáticas no *modus vivendi* humano. Fazer supor que, diante de mesmerizantes formas tecnológicas de relacionamento intersubjetivo, teremos uma nova humanidade, do ponto de vista ético-político, é uma tentativa de enganação, fraude ou ingenuidade. O que se tem de pronto são apenas novas territorialidades a investigar.

Enfim, mesmo abrindo concessões a certas abstrações conceituais, esperamos ter feito uma apresentação assertiva e clara do que sejam as territorialidades. De toda sorte, a tradução de conceitos vai sempre esbarrar no fato de que na origem de um conceito está uma abstração do concreto e que, por isso mesmo, estes são um convite ao pensamento livre e à inspiração para que, com um conjunto de palavras – nosso recurso limitado para dizer da vida –, possamos tentar entender as tramas que sustentam a existência.

Num último esforço, resta dizer: vive-se em um lugar; a existência requer um território, que não é dado, mas construído. O movimento histórico e humano de produzir um lugar para viver (o território) implica as territorialidades, que são, por assim dizer, a alma, o espírito do corpo material territorial, dando-lhe

movimento, direção, o sopro vital da existência.

Territorialidade é, pois, a organização da vida concernente ao território, em quaisquer suportes/ambientes/paisagens aos quais se façam menções (físico-material, informacional, midiático, etc., e suas recursividades), tendo a comunicação como ponto central de sua ocorrência.

E aqui respondemos a pergunta feita lá atrás: a conexão entre comunicação e territorialidades restringe o campo de pesquisa, ou seja, os fenômenos a serem observados na esfera comunicacional? A resposta é um sonoro não, posto que se trata de estudar os modos de organização da existência e da realidade, e vice-versa, que só são possíveis via intercâmbio de informações pela comunicação.

INTRODUÇÃO

**CONSTRUINDO
CONHECIMENTO E
MEMÓRIA**

MARCELA TESSAROLO

Vinte alunos de cursos de graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (19 de Comunicação Social e 1 de Arquivologia) aceitaram o desafio proposto pelo professor doutor José Antonio Martinuzzo, para a disciplina optativa Tópicos Especiais em Jornalismo VI: produzir um livro-reportagem sobre as pesquisas inaugurais do mestrado em Comunicação e Territorialidades, da mesma universidade.

Como orientanda de Martinuzzo na segunda turma do Mestrado em Comunicação e Territorialidades, recebemos o convite com alegria e aceitamos, com muita honra, dividir a tarefa de auxiliá-lo a conduzir a disciplina, cumprido assim o estágio de docência.

Traçamos um caminho para chegar até aqui, o livro pronto para você, leitor, que envolveu aulas teóricas sobre livro-reportagem e narrativas, bate-papo com profissionais do mercado com ampla experiência no assunto e laboratório de produção de texto.

Nessa trajetória de construção de conhecimento, seis profissionais tiveram fundamental importância. Semanalmente, eles dividiram suas experiências com os alunos e os inspiraram a contar histórias, com boa apuração e textos.

O primeiro deles foi o capitão e piloto de helicóptero da Polícia Militar do Espírito Santo Marcelo Hollanda. Embora não seja jornalista, escreveu o livro-reportagem “Anjos Audazes”, contando o trabalho de busca e salvamento das vítimas da enchente de 2013, feito pela equipe do Núcleo de Operações e Transporte Aéreo. Ele falou aos alunos sobre o processo de produção do livro e como foi tomado pelo desejo de escrever sobre tudo que havia vivido, inundado de emoções com a memória da tragédia.

A conversa rendeu um exercício de texto, que revelou os estilos de escrita de cada um, os pontos fortes e os com necessidade de aprimoramento. Cada estudante recebeu uma análise individual que apontava caminhos e sugestões. O laboratório de texto também rendeu conversa em sala de aula com dicas de melhorias.

Depois foi a vez do jornalista e atual sub-secretário de Estado da Cultura, José Roberto Santos Neves, falar para a turma sobre os quatro livros-reportagens que escreveu até agora. A biografia ou perfil^[1] “Maysa”, a antologia “A MPB de Conversa em Conversa”, o livro-reportagem história “Rockrise: a história de uma geração que fez barulho no Espírito Santo” e o ensaio “Crônicas Musicais e Recortes de Jornal”.

Ambos os convidados falaram sobre as técnicas de reportagem utilizadas para a feitura dos livros. Então, por que não ouvir jornalistas que atuam diariamente em redação de jornal? Para isso, convidamos a editora executiva do jornal A Gazeta, Elaine Silva, e o jovem repórter também de A Gazeta, Patrik Camporez Mação. Elaine tem ampla experiência em gerenciamento de equipes e conteúdo. Já Patrik vem se destacando pelas reportagens especiais produzidas, tendo ganhado o Prêmio Fines de Jornalismo, em 2015, na categoria Jornalismo Impresso; além do Grande Prêmio Rubem Braga de Jornalismo, destinado a melhor reportagem entre todas as categorias do Prêmio Fines de Jornalismo, com a reportagem “Agrotóxico deixa rastro de intoxicação e mortes”.

Também em 2015 e com a mesma reportagem, Patrik foi finalista da 60ª edição do Prêmio Exxon Mobil 2015, antigo Prê-

[1]. Os tipos de livros-reportagem aqui descritos são categorizados de acordo com Lima (2004). Cf: LIMA, Edvaldo Pereira. Páginas ampliadas. São Paulo: Manole, 2004.

mio Esso, na categoria nacional de Informação Científica, Tecnológica ou Ambiental. Trata-se da maior premiação de jornalismo do Brasil. Pouco depois da conversa com a turma, e com a mesma reportagem, Patrik foi campeão do Prêmio Petrobrás de Jornalismo 2015, na regional Rio de Janeiro - Espírito Santo. Elaine e Patrik contaram os bastidores da produção das reportagens e a organização de uma redação de jornal.

Na semana seguinte, partimos para o jornalismo literário. O professor doutor, cronista, poeta e romancista José Irmo Gonring, que ajudou a formar gerações de jornalistas no Espírito Santo, deu dicas de leituras de reportagens de jornalistas e grandes autores que podem servir de modelo para guiar os passos dos estudantes. José Irmo tem várias obras premiadas e entre seus livros estão “Garimpo de Estrelas”, “O Cerco ao Boi e a Rã de Fogo” e “A Água dos Dias e o Curso do Rio”.

Também nessa linha de jornalismo literário, a jornalista e cronista Ana Laura Nahas fechou o ciclo de conversas com profissionais do mercado falando sobre os tipos de narrativas que sempre permearam a sua vida. Autora de dois livros de crônicas, “Quase um segundo” e “Todo sentimento”, Ana também deu dicas valiosas para os alunos.

Em todos os profissionais, o brilho nos olhos, o desejo de fazer o melhor, a observação, a curiosidade e a disposição para o aprendizado estavam sempre presentes. Assim, se destacam e são exuberantes em suas carreiras. Nas aulas em que recebemos os convidados, estudantes atentos, interessados, que faziam perguntas pertinentes, sempre com muita vontade de aprender.

E essa energia dos alunos gerou o livro-reportagem sobre as pesquisas inaugurais do mestrado em Comunicação e Territorialidades. Não se trata de um livro do Programa de Pós-

-Graduação em Comunicação (Póscom), e sim da graduação. Os objetivos são aproximar os estudantes de graduação dos temas das pesquisas desenvolvidas no âmbito do primeiro mestrado em Comunicação do Espírito Santo; tornar públicas as primeiras pesquisas desenvolvidas, numa espécie de prestação de contas à sociedade que financia tais investigações; e produzir memória deste tempo.

O livro faz parte do projeto Comunicação Capixaba (CoCa), desenvolvido pelo professor doutor José Antonio Martinuzzo desde 2004. O projeto já tem oito livros publicados^[2] e tem por objetivo “constituir uma memória da trajetória da comunicação espírito-santense”, como o próprio Martinuzzo narra em uma das publicações da série, “Balzaquiano + 10”.

O presente livro, o nono do projeto CoCa, tem início com o prólogo “Territorialidades: o que é isso?”, do professor doutor José Antonio Martinuzzo. O texto traz o conceito e significados do termo territorialidades, alinhando e aproximando os conhecimentos sobre o assunto com você, leitor, para o pleno entendimento da obra.

Após a presente introdução, a obra é dividida em duas partes. A primeira delas traz 10 capítulos. O número um resgata a história da implantação do Póscom. As outras nove seções são dedicadas às pesquisas desenvolvidas pela primeira turma do Programa, dispostos em ordem alfabética pelo nome dos nove primeiros mestres do Póscom. Eles defenderam ou agendaram a defesa da dissertação até a edição do presente livro. Vale ressaltar que cada capítulo traz uma reportagem sobre o tema da dissertação, além do resumo e conclusão oficiais.

Assim, o capítulo dois traz reportagem sobre a disserta-

[2]. Cf: www.comunicacaocapixaba.com.br.

ção “As TVs Universitárias no contexto das indústrias culturais e midiáticas: o desafio conceitual e a busca de um modelo”, de Ana Paula Vieira. Em seguida, o capítulo três traz matéria sobre a pesquisa “Ponte da Passagem: por significações”, de Danielly Campos. A seção quatro é dedicada à dissertação “Afrosamurai: uma análise sobre a representação de um herói e protagonista negro na narrativa transnacional do Anime”, de Edson Alves Rangel.

Na sequência, o capítulo cinco traz reportagem sobre a pesquisa “UM OUTRO JUNHO: o movimento #NãoVaiTerCopa, o diálogo no Twitter e as controvérsias sobre a Copa do Mundo de 2014”, de Jean Maicon Rickes Medeiros. A seção seis é sobre a dissertação “A comunicação dos movimentos sociais como meio de empoderamento para a cidadania”, de Marialina Antolini.

Em seguida, o capítulo sete traz reportagem sobre a dissertação “O bonde passou: videoclipes de funk ostentação e o mercado musical brasileiro na internet”, de Rafaela Belo. A oitava seção é dedicada à pesquisa “Rede social digital e mobilização social – o Facebook nas manifestações de junho de 2013”, de Roberto Teixeira. O capítulo nove traz matéria sobre a dissertação “A cidade rasurada: intervenções gráficas urbanas, imaginação espacial e comunicação urbana”, de Sérgio Rodrigo Ferreira. Fechando a primeira parte do livro, a seção 10 vai tratar do tema da pesquisa “Rede Globo e Territorialidades: controle e sobrevivência sob a ótica do paradigma da complexidade”, de Wagner Piassaroli Mantovaneli.

A segunda parte do livro é dedicada aos relatos de experiência. Assim, o capítulo 11 traz o texto “Implantando um mestrado, iniciando um novo percurso”, da professora doutora

Daniela Zanetti, em que ela conta os desafios de tirar do papel uma pós-graduação, aprovada pela Capes no final de 2013, e implementá-la a todo vapor já no primeiro semestre de 2014. Daniela Zanetti foi a coordenadora do mestrado nos seus dois primeiros anos e contou com José Antonio Martinuzzo na vice-coordenação.

Estamos narrando neste livro as pesquisas inaugurais, mas a história do Póscom está só começando. Duas novas turmas já ingressaram no curso, que em seu terceiro ano está sob coordenação do professor doutor Fábio Malini, tendo Daniela Zanetti como vice-coordenadora.

Finalizando o livro, o capítulo 12, intitulado “Um encontro com Morin”, traz o relato de experiência do primeiro mestre em Comunicação e Territorialidades, Wagner Piassaroli Mantovaneli, aprovado com distinção em novembro de 2015. Ao fecharmos esta edição, saía o resultado da seleção do primeiro mestre do Programa para fazer doutorado em Comunicação na Universidade de Viena, na Áustria.

Antes de concluir, importante ressaltar os nossos agradecimentos ao apoio institucional do Póscom; do Departamento de Comunicação Social; de todos os entrevistados, professores e mestres; e da ArcelorMittal, pelo suporte à edição impressa deste livro e ao seu lançamento à comunidade.

Os desafios de reportar e tornar pública a história da implantação e as pesquisas inaugurais do primeiro programa de pós-graduação em Comunicação no Espírito Santo foram vencidos. Ficam o aprendizado para toda a equipe envolvida no projeto e a memória para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral! Fica também a certeza do dever cumprido. Agora, resta apreciar. Boa leitura!

**PARTE I –
AS REPORTAGENS**

**1 - A JORNADA DA
PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO E TER-
RITORIALIDADES**

NELI BARRETO SILVA

Instituir um Programa de Pós-Graduação em Comunicação, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), era um sonho antigo, partilhado entre os professores do curso de Comunicação Social. Foram várias tentativas de aprovação junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), desde 2005, até o êxito em 2013.

Algumas pessoas que fizeram parte desse processo nos relatam, em entrevistas, o quão difícil foi o caminho para a implantação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação na UFES. A professora doutora Ruth Reis, que fez parte desse processo, resgata a memória dos projetos apresentados.

O primeiro projeto não foi destinado apenas à área de comunicação. Era uma proposta de mestrado interdisciplinar. Intitulado Imagem e Cultura, ainda em 2005, propunha refletir a imagem como mediação das práticas culturais. A proposta oferecia duas linhas de pesquisa. Uma delas era “Imagem, produção e sentidos”, que tinha o objetivo de “aprofundar a reflexão sobre processos de criação e os sentidos produzidos pelas imagens, levando em conta as determinações dos seus dispositivos e modos de interação, percepção e cognição”. A outra linha de pesquisa, “Imagem, mediações e territorialidades”, abarcava as “mediações e as práticas culturais contemporâneas que configuram territorialidades, compreendidas como campos das relações sociais, físicos e/ou virtuais, nas quais intercedem imagens e discursos de diversos domínios do conhecimento”. A proposta não foi aprovada pela Capes.

Em 2007, outro projeto foi apresentado. Com a área de concentração “Comunicação”, destinava-se a desenvolver estudos e pesquisas em comunicação, entendida como “fenômeno

humano constituidor da vida em comum, codeterminada pela cultura e construída por meio de um conjunto de linguagens, práticas e processos moldados por dispositivos midiáticos”. O projeto oferecia duas linhas de pesquisa: “Cultura e linguagem das mídias” propunha “aprofundar a reflexão sobre a dimensão das linguagens nos dispositivos midiáticos, consideradas as subjetividades investidas, os aspectos estéticos, as estratégias de enunciação e as interações produzidas, bem como os processos de significação e sentido que resultam na produção da cultura contemporânea”.

Já a linha de pesquisa “Sociabilidade e Processos Comunicacionais” visava “à compreensão da complexa rede de interações que constitui a vida em comum na contemporaneidade, tendo em vista os processos, produtos e apropriações da comunicação e da experiência midiática nas práticas sociais, econômicas, políticas e culturais”. O projeto também foi negado.

Uma nova tentativa foi feita. “Comunicação Regional” definia sua área de concentração em estudos de “processos e práticas comunicacionais desenvolvidas nos espaços regionais, locais e/ou periféricos”, oferecendo as linhas de pesquisa “Práticas e Processos Comunicacionais Locais” e “Comunicação e Identidades”.

A primeira delas buscava pesquisar “os processos comunicacionais e as práticas midiáticas em territórios específicos, refletindo sobre as transformações da comunicação no espaço local, suas relações com a comunidade, as inovações tecnológicas nesses processos; os desdobramentos das culturais regionais, memória e imaginário social em novos contextos da comunicação. Enfocava ainda as especificidades das linguagens nesses ambientes de práticas e processos comunicacionais locais”.

Já “Comunicação e Identidades” englobava “estudos que contemplavam a questão teórica das identidades na sua relação com a ação, as práticas e os processos comunicacionais. A constituição e conformação das múltiplas identidades (locais/regionais) frente aos fluxos globalizantes da comunicação, dos processos de virtualização do local e dos impactos das linguagens da cibercultura nas culturas regionais”. Enfocava também “as organizações, públicas e privadas, enfatizando as dimensões culturais, discursivas e políticas, e reunindo pesquisas sobre: novas dinâmicas da comunicação nas organizações; inovações tecnológicas nos processos sociais da comunicação nas organizações; políticas públicas de comunicação e gestão estratégica nas organizações locais em cenários regionais frente à questão da transnacionalização das culturas”.

No mesmo ano, o projeto evoluiu para a área de concentração “Comunicação e Territorialidades”, com as linhas de pesquisa “Comunicação, Poder e Territórios” e “Práticas e Processos Comunicacionais nas Territorialidades”. Após ajustes, o projeto foi aprovado pela Capes no final de 2013.

Ruth Reis relatou que “todas as decisões quanto à área de concentração e linhas de pesquisa foram tomadas pelos professores que elaboraram as propostas e aprovadas pelas instâncias superiores da Ufes”. Envolvimento, compromisso e muito trabalho foram os desafios elencados por Reis para garantir o nível do curso. A professora conta que sua participação foi semelhante à de outros professores, exceto no último projeto, pois ela estava em outra atividade na UFES e não integrou o corpo docente. Ingressou depois como colaboradora do programa.

Para Ruth Reis, fazer parte desse projeto foi importante para “ampliar a oferta de pós-graduação local e nacional, ofe-

recer formação em nível de pós-graduação para um público que não tinha acesso a programas em outros Estados, contribuir para o avanço do conhecimento na área de comunicação, contribuir para o aperfeiçoamento de docentes em comunicação e áreas afins”.

O professor doutor Edgard Rebouças lembra que, quando era jornalista na redação de A Tribuna, no início dos anos 1990, “circulou um questionário, elaborado pela professora doutora Cicilia Peruzzo, sobre o interesse em participar de um curso de mestrado na UFES. Todo mundo na redação disse querer”. Na época, Rebouças era da direção do Sindicato dos Jornalistas e ele conta que a entidade deu total apoio à ideia. Ele não sabe como Peruzzo deu continuidade às respostas, mas o sonhado mestrado em Comunicação, no Espírito Santo, só saiu do papel mais de 20 anos depois dessa pesquisa. “Victor Gentilli e Ruth Reis tentaram em outra ocasião, algo mais ligado a Jornalismo, no início dos anos 2000, mas também sem sucesso”, rememora.

Rebouças se uniu aos esforços de se conseguir um mestrado de Comunicação, na UFES, em 2008, quando ainda trabalhava na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). “Lá, eu havia participado do grupo que formalizou o pedido do doutorado, e já era professor do programa desde 2005. Em um evento em Uberlândia sobre TVs e rádios universitárias, encontrei dois professores da UFES – Dalva Ramaldes e Cleber Carminati – que me contaram das dificuldades que estavam enfrentando para a aprovação do mestrado na Capes”, relembra.

Rebouças se ofereceu para ajudar de alguma forma e acabou sendo sondado para voltar para Vitória, “pois uma professora – Tânia Mara – estava em processo aposentadoria, e sua vaga poderia ser permutada com a minha da UFPE”. Rebouças ficou

de avaliar, conversar com a família. Isso porque ele já estava estabelecido em Recife, com “uma filha por nascer e prestes a assumir a direção da TV e rádios universitárias da UFPE”.

Alguns dias depois, segundo seu relato, o professor doutor Fábio Malini entrou em contato com Rebouças e lhe enviou o projeto que havia sido negado pelo MEC e as ideias para o novo pedido. Rebouças fez algumas observações, sendo que o que mais o incomodava era o termo “regional” do nome proposto para o programa. “Na verdade, achava que poderia ser bom como diferencial, ainda mais que trabalhava com este conceito para estudar os grupos de mídia na região Nordeste, porém, o achava muito limitador para uma análise na Capes, podiam pensar em capixabismo. Daí começou as discussões que derivaram para o conceito de territórios, chegando alguns meses depois em territorialidades”, conta.

A ideia inicial era Rebouças entrar no corpo docente do mestrado de Comunicação da UFES como colaborador, mas como começou a se materializar a possibilidade de sua redistribuição da UFPE para a UFES. Na proposta reenviada ao MEC, Rebouças foi colocado como coordenador, “pois já vinha de uma experiência de aulas, pesquisas e orientações em níveis de mestrado e doutorado em Pernambuco e como professor visitante na Universidade de Grenoble”.

A proposta foi novamente rejeitada pelo MEC, mas Rebouças já estava efetivado no Departamento de Comunicação da Ufes. “Optamos por reestruturar melhor tudo e revisar o corpo docente das propostas anteriores e, em 2012, enviamos novo projeto. Negado mais uma vez. Insistimos em dezembro de 2013 fomos contemplados com o aceite da Capes”, afirma.

Nesse meio tempo, Rebouças assumiu o cargo de coor-

denador-geral de Mídias e Conteúdos Digitais no MEC, em Brasília, e isso o impediria a ser coordenador do novo mestrado, ou mesmo ser professor efetivo do programa. “De qualquer forma, mesmo à distância, dei minhas opiniões nos encaminhamentos e no processo de seleção. Mas tudo se solucionou quando, em fevereiro de 2014, pedi exoneração do meu cargo em Brasília e voltei para a Ufes. No entanto, não reassumi a coordenação do programa, já que Daniela Zanetti e Martinuzzo já haviam sido eleitos e estavam fazendo um ótimo trabalho de implantação do PósCom”, conta.

Para Edgard Rebouças, o maior desafio para se conseguir o mestrado de Comunicação na UFES foi a produtividade dos professores, “que era aquém das exigências da Capes. Isso é em muito explicado pela falta de incentivo e expectativa pelo fato de não ser vinculado a um programa. Sem ao menos estar vinculado a um mestrado, não se consegue recursos para participação em eventos, traduções de artigos, bolsas para estudantes, publicações e até para participar de bancas em outros programas”.

Desde o início da sua efetiva participação, no final de 2008, Rebouças afirma que “colaboraram de forma mais direta Ruth Reis, Fábio Malini, Alexandre Curtiss, Daniela Zanetti, Victor Gentilli, José Antonio Martinuzzo e Dalva Ramaldes, depois chegou Erly Vieira Júnior, e já com o mestrado em andamento se agregaram Gabriela Alves, Rafael Paes e Gabriel Menotti. Moema Rebouças e José Cirilo sempre estiveram por perto, sendo que Moema trazia uma grande colaboração de sua experiência no programa de Educação, que já tinha doutorado e era bem pontuado”.

Ao ser perguntado sobre a importância de fazer parte de um projeto como esse na condição de pesquisador, ele relata que

“todo professor é também um pesquisador, e é meio frustrante fazer tantos estudos e reflexões teóricas para atuar apenas nos cursos de graduação, que têm um perfil mais de formação profissionalizante. E também para fazer orientação de iniciação científica”. Para ele, um programa de pós-graduação exige mais dos professores e dá visibilidade e aplicação às pesquisas que realizam. “Mas o melhor de tudo é saber estar colaborando para o avanço dos estudos e práticas comunicacionais no nosso Estado”, observa.

O professor José Antonio Martinuzzo salienta a decisiva contribuição da professora doutora Marialva Barbosa, à época à frente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. “Foi Marialva, a convite do professor Fábio Malini, quem reformulou a proposta recusada em 2007, propondo a área de concentração Comunicação Regional. Por suas características e conteúdos, essa proposta abriu caminho para discussões internas que nos levaram à decisão pela área de concentração finalmente aprovada pela Capes em 2013, qual seja, Comunicação e Territorialidades. Com seu entusiasmo e vasta experiência, por meio de muitos estudos e diversas reuniões, Marialva deu novo fôlego ao processo, que acabou se dirigindo a um final feliz, após intenso trabalho de professores do Departamento de Comunicação Social da Ufes, há muito empenhados em constituir um programa de pós-graduação”.

A organização do colegiado e a efetivação de uma “cultura de pós-graduação”

Com o mestrado aprovado pelo MEC, era hora de tirar o projeto do papel. A professora doutora Daniela Zanetti teve papel fundamental nesta fase, como a primeira coordenadora do

programa de pós-graduação em Comunicação, tendo o professor doutor José Antonio Martinuzzo como vice-coordenador.

Zanetti ingressou na UFES como professora em 2010, e, portanto, não esteve envolvida nas primeiras etapas de preparação do mestrado. Em 2012, foi convidada a fazer parte do corpo docente do mestrado e, desde então, ingressou nos preparativos para tornar o mestrado uma realidade. Ao final de 2013, quando o mestrado foi aprovado pela Capes, Zanetti assumiu a coordenação e ficou no cargo durante dois anos.

“Após a aprovação do mestrado, um dos muitos desafios foi a organização do colegiado e a efetivação de uma cultura de pós-graduação entre docentes e discentes, o que envolve, entre outras coisas, a realização de reuniões periódicas, o fortalecimento dos grupos de pesquisa, a realização de eventos científicos, a produção e divulgação científica etc. Isso se deve ao fato de que o mestrado representa um trabalho a mais para o corpo docente, que já se dedica exclusivamente às atividades da graduação”, pontua.

A parte administrativa também foi colocada como um desafio por Zanetti. As atividades do mestrado foram iniciadas “sem uma secretária que fosse servidora da UFES e que pudesse se dedicar exclusivamente ao secretariado do curso. Em 2014, foi contratada uma estagiária, Paula Ladeira, que é aluna do curso de Administração da UFES, que desde então tem colaborado com a administração do mestrado”.

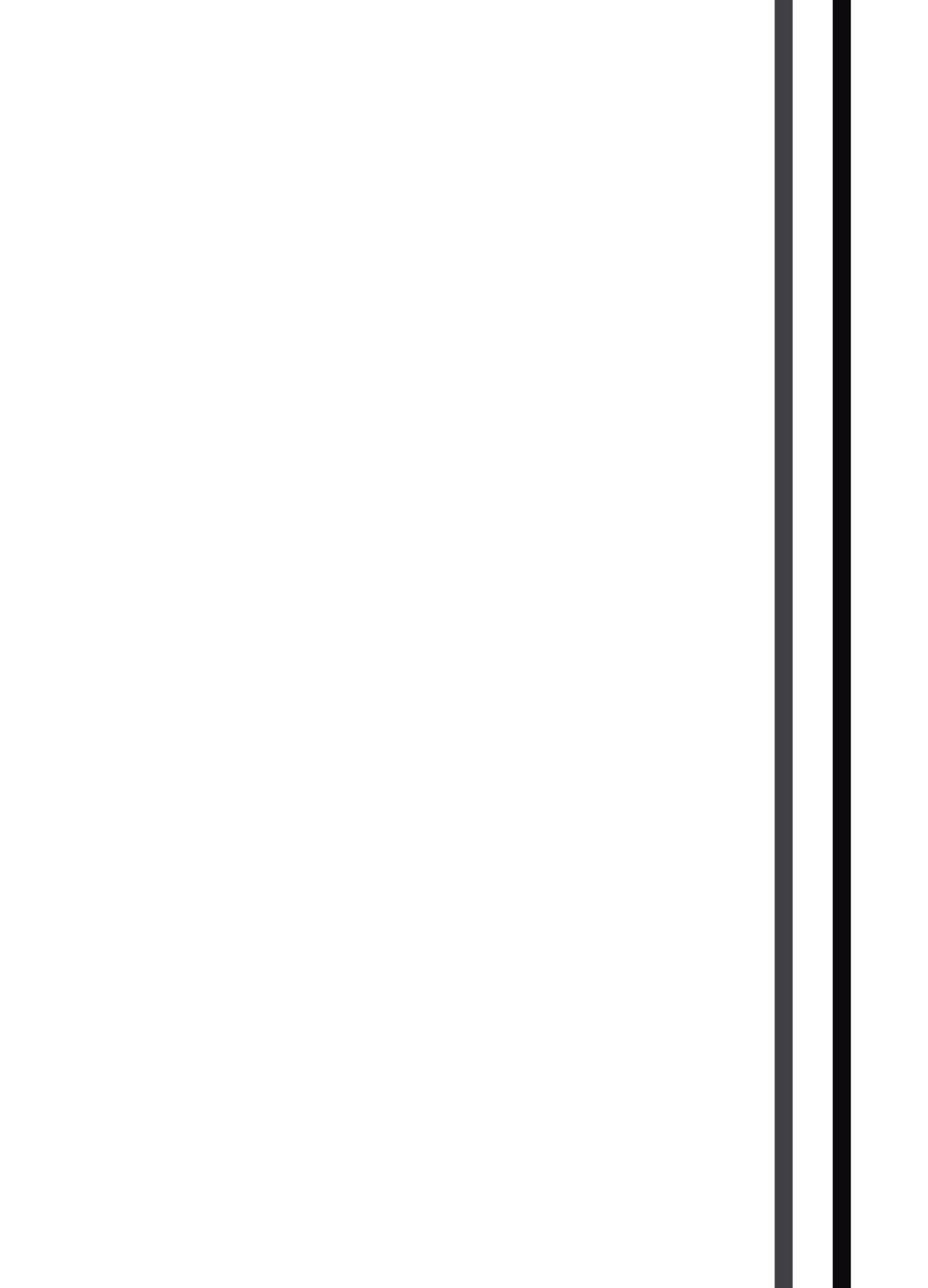
Nesse percurso inicial e trabalhoso, normas e regras in-existentes tiveram que ser criadas, decisões precisavam ser tomadas pelo colegiado, “inclusive o formato dos processos de seleção de alunos, as regras de estágio de docência para alunos bolsistas, entre outras questões”.

O novo mestrado também esbarrou na falta de recursos, pois o programa não recebeu a verba do Proap (destinada pelo Governo Federal a programas de pós-graduação), em 2014, e os recursos só chegaram no final de 2015. “Mesmo assim, com grande esforço, conseguiram realizar vários eventos acadêmicos, fornecer a professores e alunos ajuda de custo para apresentação de trabalho em eventos científicos fora do Estado, e conseguir bolsas de estudo (Fapes e Capes) para todos os alunos que tinham interesse e direito a este benefício. Enfim, o saldo desses primeiros dois anos do Póscom foi bastante positivo”, garante.

O mestrado em Comunicação e Territorialidades já tem futuro traçado. Os professores entrevistados foram unânimes em afirmar que o momento atual é de fortalecimento do mestrado, para que numa próxima avaliação da Capes possa-se obter a nota 4 (atualmente tem-se a nota 3, que é a nota atribuída a todo programa novo). E, a médio prazo (talvez dentro de 8 a 10 anos), objetiva-se a abertura do doutorado.

Para isso, Zanetti enumera que será preciso “investir mais em pesquisa visando impacto social, em produção bibliográfica e em parcerias com outros grupos/centros de pesquisa em comunicação, tanto de universidades nacionais quanto internacionais, pois a internacionalização dos Programas de Pós-Graduação tem sido uma exigência da Capes”.

Vemos com esses depoimentos que os caminhos para a efetivação de um mestrado na UFES foram de muita luta, trabalho e dedicação de pessoas que acreditaram e fizeram acontecer. Ainda há barreiras a serem rompidas, mas o mais importante, a implantação do projeto de Mestrado, já foi conquistada. Agora é continuar trabalhando para chegar ao Doutorado.



**2 - ESTUDO SOBRE
UM CAMPO POUCO
EXPLORADO: TV
UNIVERSITÁRIA**

*KAROL SIQUEIRA,
NUBIA NASCIMENTO,
RENATA ANDRADE*

Mestrado é mais uma etapa da vida acadêmica de eternos alunos, que nunca perdem a sede de conhecimento, o prazer do saber. Para aquelas pessoas devotadas ao objetivo de ser mais por meio do conhecimento, o mestrado representa a especialização daquilo que escolheram para ser parte de suas identidades. À sociedade, restam os benefícios da pesquisa acadêmica.

Algo de tamanha importância não é e nem deve ser fácil. É preciso extrair do avaliado em questão o seu melhor, e, como já diz o ditado, nada que vem fácil é bom. Quem já passou sabe das dificuldades e dos seus obstáculos, porém, sabe também da recompensa de se sentir bom naquilo que faz, de se tornar referência – o nome que vai ser procurado quando for preciso buscar conhecimento. Enfim, deixar sua contribuição para a sociedade para sempre.

Escolher um tema para a pesquisa de mestrado não é um processo muito fácil. Com toda abrangência que um só assunto pode oferecer, é algo que precisa ser minuciosamente estudado. Alguns escolhem assuntos de que gostam e outros, como é o caso da mestra Ana Paula Vieira, buscam o lado da afinidade e a necessidade de saber mais sobre o assunto que está completamente inserido em seu cenário profissional – a pesquisadora trabalha na TV Ufes.

A grande questão que ronda o momento da escolha do tema para o mestrado é a sua relevância social. Ana Paula justifica que para o sistema de democratização do país a TV Pública e a TV Universitária são de extrema importância, por apresentar aos telespectadores novas possibilidades para o contato com um conteúdo mais denso e crítico. “Vejo, portanto, a minha pesquisa e o objeto em questão – a TV Universitária – sob este viés, da democratização da comunicação e da garantia de direitos como

o direito à educação, à informação e à comunicação”.

Para Ana Paula, a decisão de se aprofundar na área acadêmica está condicionada ao perfil do estudante. Para embarcar em uma jornada complexa de estudo, que exige toda disposição e dedicação, é necessário que se tenha primeiramente paixão, depois a disciplina juntamente com a força de vontade. Ana Paula se encaixava nesses requisitos. Bastante estudiosa e sempre com sede de conhecimento, viu no mestrado a oportunidade de absorver e transferir conhecimento, especializando-se em um assunto que já fazia parte de seu cotidiano.

Com tantos altos e baixos, ela passou também pela experiência da dúvida. Como ter certeza da escolha do tema? Com uma infinidade de opções, o método mais eficaz foi a eliminação dos menos interessantes e, para ela, a afinidade com o assunto pesou na decisão. Isso certamente foi bom e ruim, por ser uma área na qual ela já lidava diariamente. Os momentos de frustrações na busca de respostas tiraram por algumas vezes o seu ânimo de persistir, mas esses obstáculos também foram vencidos.

Vinda do Estado de Goiás para o Espírito Santo, Ana Paula desembarcou com a missão de reestruturar o que antes era um pequeno setor da Universidade Federal do Espírito Santo, a TV UFES. Por ser um meio acerca do qual não tinha muito entendimento, identificou a necessidade de pesquisar sobre o assunto e colaborar com a reconstrução da TV Universitária para qual trabalha. Com menos de um ano, surgiu o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades e Ana Paula encontrou aí a oportunidade de propor um projeto usando como objeto de pesquisa a TV Universitária.

A pesquisa, que levou dois anos para ser concluída, tem como principal questionamento entender como a TV Universi-

tária pode se constituir num modelo de contraponto à televisão comercial, característica das indústrias culturais e midiáticas. No intuito de chegar à resposta desta questão, Ana Paula usou como metodologia o estudo de caso. Para delimitar sua pesquisa, precisou escolher um determinado número de emissoras a serem analisadas. A pesquisadora fez um diagnóstico geral para filtrar e, então, escolher, dentre todas as existentes no país, seis televisões universitárias.

Do amplo número de TVs, foram selecionadas as seguintes: a TV UFOP, da Universidade Federal de Ouro Preto; a TVU - Recife, da Universidade Federal de Pernambuco; a UNBTV, da Universidade de Brasília; a TV UFMG, da Universidade Federal de Minas Gerais; a TV Viçosa, da Universidade Federal de Viçosa; e a TV Universitária de Lavras, da Universidade Federal de Lavras. Para fazer o estudo, usou como ferramenta levantamentos bibliográficos – os quais questionou bastante ao longo de sua pesquisa por encontrar poucas pesquisas científicas relacionadas –, o envio de questionários padronizados aos gestores de cada televisão e a análise de documentos.

No estudo das TVs Universitárias, a pesquisadora usou como critério a inserção do veículo de comunicação dentro do território da universidade, unindo duas áreas fundamentais e de relevância na sociedade, a comunicação e a educação, pensando em como ambas podem se relacionar e de que forma.

Ana Paula definiu como ponto-chave de sua dissertação o conceito de Educomunicação para conduzir toda perspectiva teórica e prática da atuação da TV Universitária. Partindo desse ponto estudou: O que é essa área de estudo e de intervenções sociais? De que forma é desenvolvida e aplicada no Brasil e como poderia ser apropriada pelo objeto de estudo da pesquisa:

a TV Universitária?

Com o passar de dois anos, Ana Paula afirma que a principal conclusão acerca da pesquisa é “que a falta de um modelo e de um projeto de TV Universitária prejudicam a sua consolidação como TV de vocação pública, que busque a promoção da educação, cultura e cidadania. Após a análise, portanto, foram apontadas algumas indicações de modelos possíveis para a constituição das TVs Universitárias de forma que elas possam expandir seu potencial de atuação. Algumas dessas características são: a opção pelo modelo de gestão direto, a contratação de funcionários somente de caráter efetivo, via concurso público, a importância da discussão – com a sociedade em geral e com a comunidade universitária – de formas de participação e diálogo com as TVs Universitárias por meio de mecanismos de controle social, como conselhos curadores ou de programação e ouvidorias, entre outras indicações”.

Segundo a pesquisadora, suas hipóteses colocadas no início do trabalho puderam ser comprovadas, como, por exemplo, a ideia de que todas as televisões universitárias são diferentes e que não possuem uma mesma característica na estrutura, gestão e administração. Comprovou-se também que as TVs, que deveriam ser administradas pela universidade, em alguns casos não o são. Além dos exemplos acima, a pesquisa deixou claro que a TV Universitária é um objeto de estudo pouco explorado, sendo assim, não possui muitos autores como referência.

Questionada sobre como seria o modelo ideal para a televisão universitária, Ana Paula disse que nesse modelo padrão, a TV não deveria ser filiada a redes educativas (por exemplo a TV Brasil), que “impõem obrigações à TV Universitária e isso tira a autonomia da mesma”. Ana Paula acredita que a TV deve

se concentrar na divulgação científica, já que a universidade é o local onde se encontra o desenvolvimento da ciência, além de se posicionar como TV pública pautada com o viés da Educomunicação, estabelecendo um diálogo dos veículos de comunicação com a sociedade, fator fundamental que diferencia a TV Universitária da comercial.

Outro ponto defendido pela pesquisadora é que as TVs devem formular democraticamente os seus regimentos e estatutos “para garantir a participação da sociedade”. Sendo assim, toda TV Universitária deveria ter o seu conselho de programação, ou conselho curador.

Ana Paula ainda avalia como necessário que as TVs tenham dois setores a agregar na sua administração além dos já existentes – jornalismo, produção e técnico. Um desses setores seria a Assessoria de Comunicação, pois no desenvolvimento do trabalho ficou claro que as TVs não sabem como se comunicar com o seu público/telespectador e por, esse motivo, não alcançam boa visibilidade. Outro setor seria para a captação de recursos, com a intenção de realizar inscrições de projetos em editais e, futuramente, conseguir apoio cultural através de alguns contatos.

Na pesquisa, duas televisões universitárias se destacaram na visão de Ana Paula: a TV UFOP, da Universidade Federal de Ouro Preto; e a TVU - Recife, da Universidade Federal de Pernambuco. Ambas possuem estruturas planejadas e que foram dialogadas até serem construídas. Além disso, possuem um viés na Educomunicação, o que é fundamental para todas as TVs universitárias, na opinião da pesquisadora.

No decorrer do trabalho, Ana dedica um capítulo exclusivo para falar da Educomunicação, a sua importância para a TV Universitária e a sociedade. Ela descreve o termo de forma clara

para que todos que leiam, compreendam a necessidade da prática educacional: “educação através do campo da comunicação – não só nas TVs universitárias, como também nas televisões comerciais”.

A pesquisadora defende essa prática como uma identidade de que as televisões universitárias devem possuir. Segundo ela, esse foi o seu primeiro contato com o conhecimento educacional e para isso ela teve que mergulhar em diversos autores, dando certo destaque a Paulo Freire.

Ana Paula conta que, juntamente com seu orientador Edgard Rebouças, ofertou uma disciplina optativa para o curso de Comunicação Social da Ufes com o título “Educomunicação e TV”. Com isso, pôde colocar em prática o que estava estudando em função da pesquisa.

O mestrado exige dos alunos certamente um tempo de dedicação maior do que o normal, integral de preferência. As universidades federais possuem programas de bolsas de estudo, que buscam promover a pesquisa e a extensão, e exigem dedicação exclusiva à pesquisa. Porém, no caso de Ana Paula, o projeto começou justamente por causa de sua atividade profissional. Então como conciliar trabalho com mestrado?

Assim, Ana Paula não recebeu bolsa de estudos e dividiu-se entre os estudos e o trabalho. Trabalhava pela parte da manhã e reservava as tardes e noites para desenvolver a sua dissertação. Mas quando uma pessoa está envolvida com o meio televisivo, os imprevistos acontecem com uma frequência acima do normal. Ou seja, os horários reservados por ela para estudar nem sempre eram cumpridos.

As coisas para Ana Paula aconteciam no ritmo compulsório de um dia pesado de trabalho. Havia dias em que ela precisava

trocar de horário ou dobrar sua carga horária e, quando chegava em sua casa à noite, o cansaço estava ali pesando seus ombros, dificultando o momento de estudar. Com todos os obstáculos que enfrentava para prosseguir sua pesquisa, ainda lidava com o fato de não conseguir comparecer por diversas vezes aos grupos de estudo do Observatório da Mídia, onde eram debatidos textos com a temática da Educomunicação, por conta do tempo que a TV Ufes consumia. Diante disso, ela se via na obrigação de estudar nos momentos onde poderia estar com o marido, aos finais de semana, ou comprometer alguma outra atividade de lazer. No meio do mestrado, viveu um dos momentos mais importante de sua vida pessoal, seu casamento com o empresário Willians de Souza Dias.

Uma questão relevante a ser considerada para estudantes que estão encarregados de tamanha responsabilidade seria: a desistência já lhe passou pela cabeça? De onde vem a força necessária para isso não se concretizar?

Com toda certeza, o ser humano pensa em desistir quando é pressionado e empurrado para certas situações que exigem tudo de si. Não foi diferente com Ana Paula que, logo após ser qualificada no mestrado, entrou em uma espécie de crise, com tantos comentários a respeito do que ela encontraria, o medo do desconhecido falou mais alto, porém não a paralisou. Talvez tenha sim modificado a forma como fez algumas coisas que poderiam ter sido executadas de outra forma.

Com todas as dúvidas, Ana encontrou forças para finalizar e, de mudança em mudança, aos poucos encontrou o caminho que precisava seguir. O seu orientador foi fundamental nessa etapa, com o papel de ser aquele que deixa seus pés fincados no chão, dando espaço para voar apenas o necessário.

A defesa da dissertação é o momento mais esperado e temido por alguns alunos do mestrado. Ao acompanhar Ana Paula de perto durante alguns momentos desse dia, foi possível perceber o quanto a defesa pode mexer com o emocional dos mestrandos. Foram dois anos de pesquisa e estudo.

Compuseram a banca o orientador, o professor doutor José Edgard Rebouças, da Ufes; o professor doutor José Antonio Martinuzzo, da Ufes; e a professora doutora Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Durante a defesa, Ana Paula fez uma apresentação de cerca de 40 minutos e, nela, explicou a sua busca por compreender se a TV Universitária atua como TV Pública. Para isso a orientanda do professor doutor Edgard Rebouças, afirma ter “bebi-bo” na fonte da Educomunicação, além dos percursos teóricos relacionados a TV Comercial, Pública e a História da Televisão Brasileira. Ana explicou em detalhes a sua metodologia para a construção da dissertação.

Geralmente as considerações finais da banca demoram mais que o tempo de defesa da dissertação. A professora doutora Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, conterrânea de Ana Paula, deu início aos comentários e logo fez menção da importância do tripé pesquisa, ensino e extensão. Comentou sobre a boa escrita, a divisão do trabalho e a organização, além de afirmar gostar muito da utilização de Paulo Freire como referência. Ana Carolina a incentivou a transformar sua dissertação num artigo e enviar a dissertação para as TVs universitárias pesquisadas como uma ideia de modelo.

Em seguida foi a vez do professor doutor José Antonio Martinuzzo, que enfatizou o zelo da mestranda que pôde ser percebido no trabalho, além da bela parceria com o orientador.

O professor fez pequenas observações como a sugestão de substituição de certas palavras no decorrer da dissertação, comentou sobre a metodologia exaustiva da pesquisadora e por fim elogiou o rico conhecimento da mestranda em Educomunicação.

Para finalizar as considerações, o orientador, o professor doutor Edgard Rebouças, afirmou que tentou enquadrar ao máximo a pesquisa, fazendo com que a sua orientanda, por trabalhar numa TV Universitária, se esforçasse na prática do distanciamento do sujeito e objeto de pesquisa e enfatizou isso como contribuição para o amadurecimento da então futura mestre.

O professor manifestou-se dizendo que muitas TVs contatadas não responderam a mestranda por não compreenderem o que realmente fazem e seus respectivos papéis; enfatizou também a importância e a necessidade de um doutorado voltado a pesquisa das TVs Universitárias.

Ao final da avaliação, os professores decidiram por meio de unanimidade declarar a então mestranda, Ana Paula Vieira, como aprovada e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades.

Sobre a dissertação

Mestre: Ana Paula Vieira

Orientador: Professor Doutor Edgard Rebouças

Título da dissertação: “As TVs Universitárias no contexto das Indústrias Culturais e Midiáticas: O desafio conceitual e a busca de um modelo”

Linha de pesquisa: Comunicação e Poder

Data de defesa: 28 de março de 2016

BANCA EXAMINADORA:

Professor Doutor Edgard Rebouças (Orientador)

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professor Doutor José Antonio Martinuzzo (membro interno)

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professora Doutora Ana Carolina Rocha Pessoa Temer (membro externo)

Universidade Federal de Goiás (UFG)

RESUMO

Este trabalho pretende mostrar a importância da TV Universitária do ponto de vista da garantia de direitos, quais sejam, o direito à informação, à comunicação e à educação, e do ponto de vista social, enquanto instância que pode contribuir para a democratização da comunicação e para a constituição da cidadania ativa dos indivíduos. Sendo assim, considerando que a TV Universitária é um veículo de comunicação instituído no âmbito de uma instituição de Educação, a proposta é analisá-la situada na interface dessas duas áreas: Comunicação e Educação, entendidas sob a perspectiva da Educomunicação. Esta perspectiva é a oposta do que aqui se chama mídia comercial, ou seja, aquela que está preocupada unicamente com o lucro gerado pelos veículos. Tendo em vista esse paradoxo e a TV Universitária como objeto de estudo inserido neste contexto, chega-se, então, à seguinte problematização: como a TV Universitária pode se constituir em um modelo de contraponto à televisão comercial característica das Indústrias Culturais e Midiáticas? A partir dessa discussão, o objetivo geral da pesquisa

é compreender a TV Universitária em sua totalidade, esclarecendo sua constituição legal, administrativa, financeira e as lógicas que a regem, a fim de explicar a sua forma de atuação e buscar modelos possíveis para sua constituição enquanto televisão de vocação pública, comprometida com os valores da Educomunicação e a promoção da cidadania. O trabalho situa-se na linha de pesquisa “Comunicação e Poder”, do mestrado em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), na medida em que propõe uma análise de um tipo de dispositivo midiático-comunicacional, observando de que forma ele impacta o contexto social, econômico e político em que está inserido. Para tal, o método utilizado é o estudo de caso de seis televisões universitárias de universidades federais, tendo como ferramentas o levantamento bibliográfico, questionários respondidos por pessoas que tiveram experiências práticas nos casos selecionados, análises de exemplos, de dados e de documentos coletados. Entre as principais referências bibliográficas utilizadas, tem-se como aporte teórico da Educomunicação Paulo Freire (1977, 2006, 2011, 2013), Jesús Martín-Barbero (2013, 2014), Ismar de Oliveira Soares (1999, 2000, 2011, 2014); das teorias das Indústrias Culturais e Midiáticas, os textos clássicos da Escola de Frankfurt, de Walter Benjamin (1961), Theodor W. Adorno (1963, 1974, 1987, 2006) e Max Horkheimer (1947, 1987) e da Economia Política da Comunicação, Sérgio Caparelli (1982), Valerio Brittos (2001, 2007), Sérgio Mattos (2010), César Bolaño (1988, 1999, 2007, 2010, 2012), Edgard Rebouças (1999, 2005), Othon Jambeiro (2001, 2008) e Venício Lima (2001, 2011); e também Henrique Bustamante (1999), Vincent Mosco (2009), Janet Wasko (2005). Ao final, pretende-se indicar modelos possíveis para a constituição das TVs Universitárias e de que forma esse veículo

pode se consolidar e expandir seu potencial de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento bibliográfico acerca da TV Universitária – incluindo o estado da arte da pesquisa sobre esse tema – passando pelo entendimento dos modelos comercial e público de televisão, mostrou-se fundamental para a avaliação dos casos estudados nesta pesquisa. Após esta primeira etapa, quando iniciada a análise das respostas enviadas pelos gestores de seis televisões universitárias, confirmou-se a constatação central de que não há um modelo de TV Universitária e de que essa falta de diretrizes básicas é o principal fator agravante para sua consolidação.

Somada à escassez de estudos sobre o objeto aqui estudado, essa heterogeneidade foi também uma das principais dificuldades desta pesquisa. Isso porque visualizar o campo em que está inserida a televisão universitária – a fim de traçar procedimentos teórico-metodológicos para esta pesquisa – foi muito complexo. Além da diversidade de situações, a falta de informações sobre as TVs Universitárias, no que se refere a informações gerais básicas, não apenas científicas, dificultou a compreensão do objeto.

Conclui-se que essa dificuldade, já esperada, atrapalha não somente a presente pesquisa, mas a consolidação e o crescimento do objeto aqui abordado: a TV Universitária. Diferentemente da Associação Brasileira de Televisão Universitária, continua-se aqui defendendo que é preciso buscar coesão e coerência neste segmento, pelo menos no que tange a diretrizes gerais. Por exemplo: TV Universitária é somente aquela descrita a partir da Lei nº 8.977/1995, disponibilizada como um dos Canais Básicos

de Utilização Gratuita? Essa questão continua nebulosa pois os casos aqui estudados que se enquadram como concessões de radiodifusão se aproximam muito mais do que se constitui como TV educativa, ao invés de apresentarem características específicas do que seria uma TV Universitária.

Não há uma cultura de grade de programação especificamente universitária, visto que essas TVs normalmente se veem obrigadas a se filiar a redes educativas, caso de todas as televisões via radiodifusão contempladas nesse estudo: TVU Recife, TV Viçosa, TVU Lavras e TV Ufop. O reflexo disso é que elas perdem autonomia na gestão de suas grades, submetendo-se aos espaços que a “cabeça de rede” determina que podem ser ocupados.

O que confere identidade à TV Universitária ainda não está definido claramente, mas acredita-se que a divulgação científica – visto que a universidade é centro de produção de pesquisa e ciência – seria esse elemento diferenciador. Porém, no contexto dos casos aqui estudados, só foi encontrado um exemplo de programa de divulgação científica, que explora a ciência e as pesquisas da Universidade: Explique sua tese, da UnBTV. O exemplo da UnB é simples do ponto de vista estético e de linguagem: trata-se de uma entrevista com uma pessoa que apresenta a sua pesquisa; porém efetivo do ponto de vista do retorno social do investimento nas universidades e da difusão das pesquisas ali realizadas.

Por outro lado, as características da TV pública – quais sejam, a promoção da educação, cultura, cidadania, reflexão crítica – aparecem em cinco dos seis casos aqui estudados; excetuando-se apenas a TVU Lavras, pela falta de critérios e direcionamentos nesse sentido, já explicitados no caso. Percebe-se, pelas

entrevistas, que as TVs têm consciência dessa responsabilidade e seus funcionários também, empenhando-se na construção desse discurso. Apesar de que aqui caiba reiterar uma crítica já colocada em alguns casos: a falta de atenção com a presente pesquisa, o não atendimento, a demora para responder - o que depois foi compreendido por não se tratarem de funcionários públicos que, portanto, não têm o senso de responsabilidade do dever público. Compreende-se que esse é um dado que mostra a fragilidade das contratações terceirizadas e via fundações de apoio, e por isso defende-se a estruturação das TVs Universitárias das Universidades Federais por meio da contratação de servidores públicos efetivos, vislumbrando um projeto de veículo que se estabeleça e se consolide em longo prazo.

A noção de que devem fazer uma televisão diferente da televisão comercial, que se constitua em uma alternativa ao conteúdo hegemônico, é reconhecida pelos respondentes a esta pesquisa. Claramente, essa “contraposição” ocorre do ponto de vista financeiro, pelo fato de as TVs universitárias não terem fins lucrativos e as televisões comerciais sim. Interessante notar que mesmo neste cenário, diante dos escassos recursos financeiros, as TVs Universitárias têm iniciativas interessantes, algumas até premiadas a nível nacional. O problema é que a dificuldade financeira leva as TVs a dispenderem muita energia vislumbrando como vencer esses obstáculos, o que lhes tira capacidade de se dedicar a outros assuntos. Neste quesito, o grupo de TVs estudadas também mostrou grande diversidade, sendo que, em todas elas, a manutenção financeira pode ser considerada uma fragilidade. Mesmo naquelas melhor estruturadas, com dotação orçamentária destinada pela Universidade, a instabilidade persiste. A ameaça de mudanças de gestão que acarretem altera-

ções profundas nas políticas direcionadas às TVs Universitárias é iminente em todos os casos. Neste panorama, o fato é que as TVs sobrevivem em meio a uma incerteza constante e isso certamente reflete no seu funcionamento e na qualidade de suas produções.

Neste sentido, a institucionalidade também requer atenção, pois acaba influenciando a destinação (ou não) dos recursos financeiros. O que se nota é que as estruturas, órgãos e gestores que circundam as TVs universitárias são determinantes para o seu funcionamento, mas nem sempre compreendem a sua função e a sua importância. A proximidade com as reitorias, chefias de gabinete e assessorias de comunicação está presente na maioria das TVs das Universidades Federais, conforme visto no diagnóstico aqui exposto. Neste contexto, percebeu-se que uma forma contundente de evitar mal entendidos e desinformação acerca do papel da TV Universitária e do que se espera dela – sendo o mais frequente deles o direcionamento das TVs para fins exclusivamente de comunicação institucional, enquanto elas devem primar pela comunicação pública – é a formulação de projetos e documentos, com a participação da comunidade universitária e da sociedade em geral, que descrevam as funções da TV e os meios para buscá-las. Tendo esse arcabouço consolidado, parece ser mais fácil o caminho para a legitimação do veículo e para o enfrentamento à “ameaça” da descontinuidade de projetos e “rupturas” bruscas oriundas de mudanças de gestão.

Neste ponto, a TVU Recife e a TV Ufop são as referências dentre os casos abordados nessa dissertação. A TVU Recife destaca-se pela formulação democrática de seus referenciais de atuação, visto que o processo envolveu a realização de seminários, audiências públicas e o trabalho de um comitê formado com

ampla representação social. A TV Ufop, neste contexto, quebra um paradigma que é comum nesta área: o entendimento de que, se a TV Universitária está ligada à estrutura de comunicação institucional, ela será influenciada por esse viés e só apresentará produtos sobre a universidade. Ela mostra que, a partir de um projeto sólido, onde as funções de cada área estão descritas claramente, é possível localizar a TV Universitária nesse nível dos organogramas das Universidades de forma satisfatória. Tanto os documentos produzidos pela UFPE quanto o Projeto Acadêmico da Ufop são destacados como modelos neste âmbito. Ressalta-se ainda que no caso da TVU Recife todos esses documentos estão publicados no site do NTVRU; na Ufop isso não ocorre, e mesmo que eles tenham sido prontamente enviados por e-mail a esta pesquisadora, isso não isenta a instituição de publicizá-los.

Portanto, após a análise dos casos, sugere-se que os documentos e fundamentos da atuação das TVs Universitárias sejam discutidos publicamente, apresentados e aprovados pelos Conselhos Superiores da Universidade e disponibilizados à sociedade para ampla consulta, nos sites das instituições, por exemplo.

O Projeto Acadêmico da Ufop também ganha notoriedade por outra característica: a presença do referencial teórico da educomunicação. Assim, este estudo considera que a TV Ufop é o único veículo no âmbito desta pesquisa que tem implícito em sua atuação o que é preconizado pelo referencial teórico e prático educamunicativo: com destaque para a criação de um ecossistema comunicativo na cidade, a partir da TV. A inclusão das pessoas, das questões urbanas e dos valores que são característicos de Ouro Preto, como seu vasto patrimônio cultural, transparecem na programação do veículo. Essas ideias estão

totalmente imbricadas com a dimensão dialógica e participativa da Educomunicação, o que prova que é possível aplicá-la às TVs públicas de um modo geral e às TVs Universitárias em particular.

Entre os fatos positivos e negativos, um deles é unânime entre os pesquisadores consultados no levantamento bibliográfico e também percebido na prática, nos casos estudados: a necessidade de profissionalização das TVs Universitárias. Além de funcionários que atuam em cargos para os quais não têm formação (relatados em alguns dos casos), mesmo quando não é essa a questão, falta profissionalismo. Essa constatação comprova aquela ideia de Priolli (2004) de que a TV Universitária sofre de uma síndrome de vira-lata e não acredita no próprio potencial. Algumas vezes, parece incorrer em alguns erros confiando no fato de que “ninguém está vendo mesmo...”. Prova disso é a extrema precariedade dos sites das televisões. Problemas de acessibilidade, links que não funcionam, desatualização, erros de português, falta de informações básicas (em alguns deles faltam dados como o número do canal da TV e números de telefone ou endereço de e-mail) são alguns exemplos do quadro caótico encontrado nesse aspecto. Somando esse panorama à informação de que a maioria das TVs é composta, de maneira geral, por um setor técnico, um de produção e um de conteúdo, é evidente a necessidade de estruturarem assessorias de comunicação. É inadmissível que veículos de comunicação não saibam comunicar seus objetivos, seus valores, difundir seus produtos e conversar com seu público.

Ainda nesse sentido, a percepção de que nenhuma das TVs aqui estudadas apresenta um canal no youtube devidamente organizado e consoante à sua programação da televisão tradicional, seja ela a cabo ou via radiodifusão, incita uma outra

questão: as TVs Universitárias não estão adaptadas ao crescimento do que já é considerado um novo modo de assistir televisão, o “on demand”. Assistir aos conteúdos para conhecer a programação das TVs aqui abordadas não foi uma tarefa simples. Há casos de duas contas de youtube para a mesma televisão, outros em que os programas não são organizados em *playlists*, posts sem informações adicionais nas descrições e, mais grave, o que ocorre em muitos deles: os programas sequer estão no youtube, um fato problemático quando levamos em conta a função democratizadora da TV Universitária enquanto TV pública.

No que tange à manutenção financeira das TVs aqui estudadas, novamente há dificuldade de se encontrar informações o que, no caso do dinheiro público, é uma questão grave, pois fere o princípio da transparência atribuído aos órgãos públicos. O que se percebe é que as TVs Universitárias têm dificuldade de conseguir os recursos para suas atividades e, mesmo aquelas que dispõem deles, temem pela continuidade do aporte financeiro. Uma solução que se coloca é a busca de fontes alternativas de financiamento, como os apoios culturais e participação em editais de fomento à produção. Neste aspecto, novamente, é necessária a profissionalização; para que esse expediente se concretize, é preciso dedicar pessoal e estrutura para sua realização.

Adicionalmente, é importante enfatizar que ainda há uma certa barreira cultural quanto ao debate sobre fontes alternativas de recursos: por um lado, licenciamento de produtos e apoios culturais são entendidos como mercantilização e privatização da TV pública e da Universidade enquanto que, por outro lado, opções como as taxas anuais obrigatórias amplamente utilizada na Europa, não são nem cogitadas por aqui, sob o argumento de que a situação econômica de países em desenvolvimento como

o Brasil não dá margem a esse tipo de cobrança.

Depois dessas considerações, reitera-se que a existência de um modelo de organização para a TV Universitária não deve ser limitador do seu potencial criador e criativo, mas um referencial para sua estruturação e modo de atuação. Sendo assim, e mesmo sabendo que sugestões colocadas neste trabalho não são simples de serem realizadas na prática, pelas TVs Universitárias, acredita-se que é possível traçar um panorama ideal a ser seguido.

Em primeiro lugar, percebeu-se que tanto o modo de gestão direto quanto o indireto têm boas experiências para contribuir com o debate. Contrariamente à temeridade de que as Fundações de Apoio à Pesquisa constituem em privatização e são propícias à corrupção, nota-se que há importantes iniciativas.

Sendo assim, vislumbra-se, como um “modelo ideal”, um modo misto, que agrega práticas dos dois grupos de casos aqui estudados. Propõe-se, portanto, que o modelo ideal adotaria o modo de gestão direto, ou seja, a TV teria sua institucionalidade ligada a um órgão da Universidade; isso porque se compreende que confere um caráter de longo prazo ao projeto de televisão, onde os funcionários são efetivos, a estrutura é patrimônio da TV e da Universidade e a gestão deve ser colegiada, assim como a da própria Universidade. Porém, acredita-se que é preciso exigir dessa televisão o mesmo tipo de conjunto de documentos que é exigido por lei no caso das Fundações: estatuto, regimento interno e a instituição de Conselhos que direcionem para uma gestão horizontal. Parece óbvio, mas muitas televisões universitárias não têm esses referenciais instituídos.

Continuando nesse caráter “misto”, considera-se que o financiamento das televisões universitárias também deve seguir

esse tom. Ou seja, além do recurso da União que já compõe o orçamento da Universidade – do qual, idealmente, deve haver uma reserva orçamentária para a TV de acordo com projeto anual devidamente apresentado –, somam-se as fontes alternativas já mencionadas, como apoio cultural e participação em editais. O recurso advindo dessas práticas seria gerido com auxílio das fundações, por limitações legais e burocráticas relacionadas à personalidade jurídica dos atores envolvidos. Porém essa gestão seria pontual, de acordo com a demanda da Universidade, refutando-se aqui a gestão completa das TVs por Fundações de Apoio.

Quanto à estruturação, uma questão deve ser enfatizada: o quadro de pessoal. Entende-se que a terceirização ou contratação via Fundação de Apoio não deve ser utilizada, pela falta de comprometimento percebida em alguns casos analisados nesta pesquisa, por meio das respostas aos questionários. Em alguns deles é evidente o desconhecimento dos preceitos da Administração Pública.

Quanto ao funcionamento da TV, estão as sugestões já apresentadas: a constituição de assessoria de comunicação e de um órgão para captação de fomento à produção audiovisual.

Resolvidos esses impasses, percebe-se que o conteúdo é o grande trunfo da TV Universitária. São muitos os exemplos de produtos de qualidade, com informação contundente, crítica, ritmo propício à reflexão e ao despertar de uma consciência crítica e criatividade. Percebe-se que a simplicidade dos formatos e da estética é compensada pelo conteúdo de qualidade que sim, se contrapõe àquele dominante no modelo comercial das Indústrias Culturais e Midiáticas.

Em suma, adotando-se essas ideias ou não, a grande

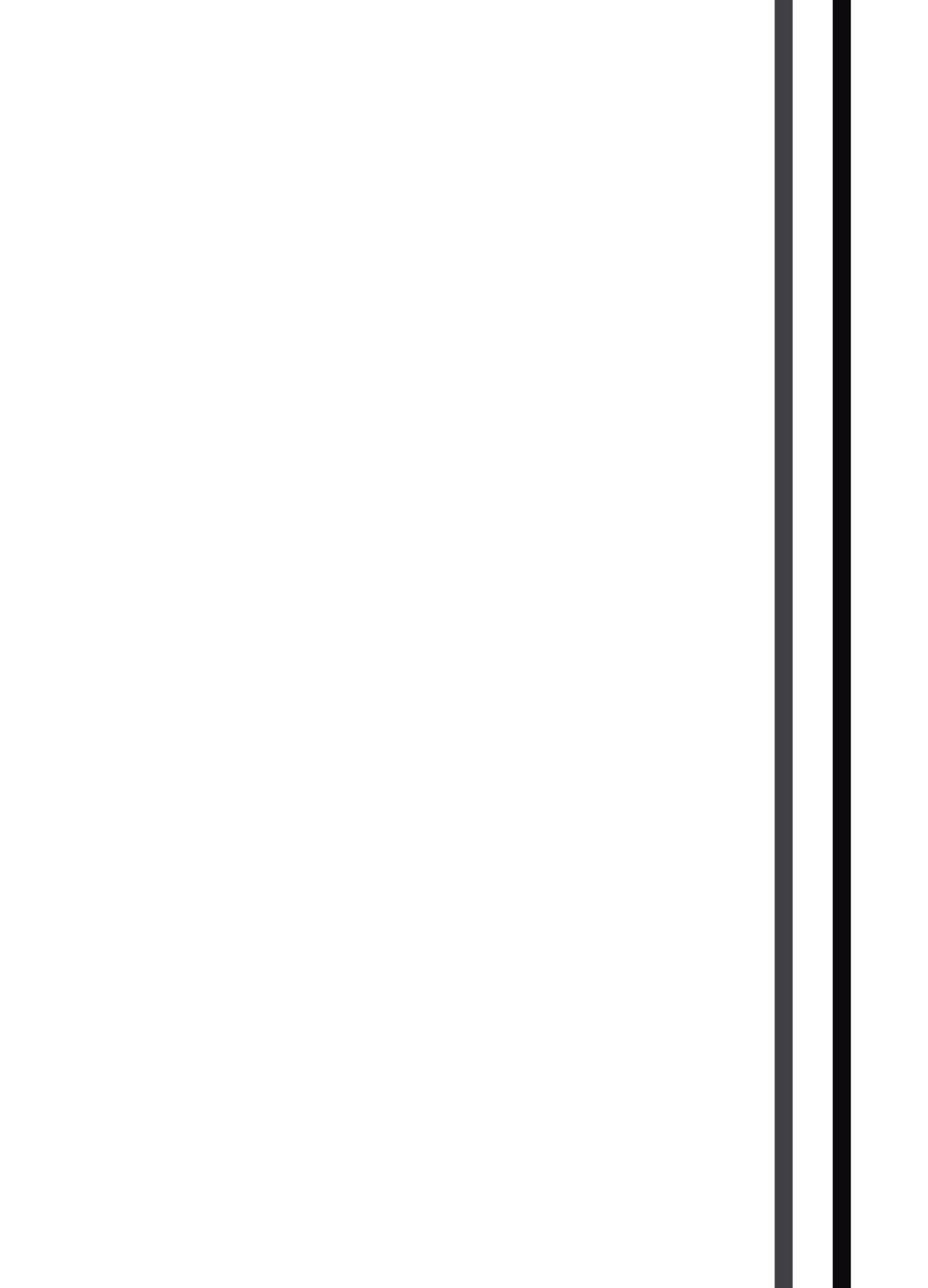
questão é a falta de um projeto de TV Universitária que, acredita-se, deve ser pensado de forma integrada entre as universidades públicas, para que elas, coletivamente, realizem as gestões políticas necessárias para que esse projeto se concretize, visto que juntas terão mais força para lutar por ele. A transição para o sistema de TV digital, a aprovação do Canal da Educação e o recurso da multiprogramação, fazem desse momento histórico uma oportunidade concreta para esse tipo de articulação, com o objetivo de estabelecer, a nível nacional, que as TVs Universitárias ocupem uma das faixas do Canal do MEC. Isso não só requer um projeto, como indica para um vasto campo em aberto para pesquisas futuras. Em continuação a este trabalho, poderia se vislumbrar um estudo sobre a efetivação do Canal da Educação e a participação das Universidades e das TVs Universitárias neste contexto, de forma a verificar se valores como a pesquisa científica e a educomunicação seriam contemplados, inclusive no que tange aos desafios da multiprogramação e da interatividade na TV digital, que ainda requerem pesquisas – especialidade das Universidades – e que, por sua vez, necessitariam de um campo propício de aplicação e realização – que seriam as TVs Universitárias.

O presente momento histórico é propício não somente pela emergência da legislação e de um padrão técnico diferente, mas pelos próprios movimentos da sociedade contemporânea, como ressalta Martin-Barbero:

[...] a educação já não é concebível a partir de um modelo de comunicação escolar que se encontra ultrapassado tanto espacial como temporalmente por processo de formação correspondentes a uma era informacional na qual “a idade para aprender são todas”, e o lugar para

estudar pode ser qualquer um: uma fábrica, uma casa para idosos, uma empresa, um hospital, os grandes e pequenos meios, e especialmente a internet. Estamos passando de uma sociedade com sistema educativo para uma sociedade do conhecimento e aprendizagem contínua, isto é, sociedade cuja dimensão educativa atravessa tudo: o trabalho e o lazer, o escritório e a casa, a saúde e a velhice (MARTIN-BARBERO, 2014, p. 121).

Sendo assim, conclui-se que a TV Universitária tem um grande potencial nessa nova sociedade e que essa televisão não pode continuar tímida no exercício de papel tão relevante.



3 - UMA PONTE, MUITOS SÍMBOLOS

*KRYSTOFER CIPRIANO,
LAIS ROCIO*

O período nazista conecta pessoas do mundo inteiro por memórias de tragédias incalculáveis e uma herança dramática para a humanidade. Lidar com aquilo que a história nunca apaga expressa a pior das dores de uma guerra, e ganha mais forma e intensidade quando esse passado se concretiza no presente. Na Áustria de Hitler, a cidade de Linz^[1], onde ele passou sua infância, ainda respira a contradição de viver com legados não tão óbvios desse personagem. A ponte que passa pelo segundo rio mais longo da Europa e liga os lados da cidade foi arquitetada, idealizada e consolidada orgulhosamente pelo próprio führer. Dos projetos megalomaníacos que fizeram parte de ambiciosos planos de Hitler para o cenário político e cultural do Terceiro Reich, a Ponte Nibelungen foi o único efetivamente instaurado.

Não só concreto e aço compõem a Ponte Nibelungen, mas a história – nostálgica ou não – da construção que representa uma transformação que esse terrível personagem promoveu: da cidade pacata para industrial, de uma cidade qualquer para a capital cultural do führer, tal como foi idealizada pelo mesmo e nomeada 70 anos depois, em uma exposição artística na cidade.

Imaginar a estrutura nada transcendental de uma ponte a partir de significados que vão além de seus aspectos físicos dá o ensejo a infinitas histórias como essa, em que esse objeto ressignifica suas afinidades com a vida urbana, enquanto não deixa de exaltar sua função primordial: conectar. Além de pessoas, veículos e pedaços de chão, a ponte conecta memórias, pretensões e anseios de quem a encontra por aí.

Os sentidos entranhados a uma ponte aludem minimamente a longas reflexões acerca da vida na cidade. Contudo, para

[1]. Cf. <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/de-que-maneira-voce-resolveria-um-problema-como-o-fuhrer/>. Acesso: 4. Mai. 2016.

a pesquisadora Danielly Campos, do Mestrado em Comunicação e Territorialidades, da Universidade Federal do Espírito Santo, esses pensamentos perpassam árduos estudos, que compõem sua dissertação “Ponte da Passagem: por significações”.

Por significações para além da ponte

Se uma coisa pode ser afirmada sobre pontes é que elas estão longe de ser um simples aparelho de mobilidade urbana. É curioso imaginar por que elas têm esse poder de fascínio sobre as pessoas. Às vezes, elas são grandes projetos arquitetônicos que modificam a vista dos locais onde estão inseridas e se transformam em cartões-postais e pontos turísticos, transcendendo sua função essencial: criar acesso artificial para vencer uma barreira natural de transporte, ligar dois pontos.

Ignorando a sua contribuição estética para a cidade, a resposta para esse interesse talvez esteja exatamente na simplicidade de seu propósito, seu poder de unir coisas. Se fisicamente uma ponte é um recurso de engenharia humana, que permite que se chegue de um lugar até o outro, metaforicamente pode assumir uma representação de enorme apelo para pessoas, um símbolo de união. Quem nunca ouviu a expressão “Construir pontes entre pessoas”? Seu significado tem grande potencial de envolvimento emocional. Pois esses equipamentos têm essa imagem de conexão, de elo, com a qual nos identificamos profundamente.

Além disso, uma ponte é por si só um símbolo de conquista da humanidade. Pense em quão fascinante é atravessar um largo rio, ainda que de carro, e vislumbrar lá do alto que aquela construção possibilitou que você vencesse a limitação da natureza. Não importa mais quão profundo o rio é, ou quão revoltosas

são suas águas, graças à capacidade intelectual do homem podemos passar por cima disso. Literalmente. Possivelmente esse é um dos principais motivos para as pessoas admirarem tanto as pontes, ainda que não seja percebido de forma consciente. Seja qual for o motivo do fascínio, é fato que as pontes datam de antes de Cristo e, historicamente, acumulam-se no imaginário das pessoas uma série delas que se tornaram famosas e assumiram lugares de valor distintos na construção social. Algumas caminhando para o campo das artes, sendo consideradas verdadeiras obras de arte urbana, e com as quais pessoas se relacionam de forma quase afetiva.

Tudo isso é muito presente ao observarmos a ponte dos cadeados em Paris, a Pont des Arts (Ponte das Artes), que atravessa o rio Sena e foi construída em 1804, durante o regime de Napoleão Bonaparte, e reconstruída no início dos anos 1980. Cadeados do amor começaram a ser colocados na sua lateral em 2008. Os chamados cadeados do amor são fixados por namorados em pontes, ou estruturas públicas similares, como cercas e portões, contendo seus nomes ou iniciais que simbolizam seu amor.

Em maio de 2015, a ponte contava com mais de um milhão de cadeados. E o fato de casais viajarem de todo o mundo apenas para prender seus cadeados no local revela a característica humana de acreditar em símbolos. Assim, a ponte agrega a sua existência um sentido maior que a mobilidade urbana, mas o poder de afetar a vida dos indivíduos.

Em seu sentido primeiro, que é dar passagem, a ideia essencial de uma ponte remete ao desbravar, ao avançar sobre os mares, rios, córregos e abrir as primeiras rotas a territórios antes desconhecidos por quem limitava-se ao outro lado. O acesso às

terras outras e a superação dos limites pré-estabelecidos reinventam caminhos que jamais serão esquecidos, não pelo que eram antes disso, mas pelo que foram a partir de sua descoberta. “A trilha dos outro só vai até onde os outro já foi” (sic), disse o rapper Emicida. A ascensão à nova trilha, traçada por pontes que superam as barreiras da exploração, significa lançar-se na história dos descobrimentos e marcar o início oficial da vida em um determinado lugar. A recompensa por isso? Uma nova forma de viver e se relacionar com o espaço.

“A ponte não se situa num lugar. É da própria ponte que surge um lugar. A ponte é uma coisa. A ponte reúne integrando a quadratura, mas reúne integrando no modo de propiciar à quadratura, estância e circunstância. A partir dessa circunstância determinam-se os lugares e os caminhos pelos quais se arruma, se dá espaço a um espaço” (HEIDEGGER, 2010, p. 133)^[2].

Para além, antes de pensar a ponte, é pertinente pensar no sujeito por trás dela, que satisfaz, com esse equipamento, seu interesse por uma nova estrada com novas possibilidades. E depois da ponte, uma sociedade, uma multiplicidade de vidas que passam a deslocar-se para novos destinos, não mais isoladas onde sua visão e seus pés podiam alcançar.

A longa vida de uma ponte

Ao se aventurarem pelas terras do Brasil com a prerrogativa de descobrir terras, os portugueses dominavam novas fronteiras se instalando onde era possível vencer a condição de forasteiros. No caso específico de uma ilha, envolta entre mon-

[2]. Cf. HEIDEGGER, Martin. “**Construir, habitar, pensar**”. In: *Ensaios e conferências*. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2010.

tanhas e manguezais no sudeste do país, os portugueses se instalaram em Vitória, no Espírito Santo, dominando uma pequena parte de seu território, em refúgio à resistência de indígenas nativos da capitania.

Após 300 anos, os novos habitantes da ilha ainda viviam limitados por matas desocupadas separadas por bancos de água, quando finalmente tiveram suas fronteiras estendidas para a apropriação de novas terras do continente. A gradativa expansão desta ilha teve como coadjuvante uma indispensável ferramenta: a ponte.

No primeiro capítulo de sua dissertação, Campos afirma que, “nesse sentido, a Ponte da Passagem é como artifício de costura urbana cujo objetivo é vencer a barreira do Canal da Passagem, para aproximar a cidade, que se desenvolveu historicamente na ilha principal, com o mundo ao redor, para manter a comunicação interrompida pelo meio ambiente. Por um outro viés, uma tentativa cíclica de negar sua condição de espaço isolado pela natureza, mas de avançar no sentido de ser um sujeito conectado, interligado e interativo”.

A Ponte da Passagem, inicialmente denominada pinguela da passagem, criada a partir de 1800, foi a primeira ligação do continente com a ilha de Vitória. A superação da barreira de água, que separava os dois extremos, se deu por meio do simples e essencial à necessidade de mobilidade da época. De madeira, no mesmo nível da água. Os passantes, a pé ou em carroças, percorriam a pinguela como se estivessem percorrendo uma estrada. Nada superior à terra, nada visto de cima, nem um nível se subia ao passar pela pinguela. “A pinguela foi a ponte ideal para a época de então. Feita de elementos naturais, ela combinava com o cenário de natureza a que estava inserida e era acessível a

todos” comenta Danielly Campos, sobre os antecedentes do seu objeto de pesquisa.

Outrora, a Ponte da Passagem representou as transformações que romperam com aspectos de uma capitania que evidenciava as características da vida colonial. Nem arquitetura, nem saneamento básico, nem recursos públicos de infraestrutura, educação ou cultura. Mas jazia, entre grandes matas virgens e grandes fazendas, uma cidade acanhada que pouco sabia de si, enquanto obedecia aos deveres da política e economia externas e cumpria o papel burocrático de uma capital.

A Ponte da Passagem, então em uma versão de arcos que passou a suportar veículos, trouxe consigo todo um arsenal de aparatos que anunciavam lentamente o princípio de um novo modo de vida naquela cidade. Quase 100 anos depois de sua criação, o equipamento veio a ser instrumento de um projeto arquitetônico que suprimia os abundantes bancos de água da ilha para garantir novas habitações, serviços básicos e movimentar relações, aliado à idealização estética para modernização do espaço. Com o projeto O Novo Arrabalde^[3], criado pelo sanitarrista Saturnino de Brito e implementado pelo presidente Moniz Freire, a partir de fins do século XIX, a Ponte da Passagem consolidava-se como parte da principal rota da cidade até os dias de hoje. A partir daí, integrava uma estrada, abarcava uma nova lógica de transporte e articulava a ligação das pequenas áreas já ocupadas com o novo território a ser desbravado, garantindo urbanização em detrimento da natureza.

Nas palavras de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, em O Projecto de um Novo Arrabalde, de 1896, “com efeito, não

[3] Cf. <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/o-novo-arrabalde.html>. Acesso em: 4.mai. 2016.

se trata só de aproveitar terrenos secos, e sim, ainda, de conquistar definitivamente ao mar uma certa área, até agora sob o domínio das altas marés.”

A Ponte da Passagem possibilitou aos olhos da sociedade enxergar perspectivas inimagináveis até então. A transformação da “cidade velha” – assim denominada pelo presidente do Espírito santo, Moniz Freire – por um centro populoso e comercial só foi viável graças à ponte, ocasionando diversas circunstâncias a partir dela. Do acesso a serviços e recursos indispensáveis para a qualidade de vida até a visão que encantava os passantes, com os novos rumos às belas praias no entorno do território alcançado.

Criada e recriada por impulsos de superar o atraso, a Ponte da Passagem refletia as demandas da vida urbana, ora em sintonia ora em descompasso com a expressão das transformações da cidade. Não à-toa, o equipamento teve quatro renovações ao longo da história, por vezes pagando o preço de seu apego ao passado, o que custava sempre um prejuízo que afetava toda a cidade. “A ponte foi renovada tantas vezes justamente por ser parte do caminho principal da população, mas principalmente por não ser capaz de acompanhar a evolução da cidade”, assegura Campos, deixando subentendida sua noção do dinamismo de uma cidade que se reinventa a todo momento.

Contudo, a ponte estimula ao mesmo tempo em que é impulsionada. Nascendo de demandas de sujeitos por trás dela, que atribuem estratégias, interesses ou necessidades políticas, a partir de sua existência passa a ser autônoma e não mais pertence aos seus donos, mas a todos que são afetados de alguma forma por ela. Esse objeto, por si só, já desempenha uma relação, de estrutura física, de cores, de formatos, de formas horizontais

ou verticais que influenciam nas visões e interpretações a partir dela. Outrossim, a ponte estimula encontros, interações e, portanto, a apreensão de significados num sem-fim de espaços, nos jornais, nas ruas, nas casas, nas instituições e em qualquer lugar ligado a ela, em que a única regra é o cenário da vida urbana.

Em “Ponte da Passagem: por significações”, Danielly Campos se ateu aos efeitos de seu objeto de pesquisa. Posterior às suas construções, a Ponte da Passagem passava a ser expressada pela apropriação de um espaço vivido e experimentado de formas dinâmicas, e nunca estáticas. Com a tônica da Ponte da Passagem vigente nos dias de hoje, inaugurada em 2009, símbolo de modernização e monumento arquitetônico da cidade, a pesquisa em questão retrata o presente momento histórico como parte das transitoriedades construídas pela vida urbana. Assim sendo, nada mais transitório que uma ponte, nos diversos sentidos que isso pode acarretar, como representação do trânsito de interações que se assumem e se produzem cotidianamente.

Os contrastes da ponte

Retornando à metáfora da ponte, sua estrutura destoa quando vista de cima e de baixo. Esses dois olhares sobre ela são completamente distintos. Enquanto a parte superior remete a todos aqueles elementos anteriormente destacados, de elo entre dois lugares, de grandeza em direção à evolução da tecnologia humana, a parte inferior pode ser sinônimo de aspectos mais negativos. Em muitas pontes espalhadas pelas cidades, a parte debaixo é local do que deve ficar escondido, de abandono, de abrigo para sem-tetos e de acúmulo de lixo. Existem também dois olhares em “Ponte da Passagem: por significações”.

“A Ponte da Passagem revela na parte de cima o que se

deseja ver: o movimento dos carros ou os famosos cabos superiores que simbolizam o desenho dela. Embaixo, existe tudo o que não se quer ver: os moradores daquela região, o acúmulo de lixo, as regiões que não foram apropriadas pelo Estado e a violência presente”, explicita Danielly, descrevendo a estrutura que sintetiza os diversos significados apreendidos a partir da vivência com os dois extremos da ponte.

A Ponte da Passagem nunca deixou de abarcar oposições que sua ânsia por conexão não anula. Ainda que deixemos de lado as visões de cima e de baixo, muitos outros extremos opostos ficam próximos em distância, mas afastados em significado, com o advento das pontes. Quando retornamos à história da ponte, alguns contrastes deixam seu legado nos dias de hoje, reproduzindo o passado. A vista para os braços de mar versus a vista para o continente. O centro amontoado em contraposição aos bairros limpos e higienizados, ao redor de praias. As ocupações ordenadas ao contrário das desordenadas, que redesenhavam morros, manguezais de palafitas e aglomerados de pessoas que não eram o alvo de serviços do Estado.

Como todas as pontes, ela não esconde e até mesmo leva luz às contradições de uma cidade idealizada para elevar seus holofotes públicos e encobrir o que se perdeu pelas margens de um desenvolvimento, ou melhor, pelas margens das águas atravessadas pela ponte. Outrossim, ligar dois lados, que sempre viveram cada qual em sua lógica, certamente acentua ainda mais seus contrastes. Em uma cidade, as marés, rios, córregos ou lagoas podem separar dimensões profundamente distintas e a singularidade de diferentes formas de vida. Tal como os rappers Racionais Mc's se referiam ao próprio universo em crise na periferia de São Paulo: “o mundo é diferente da ponte para cá”. No

caso da nova Ponte da Passagem, o “lado de cá” a que se referem os rappers pode ser equivalente às comunidades periféricas que rodeiam a ponte, provenientes das ocupações desordenadas supracitadas. A recente estrutura arquitetônica é composta por uma curva acentuada, que rompe com a visão desses bairros por quem passa pela ponte, velando o olhar àquilo que o Estado não se orgulha e, portanto, não deseja que seja visto de cima do maior cartão-postal da cidade.

As desigualdades potencializadas e estabelecidas por uma ponte ficam mais nítidas quando pensamos nas intencionalidades por trás dela, pelos sujeitos que a instauraram e que atuam para manter a imagem pública e o seu papel simbólico na vida da cidade. Assim sendo, a ponte se mostra desigual quando é endereçada a um certo público e condicionada a uma certa visão da cidade, ambos sustentados por um determinado discurso afirmativo acerca deste equipamento. Como exemplo disso, a nova Ponte da Passagem trouxe a interrupção do trânsito de pedestres através dela, tradição priorizada desde a pinguela há mais de um século atrás. Assim, a própria função existencial de mobilidade urbana que condiciona a ponte é posta em xeque, refletindo novamente as oposições que este aparelho carrega em si.

Se a ponte muda para atender a uma demanda do fluxo de trânsito que cresceu, muda também para assumir um novo significado perante a sociedade. A nova estrutura tem *design* futurista, mais moderno, seguindo o modelo em alta no país e no mundo. Como se o projeto escolhido visasse posicionar a Ponte da Passagem como ponto de referência na cidade. Sua aparência tem importância tão grande que mesmo após a descoberta de que os cabos não sustentariam a ponte, originalmente

projetada no formato estaiada, decidiu-se por mantê-los por sua contribuição estética.

Nessa conjuntura, faz-se indispensável pensar a atuação da mídia como protagonista no processo de ressignificação da Ponte da Passagem, pois em função do papel da imprensa enquanto reprodutora de discursos e formuladora de opiniões, pode-se assumir o potencial de impacto que suas publicações teriam na forma como a ponte seria percebida.

Representando uma das metodologias e problemáticas mais expressivas na pesquisa de mestrado em questão, os jornais impressos A Tribuna e A Gazeta apresentaram matérias relacionadas às reformas da ponte. No entanto, enquanto a primeira revelou um olhar mais factual sobre os acontecimentos, a segunda se mostrou participante ativa da significação que a nova ponte teria. O que fica claro ao observarmos, por exemplo, que em suas publicações o jornal referia-se à ponte pelo seu novo nome, da seguinte forma: “Ponte Carlos Lindenberg, antiga Ponte da Passagem”, forma popular como ela sempre foi conhecida. De toda forma a tentativa não surtiu efeito e ela permaneceu sendo chamada de Ponte da Passagem. Em notícias mais recentes, após a inauguração, o jornal ainda contribuiu para o posicionamento da ponte enquanto referência na cidade, usando-a como ponto de localização próximo aos fatos e suprimindo os nomes das ruas, bairros e avenidas pela descrição de proximidade com a ponte.

Uma ponte para pensar a cidade

A cidade é um organismo vivo que pulsa interações e significações sociais e não um ambiente fixo e imóvel de habitação, um conjunto de casas, prédios ou construções públicas. É o destino a que se chega após esse trajeto de pensamentos acerca

de um objeto que sintetiza a lógica complexa e plural da vida urbana: a ponte. Sendo assim, uma ponte não é apenas uma ponte, pois é preciso observar como ela é percebida por quem a utiliza, como ela é retratada, sob quais propósitos ela foi construída e quais os interesses de indivíduos e organizações que se relacionam com ela.

Mais do que um espaço de vivência a cidade é um espaço de convivência, altamente mutável, transitório. Uma ponte pode ser instrumento para privilegiar uma parcela da sociedade que vive ao seu redor e ao mesmo tempo excluir outra. Ela pode ser um manifesto político ou servir a um propósito cultural ou turístico. Ou ainda sofrer um processo de apropriação por parte da população e se tornar local de protesto, de eventos e encontros, assumindo uma finalidade completamente diferente daquela proposta em sua criação.

A cidade é um espaço de interações dinâmicas, e as relações de interesse, de poder, de habitação e de uso de um território que é público são constantes e precisam ser observadas. A população também faz parte desse processo e é, no fim das contas, a protagonista dessa relação. A própria Ponte da Passagem foi palco deste tipo de apropriação, quando foi ocupada por manifestantes em 2013, durante os protestos que levaram milhares de pessoas às ruas por todo o país. A imagem da ponte tomada pela população circulou em diversos veículos.

Esse tipo de mobilização demonstra a relação que se estabelece entre os indivíduos e a cidade. Neste caso, a força de ocupação de um espaço público, exemplo também visto recentemente na popular discussão sobre os “rolezinhos”, onde existe a tentativa de repelir a presença de um grupo marginalizado em outro local de domínio coletivo, um shopping. Ainda sobre a

Ponte da Passagem, podemos destacar a pressão social exercida após a insatisfação da sociedade com a entrega de uma ponte sem opção de passagem para pedestre, o que resultou na construção de uma passarela.

As mesmas significações propostas pela pesquisadora sobre a Ponte da Passagem podem ser observadas em outros locais. Um exemplo não muito distante em localização do objeto de estudo da pesquisa em questão é a Praça dos Namorados, também em Vitória. Há alguns anos a praça serviu de cenário para o surgimento de uma movimentação cultural jovem e se tornou ponto de encontro para um grupo de adolescentes, que a reivindicou como espaço de lazer.

Segundo a participante frequente desses encontros, Sharon Carvalho, tratava-se de jovens, vestidos de preto, adeptos das mais diferentes vertentes do rock, que de maneira autônoma e independente se organizaram para que os encontros acontecessem todos os sábados. O primeiro encontro foi marcado através de uma rede social. No começo eram só alguns jovens sentados com um violão, mas que por puro “boca a boca” cresceram em proporção suficiente para serem percebidos pelos vendedores de barraquinhas que frequentavam o local, e se tornarem referência para os moradores e frequentadores da região.

Os encontros se iniciavam no começo da tarde, no píer atrás do Shopping Vitória, e com a chegada da noite os participantes se encaminhavam para a praça. As reuniões tinham a finalidade de interação social, os jovens ouviam música, conversavam, faziam amigos e buscavam diversão. Com o tempo, por causa da quantidade de assaltos que passaram a acontecer, o encontro foi transferido para a Curva da Jurema, até serem encerrados permanentemente outra vez em função da violência. Eles

duraram cerca de cinco anos.

Outro olhar sobre a cidade

Daí vem a importância de uma pesquisa que observe essas relações que são pano de fundo para os acontecimentos rotineiros na sociedade, que a afetam e a transformam e sobre as quais a sociedade em geral lança poucos olhares de criticidade, não por falta de capacidade ou de interesse, mas porque esses assuntos não são pauta da vida comum, que acontece no dia a dia, e que caminha em outro ritmo.

É sim papel da Academia ser próxima da realidade de sua comunidade e discutir temas que a enriqueçam enquanto sociedade autoperceptiva. É de interesse social conhecer e entender a estrutura e os processos que organizam e regem uma cidade, um Estado ou um país. São pesquisas que tornam a visão coletiva mais inclusiva e abastada em dados e informações, e que dá base para o debate e a para a revisão.

Quem conta a Ponte da Passagem: Uma entrevista com Danielly Campos

Adentramos à sala estreita da repartição pública e logo de cara fomos recebidos por ela. De blusa cor-de-rosa e calça verde, cores harmonizadas justamente pela diferença, Danielly Campos parecia expressar até nas roupas o contraste e a singularidade que marcam sua carreira. Assessora de Comunicação da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade, em Vitória, ela esclarece o cargo de nome longo que nos confundia, entre tantos departamentos possíveis dentro da Prefeitura de Vitória.

Ao lado da sua mesa de trabalho, um quadro branco com demandas de sua assessoria, que denotavam possíveis informações sobre obras e serviços da cidade. Ao longo da entrevista, a objetividade perceptível nas demandas se perdia na fala da jornalista e pesquisadora. O olhar focado em nos esclarecer minuciosamente os meandros de sua pesquisa, desfocava o aspecto superficial da cidade com a qual lidava todos os dias naquele órgão público. Esta outra cidade da sua pesquisa de mestrado – a mesma, só que observada por outras lentes – era sim encantadora, mesmo com todas as manipulações negativas investigadas por ela, predominantes em sua pesquisa. Mas o encanto que Danielly conseguiu transmitir a nós, jornalistas deslumbrados, dava-se pela possibilidade de explorar um objeto tão despercebido de uma forma impensável.

“Enquanto jornalista e assessora, meu trabalho é de divulgar e expor a cidade que se quer vender à comunidade. Com o mestrado, pude pensar a cidade e lançar sobre ela um novo olhar, abrindo novos horizontes para então enxergar suas pluralidades. É edificante poder ver a cidade enquanto um lugar de expressão de diversas pessoas e da sua identificação com o espaço”. Assim, Danielly se inseria numa série de conciliações e, ao mesmo tempo, contradições: de ser pesquisadora e jornalista responsável pelo setor de um órgão público, concomitantemente, de pensar a cidade para além de sua superfície física, de produzir reflexões que o árduo trabalho em assessorias de imprensa e redações não lhe permitiam.

Nesse cenário, a pesquisa “Ponte da Passagem: por significações” veio a ser uma das pioneiras no mestrado em Comunicação e Territorialidades, da Universidade Federal do Espírito Santo. A óbvia ligação de uma ponte com a área de concentração

do mestrado, Territorialidades, não convenceu Danielly a propor um trabalho que analisasse as relações de pessoas naquele espaço físico. A estrutura física foi apenas o ponto de partida para a investigação, que tinha como desafio compreender o processo da produção de sentidos a partir da interação entre a ponte, a população do entorno e os veículos midiáticos. Dessa forma, Danielly passou a narrar uma cidade reinventada, relida e reescrita pelas relações entre seus personagens e as significações a partir delas.

Fogem às suas intenções e pretensões iniciais com a pesquisa os efeitos e resultados ocasionados por ela, alvos de um intenso mergulho em histórias que derivam de um só caminho: a Ponte da Passagem.

Sobre a dissertação

Mestre: Danielly de Souza Campos

Orientadora: Professora Doutora Moema Rebouças

Título da dissertação: Ponte da Passagem: por significações

Linha de pesquisa: Práticas e Processos Comunicacionais

Data de defesa: 7 de julho de 2016

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Moema Rebouças (Orientadora)

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professor Doutor José Antonio Martinuzzo (membro interno)

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professor Doutor Milton Esteves (membro externo)

RESUMO

A Ponte da Passagem se renova simbolicamente na cidade de Vitória. Seja pela experiência cotidiana, seja pela vivência mediada pelos Jornais A Gazeta e A Tribuna, ela ganhou novos significados, espacialidades e territorialidades. Por meio dos seus discursos, essa mídia impressa a destacou nos anos de 2009 e 2014. A interação entre ponte, mídia e usuários, em seu processo complexo de comunicação, resultou em uma nova apreensão e relação com o espaço. A semiótica discursiva possibilitou apreender os efeitos de sentidos das narrativas midiáticas, bem como identificar as estratégias de manipulação para “construir” a ponte como referência geográfica, lugar de destaque, cartão postal e/ou símbolo da cidade e lugar de violência. Nem todas imposições da mídia foram aceitas pelos moradores, o que revela que eles participam ativamente desse processo de construção de significados.

CONCLUSÃO

Os Jornais A Gazeta e A Tribuna criaram novos papéis para a Ponte da Passagem em seus discursos. Com a análise dos recortes, foi possível chegar à presença e a não presença desse objeto na narrativa. Dessa forma, o processo de leitura semiótica da ponte resultou na apreensão dos efeitos de sentidos criados, que marcaram a transitoriedade do objeto também nesse campo da significação.

Entre esses efeitos de sentidos, destacam-se os temas de criação de um lugar de destaque, de uma referência geográfica, de um cartão postal e/ou um símbolo da cidade e de um espaço

de violência. Por meio da manipulação e da programação, conforme pontuados nos regimes de espaço do tecido e da rede, a mídia impressa em questão, validando seu contrato fiduciário com o leitor, apresentou o discurso para fazer parecer verdade com o objetivo claro de persuasão.

A associação da ponte como um elemento de referência espacial na cidade, criado a partir de isotopias específicas, foi a mais marcante e constante no discurso dos jornais, que deram considerável destaque e visibilidade ao objeto para sua projeção, sobretudo no ano de sua inauguração. Apesar da quantidade de aparições não ter sido tão expressiva cinco anos depois, a ponte se fez presente nas narrativas dos periódicos com os mesmos efeitos de sentido postos anteriormente. Isso revela uma estratégia de manutenção e consolidação da imagem criada desse objeto pelos jornais. Pelo conteúdo, a ponte se apresenta, em 2014, como um equipamento que foi apropriado pelos moradores.

Essa construção simbólica midiática da ponte como elemento da cidade e, muitas vezes, como representação da urbe, quando abordada como símbolo, entre tantas paisagens e espaços importantes da cidade, revela as intencionalidades dos jornais e suas estratégias político-culturais para a criação narrativa desse novo lugar e de ampliação de sua visibilidade.

Os jornais impressos construíram com o leitor um regime de ajustamento com a parte de cima da ponte, a que é vista, a que é possível apreciar sua beleza, a paisagem da cidade, e onde acontece o movimento e interação estética dos sujeitos para a mobilidade, que é a grande funcionalidade do equipamento. Essa é a parte em que se possui uma vivência programada que promove um bem-estar do destinatário com o espaço e promovendo um sentimento de pertencimento. O princípio desse regi-

me é a sensibilidade, gerada a partir da cumplicidade entre os atores nessa ação.

Já com a parte de baixo da ponte, a mídia construiu a rejeição com a espetacularização do espaço como de violência. Isso influencia o desenvolvimento de uma nova relação com o lugar, pautado pelo preconceito e medo dos moradores na utilização do mesmo, sobretudo em determinados períodos do dia.

Outro ponto importante a ser destacado é a associação da Passarela à Ponte da Passagem como se integrassem um mesmo equipamento de mobilidade. Essa junção na narrativa midiática minimizou os efeitos negativos, junto à sociedade, dessa separação dos pedestres da Ponte da Passagem - uma passagem centenária pelo equipamento. Provavelmente ela foi construída no ano de inauguração da passarela, em 2010, e, por isso, não tenha sido identificada por esta pesquisa, cuja proposta de análise de publicações é de 2009 e 2014.

Apesar de não ser possível medir nessa pesquisa o nível da influência das mediações midiáticas em relação aos moradores leitores, as “verdades criadas” tiveram, em linhas gerais, um bom nível de aceitação entre o público entrevistado na pesquisa de campo. A divulgação de notícias diária e já cotidiana da ponte, não percebida pela maioria dos entrevistados ao longo prazo, interferiu no modo de ver ou de pensar dos cidadãos. Eles, por sua vez, somaram a vivência do objeto mediada pela mídia à experiência física vivenciada diretamente com a ponte, a partir de seus valores e visões de mundo.

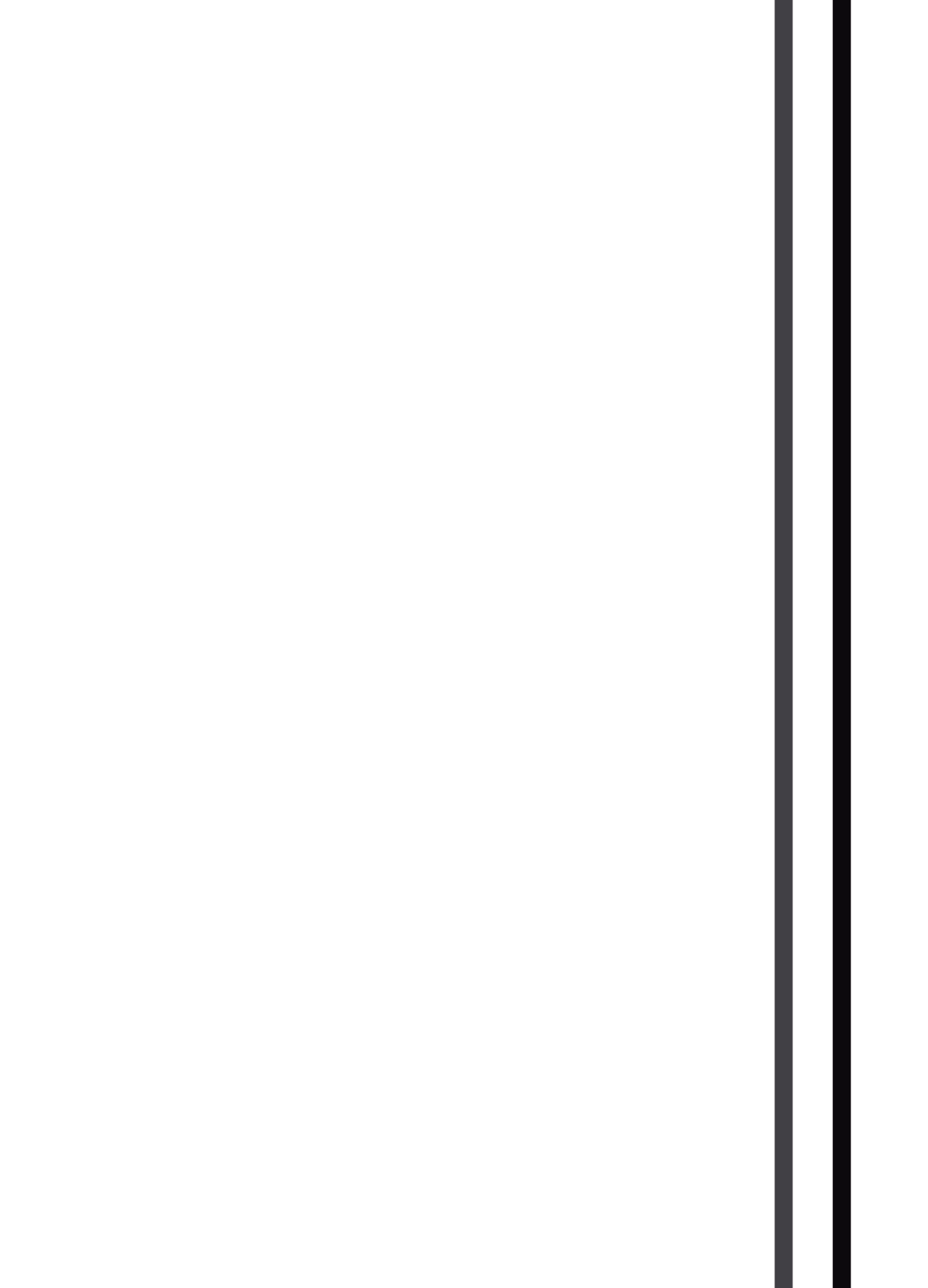
No entanto, nem tudo que foi posto pelo jornal foi acolhido. Um exemplo foi a tentativa frustrada de A Gazeta de desconstruir o nome original da ponte para colar o nome oficial da Ponte Governador Carlos Lindenberg, como estratégia de valori-

zação política do grupo Lindenberg no cenário de Vitória. Todos os grupos de entrevistados, incluindo os não leitores, discordaram que a ponte tivesse outra nomenclatura. Isso comprova que a mensagem midiática não é imediatamente aceita pelos seus receptores após a veiculação.

Essas constatações nos permitem avançar sobre as espacialidades criadas pelos jornais que, sobrepostas às características da ponte e da percepção espacial dos moradores, criam um “habitar” singular, produto desse processo comunicativo entre mídia, sujeito e espaço.

A leitura semiótica, apesar de ser desenvolvida individualmente pelo pesquisador com metodologia dessa área de conhecimento, demonstrou que a ponte é na realidade, um objeto sincrético, pois reúne a união de várias linguagens. Com a apreensão e descrição das mesmas, foi possível identificar as experiências vividas que constituem o seu significado.

Seria uma incoerência apresentar aqui qualquer fechamento de ideias sobre a Ponte da Passagem, que, pelas reflexões apresentadas nesta pesquisa, se constitui em um objeto aberto, transitivo e dinâmico. No contexto espacial em que está inserida e que está em processo de consolidação, o que se deve esperar do objeto é que apresente novas presenças e proporcione, como ocorreu ao longo de sua história, novas significações pessoais e midiáticas. A Ponte da Passagem, objeto que carrega em seu nome a relação com o lugar e ação de deslocamento, vai continuar a promover movimentos na cidade.



**4 - AFROSAMURAI:
TERRITORIALIDADE E
A REPRESENTAÇÃO DO
HOMEM NEGRO NA PRO-
DUÇÃO AUDIOVISUAL**

*LORRAINE PAIXÃO,
LUANA PESSOA D'ANGELO*

Com o crescimento da produção e da difusão de peças audiovisuais, o debate sobre a representação de grupos sociais minoritários vem crescendo e ganhando força no cenário global. É importante notar tal fato, porque maior produção e difusão audiovisual não garante inclusão automática de minorias. Até porque, apesar de haver uma grande quantidade de produtos audiovisuais sendo produzidos, distribuídos, compartilhados e comentados, há também invisibilidade e distorções quanto à representação de alguns grupos sociais historicamente marginalizados, como negros, mulheres e LGBTs.

Edson Alves Rangel, de formação em Desenho Industrial e Comunicação Social, é um dos pioneiros no mestrado em Comunicação e Territorialidades, da Universidade Federal do Espírito Santo, e em sua dissertação busca somar ao debate com o estudo acerca da representatividade do negro no audiovisual, através da análise do anime Afrosamurai. “Na análise, reflito sobre a narrativa da série e como ela trabalha algumas questões que são relevantes para o negro, como, por exemplo, a desconstrução de determinismos raciais”, comenta o pesquisador. “Além disso, reflito ainda a relação da narrativa do anime com a abordagem do Afrofuturismo, movimento que trabalha ficção científica e questões políticas raciais”, destaca.

O anime Afrosamurai surgiu através da parceria entre produtores japoneses e norte-americanos e foi lançado em 2007. Conta, em apenas cinco episódios, a saga de um samurai negro que busca vingar a morte de seu pai em uma versão futurista do Japão feudal.

Edson analisa a narrativa do anime para responder a uma pergunta-chave em sua dissertação: como a representação de um personagem principal negro contribui para a inclusão ou

exclusão social numa sociedade globalizada? Em sua pesquisa, ele aponta que Afrosamurai apresenta estereótipos do homem negro do cinema blaxploitation, caracterizado pela imagem do negro violento e hipersexualizado, inspirado no cinema norte-americano da década de 60.

Ao mesmo tempo em que se repete em estereótipos, o anime traz algo novo: um negro como protagonista e herói. O pesquisador chama isso de exclusão social, já que se repete a imagem do negro estereotipado; e inclusão social, já que há um protagonista negro. “Entendemos por efeitos de inclusão social a apropriação da linguagem e da narrativa do anime para tratar de algumas questões que sejam relevantes e próprias aos negros em meio a um mercado e sociedade globalizados”, reflete o pesquisador. “Já exclusão social, compreendemos aqui como a apropriação da imagem do negro como resultado de interesses comerciais alheios às questões próprias dos negros e a consolidação de paradigmas limitantes da representação que ampliam a condição de marginalização social do negro”, pondera.

Afrosamurai conta com grandes nomes da produção audiovisual no *mainstream* global, como o ator Samuel L. Jackson, que também participou da produção do anime. Quando se fala de representação de grupos sociais minoritários na comunicação de massa e na produção audiovisual, os grandes produtores têm maior visibilidade ao contar essas histórias, já que estão inseridos fortemente na dinâmica econômica do mercado de produções audiovisuais.

Edson relata que sua visão sobre o tema mudou ao longo da pesquisa. “Ainda que tivesse interesse na questão da representação, a via mais como uma forma de apropriação temática, em que os efeitos de representação se apresentavam como nega-

tivos. Porém, foi possível verificar a complexidade dessas representações, assim como das relações de poder que as envolve”, explica.

E a experiência como pioneiro no mestrado não foi fácil. As dúvidas com o procedimento da pesquisa foram apontadas como o maior desafio. Edson descreve a experiência como interessante: “A experiência da pesquisa me permitiu ampliar minha visão de mundo, primeiramente no âmbito de uma visão acadêmica, e depois a de opiniões e posicionamentos políticos que marcam minha vida pessoal”, avalia o pesquisador.

Confira abaixo entrevista com o pesquisador Edson Alves Rangel:

Qual o tema e objeto da pesquisa?

O tema da pesquisa é o da representação do negro na produção audiovisual transnacional e globalizada. Já o objeto da pesquisa foi o anime Afrosamurai, uma série televisiva produzida por realizadores japoneses e afro-americanos, lançada 2007 em cinco episódios que compõem uma história completa.

Qual a questão central e o método para respondê-la?

Como a representação de um personagem principal negro no anime Afrosamurai pode contribuir para produzir efeitos de inclusão ou exclusão social para o negro numa sociedade globalizada? O método usado na pesquisa foi análise de conteúdo (suas narrativas).

Quais as principais conclusões?

Que a representação do protagonista negro da série Afro-

samurai faz uso da imagem do estereótipo do negro no cinema blaxploitation, caracterizado pela fala estilizada do black-inflected, pela violência e pela hipersexualidade masculina. Mas que, a esse estereótipo, é acrescentado uma dimensão épica por meio da jornada do herói, na qual são inscritas algumas especificidades da experiência do negro em meio a modernidade e pós-modernidade, que caracterizam uma face de sua condição como grupo social historicamente marginalizado, mesmo no cenário globalizado. Ao trabalhar as especificidades da condição do negro e ao ampliar as formas limitantes da representação do estereótipo, podem-se identificar efeitos positivos quanto a essa representação. Por outro lado, essa representação está inserida numa narrativa híbrida, com múltiplas possibilidades de leitura e construções de significados, que podem, da mesma forma, produzir efeitos negativos de representação como, por exemplo, reforçar a imagem negativa do estereótipo do negro violento frente a qualquer outro grupo étnico de um cenário global.

A pesquisa mudou ao longo do mestrado? Se sim, como?

Sim. Primeiramente o objeto que, inicialmente, seria o filme Distrito 9. Já na análise do novo objeto, o anime Afrosamurai, algumas outras mudanças ocorreram quanto à questão, que saiu de um tipo de identificação das características da expressão cultural do negro presentes na produção do anime para a questão da representação do negro.

Como se interessou pelo tema e pela questão?

Pelas minhas formações, em Desenho Industrial e Comunicação Social, tenho interesse no universo das produções audiovisuais. Assim como o interesse por produções audiovisuais

de ficção científica que trabalham, direta ou indiretamente, a representação do negro nesse universo.

Qual sua opinião quanto à relevância social de sua pesquisa?

Acredito ser bastante relevante tendo em vista a crescente complexidade das produções e de comunicação de massa, especialmente audiovisual, que trabalham a representação de diferentes grupos sociais marcados por grande assimetria nas relações de poder e representação dentro de uma sociedade globalizada.

Antes e depois da pesquisa, qual sua visão sobre o tema/objeto/questão? Mudou?

Mudou sim. Ainda que tivesse interesse na questão da representação, a via mais como uma forma de apropriação temática, em que os efeitos de representação se apresentavam como negativos. Porém, foi possível verificar a complexidade dessas representações, assim como das relações de poder que as envolve.

Como foi ser pioneiro no mestrado em Comunicação e Territorialidades?

Foi uma experiência bastante interessante e difícil. Algumas dúvidas quanto aos procedimentos de pesquisa, quanto à área de concentração do programa, destacadamente a da Territorialidade, se mostraram desafios maiores do que os que imaginei antes de iniciar o mestrado. Mas concluo como uma experiência muito interessante, que permitiu ampliar muito minha visão de mundo, primeiramente no âmbito de uma visão acadêmica, mas também de opiniões e posicionamentos políticos que marcam

minha vida pessoal.

Sobre a dissertação:

Mestre: Edson Alves Rangel

Orientador: Professor Doutor Gabriel Menotti

Título da dissertação: Afrosamurai: uma análise sobre a representação de um herói e protagonista negro na narrativa transnacional do Anime

Linha de pesquisa: Práticas e Processos Comunicacionais

Data de defesa: 01 de abril de 2016

BANCA EXAMINADORA:

Professor Doutor Gabriel Menotti (Orientador)

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professor Doutor Erly Vieira Júnior (membro interno)

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professora Doutora Alessandra Brandão (membro externo)

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

Neste trabalho analisamos a representação de um protagonista negro no anime transnacional Afrosamurai. Nessa análise, demonstramos que a construção narrativa da série, construída na forma de uma saga de herói, trabalha algumas questões que são relevantes para o negro em meio ao universo da representação e da ficção científica de uma sociedade globalizada. Questões relacionadas à desconstrução de determinismos

raciais formados em meio a modernidade e reconfigurados em meio a pós-modernidade. E que o tratamento dessas questões se aproxima ao que é dado pela abordagem do Afrofuturismo, que trabalha a relação entre ficção científica e questões políticas relevantes para pessoas negras. Demonstramos ainda, que a narrativa visual da série Afrosamurai se aproxima de outra abordagem quanto à experiência de modernidade e pós-modernidade, a partir de uma perspectiva japonesa, de forma a reconfigurar o tratamento e aproximação que essa construção narrativa confere às questões que são relevantes para o negro.

CONCLUSÃO

No decorrer de nossa análise dos aspectos narrativos da série Afrosamurai, observamos que a representação do protagonista negro na série faz uso da imagem do estereótipo do negro que podemos caracterizar como o “negro blaxploitation”, que tem como principais características o comportamento violento, a fala estilizada do black-inflected, a hipersexualidade masculina e o chamado estilo super cool, uma forma irresponsável e inconsequente de viver.

Porém, vimos que a construção narrativa da série não permite enquadrar, tão facilmente, o protagonista como um estereótipo limitado e limitante quanto a possibilidades de representação do negro. Nela, vemos uma dimensão épica construída por meio da estrutura narrativa do monomito, em sua forma da sintonia com o pai.

Nessa estrutura épica, vemos a forma clássica da jornada do herói proposta por Campbell, mas que ao ser vivida pelo protagonista negro revela um tipo de curto-circuito nessa estrutura, pois ele surge de lugar algum, e, principalmente, não tem

a possibilidade de um efetivo retorno a algum lugar ou grupo de origem ao ver concluída a sua jornada, o que impede qualquer possibilidade de fechamento harmonioso nessa estrutura épica. Nela, o personagem Afrosamurai constrói sua jornada a partir de escolhas que lhe são próprias que, por vezes, são bastante complexas, ao envolver sua condição de pertencimento ou rompimento com os ciclos de um mundo ficcional no qual uma condição de improvável, ou mesmo impossível, pertencimento harmonioso do protagonista negro guarda semelhanças com a condição que o negro vive no mundo verídico contemporâneo.

Como vimos, a construção narrativa da série Afrosamurai trabalha algumas questões na representação do negro na ficção científica que se aproximam do tratamento dado pelo Afrofuturismo, uma abordagem que trabalha e pensa a ficção científica de forma a inserir nesse universo algumas das questões políticas que são próprias para o negro em meio a sua representação ficcional e também no exercício de sua vida política.

Nessa abordagem, uma das principais questões que relacionam o universo de ficção e o universo da vida política é a condição de exclusão social vivida por um grande número de pessoas negras em meio à sociedade moderna. Uma condição que leva à percepção de que os negros vivem em suas vidas, por efeitos e desdobramentos da diáspora negra e da escravidão racial, a real experiência de serem aliens em meio a sua condição marginal na modernidade (DERY, 1995, p.212).

Essa condição de exclusão é uma questão central uma construção narrativa da série Afrosamurai, que tem como protagonista um personagem que é um híbrido entre o negro blaxploitation e o samurai japonês.

Vimos que na estrutura narrativa da série Afrosamurai,

construída na forma de uma arqui-trama composta por duas subtramas, trabalha algumas questões que são relevantes para o negro em meio ao universo da ficção científica. Identificamos também, que os conflitos da arquitrama e das subtramas estão relacionados a algumas chaves da estrutura do monomito que envolvem, entre outros elementos simbólicos, a relação de transcendência do herói em relação ao mundo e à sua própria condição de sujeito em transformação.

As questões identificadas foram: a da apropriação tecnológica, a do rompimento com o ciclo da família e a da imposição de uma ordem universal. Essas três questões, em diferentes medidas, trabalham a condição de transcendência e superação própria do personagem como a representação simbólica do desejo de superação das condições vividas por negros, mas também, de diferentes formas, por japoneses, em meio à sociedade moderna, reconfigurada em sua condição pós-moderna.

Para o negro, a primeira questão surge como a representação da desconstrução do determinismo racial, que é também um determinismo tecnológico, assim como a representação da apropriação tecnológica como forma de sua construção e autodeterminação política. A segunda e a terceira surgem como construções simbólicas do rompimento e da transcendência em relação aos ciclos de tradições culturais e políticas nas quais o negro foi inserido, assim como o das narrativas clássicas universais que acentuam a condição de exclusão social de grupos politicamente minoritários em meio a sua vida cultural e política.

Essa representação constitui um tipo de voz própria produzida pelo negro no anime *Afrosamurai*, que ganha ressonância com a efetiva participação dos realizadores negros, como Samuel Jackson e RZA, que imprimem suas características e

marcas próprias na construção desta representação do negro. Mas, ao mesmo tempo, a representação dessas questões próprias aos negros envolve a complexidade das produções narrativas múltiplas e híbridas.

A complexidade dessa construção narrativa do anime Afrosamurai potencializa a reconfiguração dos significados e das apropriações da representação do protagonista. Como vimos, a partir da perspectiva do Suplerflat, a técnica de composição plana e a imagem superplanar, que caracterizam a narrativa visual da série Afrosamurai, podem ser vistas como um tipo de visualidade japonesa que reconfigura e transcende determinismos tecnológicos modernos ocidentais. Ou que, ao menos, refletem um desejo japonês de reconfiguração e transcendência em relação a esses determinismos.

Nesse sentido, a construção narrativa que envolve o estereótipo do negro violento, bestial e incontrolável pode dizer algo sobre o desejo de libertação e transcendência dos japoneses: o desejo de serem pós-modernos, mas sem as regras e restrições impostas pelo determinismo tecnológico moderno ocidental. Aqui, o desejo de transcendência se assemelha àquele trabalhado pela abordagem do Afrofuturismo, mas é utilizado num sentido avesso ao dessa abordagem.

Como apontam Shohat e Stam, por vezes “o racismo pode constituir uma forma disfarçada de auto-rejeição genealógica” (SHOHAT, 2006, p. 48). Assim, a possível construção de significados a partir dessa perspectiva japonesa, uma entre outras, pode dizer mais sobre a imaginação do japonês do que sobre o negro como um grupo estereotipado e determinado pelos efeitos da representação (SHOHAT, 2006, p. 48).

Observamos que a construção narrativa híbrida, associa-

da à técnica de composição plana e à imagem multiplanar da série Afrosamurai, potencializam a comutação entre significados e apropriações variadas, que passam pelos da representação de questões que são próprias aos negros, com potenciais efeitos positivos de inclusão social, assim como por uma representação que consolida a imagem do estereótipo do “negro blaxploitation”, mas que representa o desejo e as aspirações do japonês como uma etnia que também deseja transcender alguns determinismos que lhe são impostos. Esse segundo tipo de apropriação pode ser interpretado como um tipo de representação com indiferentes efeitos de inclusão ou exclusão social para o negro, ao falar sobre as aspirações de outro grupo social, assim como um tipo de representação que consolida o estereótipo do negro violento e incontrolável, assim imaginado diante de qualquer outro grupo étnico, o que pode produzir efeitos negativos de inclusão social.

Em nossa interpretação, diferente de nossa hipótese inicial, concluímos que a representação do negro na série Afrosamurai pode produzir efeitos de inclusão social para o negro ao dar voz, num universo de produção mainstream, a algumas questões que lhes são próprias em uma sociedade globalizada. Mas esses efeitos positivos surgem apenas como desdobramentos potenciais dessa construção narrativa, que estão em negociação e disputa com outros, alguns deles potencialmente negativos.

Como afirma Stuart Hall, “a hegemonia cultural nunca é uma questão de vitória ou dominação pura” (HALL, 2013, p. 376) no cenário de intensas disputas políticas e culturais. As ambiguidades, ganhos e derrotas nessas disputas, em que determinismos raciais e tecnológicos foram construídos no decorrer da

modernidade, são reconfigurados, mas não descartados, numa pós-modernidade global.

Mais do que uma possibilidade, a construção cultural, política e narrativa por meio da inserção de questões próprias aos negros no universo da ficção científica surge como um importante campo de disputa cultural e política, que pode contribuir, de forma negociada, para uma gradativa desconstrução dos determinismos raciais que foram tão solidamente construídos em meio à modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre muitas outras possíveis considerações que podemos fazer sobre nossa análise, acreditamos que duas se fazem importantes.

A primeira, é que a perspectiva a partir da qual podemos afirmar que a construção narrativa da série Afrosamurai trata de questões relevantes e próprias aos negros considera, quase que exclusivamente, a perspectiva do gênero masculino.

Questões próprias e relevantes à mulher negra, ou a qualquer outro tipo de opção de gênero, são praticamente inexistentes na construção narrativa da série. Como aponta Gilroy, as diferenças de gênero são bastante relevantes ao se discutir questões políticas que envolvem os determinismos raciais que oprimem pessoas negras (GILROY, 2012, p. 19).

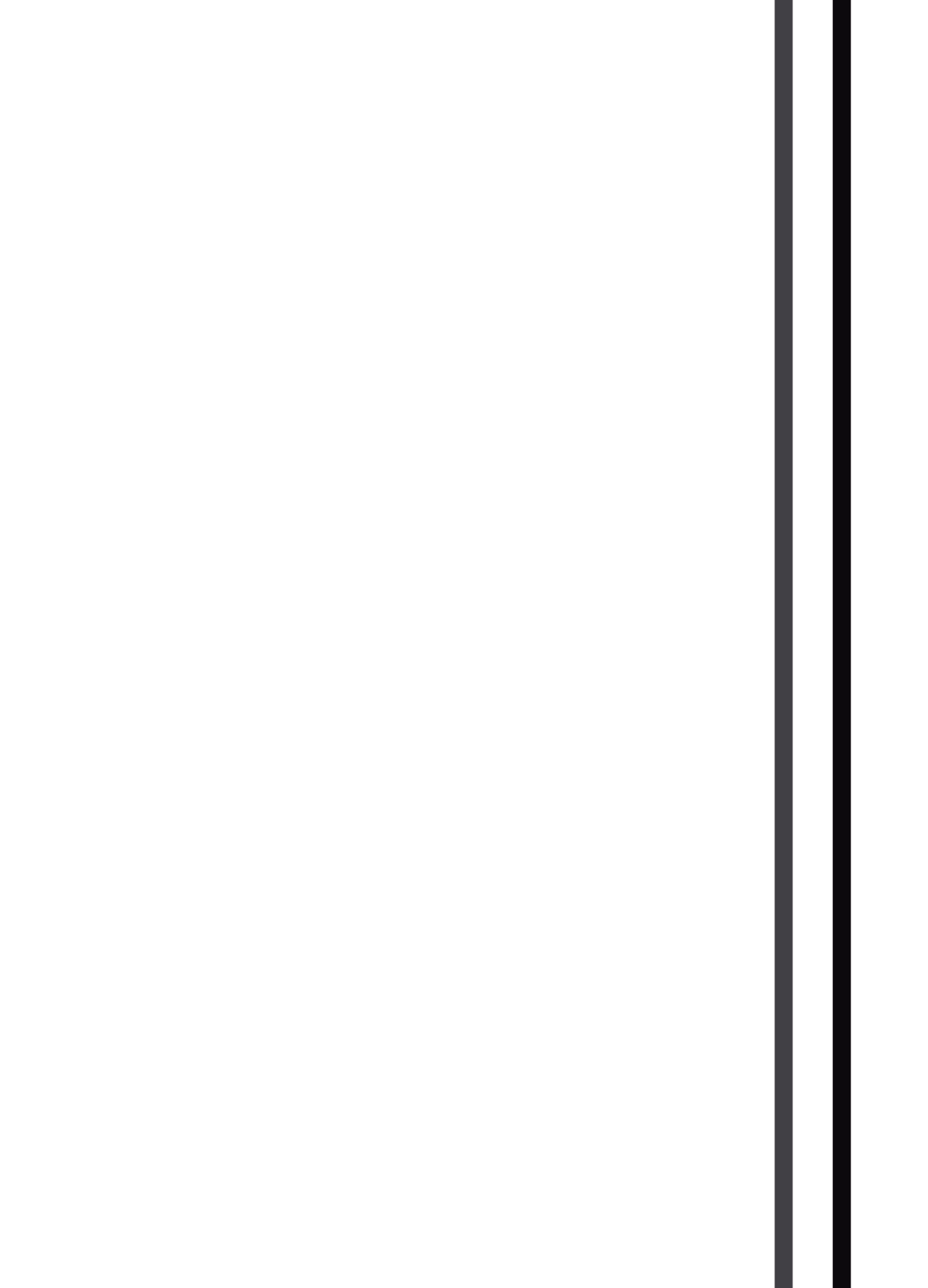
Uma análise que contemplasse a dimensão da representação do gênero, numa construção narrativa como a da série Afrosamurai, poderia contribuir para uma melhor compreensão de como a ausência da representação de gênero que fuja daquela do significante “negro masculino” constitui também um tipo de posicionamento político que redimensiona a questão da repre-

sentação.

A segunda consideração importante é quanto aos realizadores da série Afrosamurai. Observamos que os artistas afro-americanos capazes de dar voz às questões próprias aos negros nessa série são também grandes astros do universo de produção mainstream global, e que as produções de entretenimento global de realizadores norte-americanos e japoneses estão entre as de maior destaque e orçamento para produções nesse campo. Como apontam Shohat e Stam, os orçamentos das grandes produções *mainstream* fazem delas um tipo de representação clastista e eurocêntrica, pois “para participar desse jogo, é preciso ter grande poder econômico” (SHOHAT, 2006, p. 271).

Uma análise que contemple a dinâmica da produção econômica e cultural do anime Afrosamurai como uma produção de entretenimento global produzida por realizadores capazes de se projetar num mercado global poderia compreender melhor como os cenários em que são estabelecidas hegemonias culturais e econômicas globais também redimensionam a questão da representação do negro. E que a partir dessa perspectiva, mesmo que pessoas negras brasileiras compartilhem determinismos raciais semelhantes aos vividos por pessoas negras norte-americanas, por exemplo, os instrumentos e as vias para a desconstrução desses determinismos podem não ser os mesmos.

Nessas considerações, destacamos que a questão da representação do negro e dos seus possíveis efeitos positivos ou negativos passa, necessariamente, por redimensionamentos diversos, como o de gênero e o de classe, e que deve ser reforçada a sugestão para que essas variáveis sejam consideradas para a análise de objetos que envolvam essa questão.



**5 - O GIGANTE
ACORDOU**

*ISRAEL MAGIONI ZUQUI,
ThAIS COSTA BAPTISTA*

“Se não tiver direitos, não vai ter Copa.” A frase, que repercutiu nas mais variadas redes sociais, energizou uma das manifestações de maior proporção já acontecidas no Brasil, tendo seu ápice em junho de 2013, quando vários grupos se mobilizaram em protesto durante a Copa das Confederações. Incentivada e propagada por multidões e movimentos sociais, a frase “Não vai ter Copa” ganhou a voz das ruas, quando mais de um milhão de pessoas se concentraram nas praças e avenidas das capitais, metrópoles e até mesmo em cidades do interior.

Tal movimento – diferentemente de outros grandes protestos do país, como o “Fora Collor”, que pedia o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo, em 1992, e o “Diretas Já”, que exigia a volta do voto popular, em 1984 – teve divulgação e cobertura de um meio de comunicação e disseminação muito eficaz: as redes sociais na internet. Através delas, as convocações para as marchas ganharam agentes atomizados, dinamizaram-se e obtiveram visibilidade inédita, numa conjunção de viabilidade técnica e ação política. Segundo o IBGE^[1], em 2013, ano das mobilizações, 49% das casas brasileiras possuíam acesso à internet. Já havia ainda o fenômeno dos aparelhos móveis, já que mais de $\frac{3}{4}$ dos habitantes possuíam os dispositivos. Para efeito de comparação, nos movimentos das décadas de 1980 e 1990, o chamamento acontecia por meio de comoção popular e do que era passado ao público pela grande mídia.

A inserção das comunidades virtuais no dia a dia trouxe a possibilidade de um amplo debate entre aqueles que não são ouvidos, haja vista que é impossível os outros meios de comunicação de massa, como o jornal, a rádio e a televisão, publicarem

[1]. Cf. <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/09/ibge-metade-dos-brasileiros-teve-acesso-a-internet-em-2013>; <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-04/celular-e-principal-meio-de-acesso-internet-na-maioria-dos-lares>

todas as opiniões em tempo hábil. Assim, os indivíduos podem ter contato com aquilo que está além de seu círculo de amigos, vizinhos, trabalho, estudos, religiões, entre outras esferas sociais. As conversas que antes se resumiam a esses espaços, agora ignoram fronteiras, ganham o mundo e reverberam suas vozes. Através das redes, viu-se a reação e a mobilização das pessoas em distintas partes do país e até mesmo fora dele; o diálogo entre os indivíduos da sociedade mostrou-se forte e amplo, atingindo as mais diversas classes, devido ao poder das relações virtuais em ascensão.

Além disso, a internet atua como um importante canal de dados. O vazamento das informações de corrupção na Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e na Federação Internacional de Futebol (FIFA), as promotoras do evento, que envolve pagamentos de propinas para concessão dos direitos de transmissões de eventos esportivos; o fato dos gastos com organização do torneio terem aumentado 285% em relação ao primeiro orçamento previsto, sugerindo um desvio de dinheiro público; a crítica ao “baixo volume” de investimento em educação, saúde e cultura, que seriam o legado da Copa; e as denúncias de eventuais casos de violência e prostituição infantil durante o torneio constrangeram e reuniram uma gama da sociedade que há muito estava inconformada com os abusos impostos pelos líderes do país e, agora, tinham um motivo em comum para lutarem por seus direitos.

Antecedido pelo movimento “Não é por 20 centavos”, contra o aumento do preço das passagens do transporte público em todo o país, afetando a grande massa da população (Confira o Capítulo 8), o “Não vai ter Copa” também fez cair várias máscaras da estrutura político-social e econômica brasileira, como,

por exemplo, o descontentamento da elite com o aumento das políticas assistencialistas, como o Bolsa Família; a indignação geral com o fato da má administração do Brasil, inclusive e especialmente na organização do evento, uma vez que esse teve o maior tempo da história para a elaboração do campeonato; e o aumento dos gastos públicos (o Brasil foi o único país a utilizar o dinheiro público na estruturação do torneio).

A magnitude da ocupação das ruas refletiu em outras esferas como a do entretenimento, onde famosos e intelectuais tomaram partido dos ideais do movimento e auxiliaram em sua transmissão através dos seus perfis, publicação de artigos, manifestos, poemas, paródias e músicas autorais, como no refrão do funkeiro carioca MC Orelha, que ressalta o repúdio aos escândalos e à impunidade: “É o país do futebol, do mensalão. Político é um nome bonito dado pra corrupção. Como pode na reforma de um estádio gastar um bilhão? Enquanto o desemprego cresce junto com a inflação”.

Refletiu também internacionalmente. BBC, The New York Times, The Guardian e El País fizeram cobertura e análises e se posicionaram. O diretor da Anistia Internacional Brasil, Atila Roque, chegou a acusar a polícia de usar força excessiva numa reportagem da BBC americana: “As autoridades brasileiras devem, sem demora, investigar por que uma força excessiva foi usada contra manifestantes pacíficos, levar os responsáveis à justiça e garantir que isso não volte a acontecer”.

A pesquisa

O movimento “Não vai ter Copa” foi exatamente o tema de dissertação de Jean Medeiros, no mestrado em Comunicação e Territorialidades, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Formado em Ciência da Computação pela mesma uni-

versidade, Jean contou em entrevista que a escolha do tema para pesquisa veio como uma forma de reunir seus interesses tanto na área de sua graduação quanto na comunicação. Potencializando a parceria com o Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic), o pesquisador, que foi um de seus voluntários, optou por usar a pesquisa elaborada por ele junto ao laboratório para fazer o seu mestrado.

A coleta de dados começou em novembro de 2013 e continuou até o final da Copa do Mundo, em 2014, com o objetivo de comparar o que aconteceu nas ruas com o ocorrido no ambiente virtual e suas propriedades, acreditando-se na sua relevância social e acadêmica pela inovação da análise das redes sociais.

Jean Medeiros explica que a dissertação teve como pretenção fazer uma análise dos *tweets* (postagens) feitos por usuários da rede social Twitter sobre a Copa do Mundo da FIFATM de 2014 e as controvérsias formadas pela preparação, organização e realização do evento no Brasil. “O eixo central nesta dissertação se desenvolve através da Teoria Ator-Rede, do sociólogo Bruno Latour, que traz consigo uma ideia que se contrapõe à ‘sociologia do social’, e, assim, envolvendo e considerando uma análise do social em ações como hierarquicamente equivalentes entre atores humanos e não-humanos em suas associações. Essas associações diversificadas revelam as redes formadas entre os atores. Tais redes podem ser mapeadas através da técnica empírica dessa teoria, que se chama Cartografia das Controvérsias. Essa técnica faz parte da metodologia utilizada nesta pesquisa, formalizando os processos analíticos das redes formadas pelos perfis e suas interações”, disse.

A *hashtag* no Twitter^[2] #NaoVaiTerCopa foi escolhida para

[2]. O Twitter é uma rede social de *microblogging* que oferece um espaço de 140 caracteres

a análise pelo grande fluxo de debates e por se acreditar que esse espaço, assim como as outras redes sociais, é um importante meio de problematização. A princípio, para englobar a vertente do mestrado de Comunicação e Territorialidades, a pesquisa buscava mapear os *tweets* das cidades sedes de jogos da Copa do Mundo da FIFA™. Contudo, foi constatado que a maioria das mensagens não possui localização, já que a rede não possui tal configuração como padrão. E, entendendo o Twitter como uma rede sem fronteiras, essa não especificação não afetaria o caráter territorial da pesquisa.

Pode-se perceber, sobretudo através da amostra coletada (um total de 680.681 *tweets* do qual foram tirados mais de 90 mil *replies* – diálogos), que muito do que é visto em rede pode ser relacionado com as ruas. “As redes sociais hoje em dia, nos últimos movimentos, têm servido como uma extensão da rua e vice-versa. Há um movimento mais ativo nas redes”, observa Jean.

As hipóteses levantadas pelo pesquisador são que “as redes sociais formam uma mídia mais adequada e conveniente para se levantar o movimento social; são os canais comunicativos essenciais para o êxito das mobilizações atuais”. A premissa, que foi comprovada, ainda sustenta que as redes são importantes vias na sustentação e propagação do ato, uma vez que seu potencial de divulgação é extremamente viável.

Após a pesquisa, o pesquisador chegou à conclusão de que as redes sociais, sobretudo o Twitter, são indispensáveis para o processamento de debates entre os diversos públicos que estão inseridos nesses meios, além de possibilitar a definição

para o usuário postar sua mensagem. O compartilhamento de informações é de grande amplitude. Seu pouco espaço disponível para postagem proporciona dinamismo e rapidez.

de cada um desses grupos, como, no caso, o surgimento do protagonismo conservador, antigovernista, a partir do método perspectivista e do método de análise de diálogos.

Quando perguntado sobre o pioneirismo na pós-graduação em Comunicação e Territorialidades, Jean disse sentir-se orgulhoso e elogiou a turma que se formou junto a ele, agradecendo sempre aos professores e orientador, que deram todo o apoio necessário, com textos bem escritos, temas e palestras muito relevantes para as pesquisas. Para as aulas futuras, o mes-trando sugeriu que as atividades preparatórias para a escrita da dissertação sejam voltadas às dissertações de cada aluno, de forma que este fique ainda mais familiarizado com o assunto e não perca seu foco na pesquisa.

Sobre a dissertação:

Mestre: Jean Medeiros

Orientador: Professor Doutor Fábio Malini

Título da dissertação: UM OUTRO JUNHO: o movimento #NaoVaiTerCopa, o diálogo no Twitter e as controvérsias sobre a Copa do Mundo de 2014.

Linha de pesquisa: Comunicação e Poder

Data de defesa: 22 de junho de 2016

BANCA EXAMINADORA:

Professor Doutor Fábio Malini (Orientador)

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professora Doutora Ruth de Cássia dos Reis (membro interno)

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professora Doutora Fernanda Bruno dos Santos (membro externo)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

Esta dissertação tem como pretensão fazer uma análise das postagens, tweets, feitas por usuários da rede social, Twitter, sobre a Copa do Mundo FIFATM de 2014 e as controvérsias formadas pela preparação, organização e realização do evento no Brasil. Para tal, a pesquisa compreende em abordar um arcabouço teórico envolvendo os conceitos necessários para embasar os processos utilizados para conclusão dos objetivos do trabalho. O eixo central nesta dissertação se desenvolve através da Teoria Ator-Rede do sociólogo Bruno Latour, que traz consigo uma ideia que se contrapõe à “sociologia do social”, e assim, envolvendo e considerando uma análise do social em ações como hierarquicamente equivalentes entre atores humanos e não-humanos em suas associações. Essas associações diversificadas revelam as redes formadas entre os atores. Tais redes podem ser mapeadas através da técnica empírica dessa teoria, que se chama Cartografia das controvérsias. Essa técnica faz parte da metodologia utilizada nesta pesquisa formalizando os processos analíticos das redes formadas pelos perfis e suas interações. A discussão acontece através da hashtag #NaoVaiTerCopa e os seus termos difundidos nas controvérsias da Copa do Mundo, a análise dos atores que elas envolvem e as perspectivas expostas nas redes formadas por eles.

CONCLUSÃO

Considerações Finais: um outro Junho, o de 2014

O trabalho pesquisou os processos comunicacionais nas redes sociais, mais precisamente o Twitter, e a territorialização virtual do movimento #NaoVaiTerCopa.

Para tal fez-se necessário um pilar teórico, a Teoria Ator-Rede, que compreendesse esse social construído de forma mais complexa, ao lidar com atores humanos e não-humanos e diversos modos de interações e mediações. Além disso, apresentou os processos científicos envolvidos na análise desse fenômeno, a saber: o *Data Science*, o *big data* e a teoria dos grafos e sua intersecção com a Ciência da Computação.

A partir desses olhares teóricos, técnicos e metodológicos foi-se construindo uma estratégia analítica para os dados coletados. Entre as possibilidades de abordagem permitidas pelos processos algorítmicos e das métricas definidas na pesquisa definiu-se delimitar os diálogos rastreados dentre os dados. Tendo em vista que o debate se fez em cima da rede social Twitter, os diálogos encontrados são os replies trocados entre perfis.

A partir das análises desses diálogos (*replies*) percebemos uma rede bastante heterogênea. Encontramos um dataset particular nas questões do movimento, transmitindo reivindicações, propostas e os acontecimentos nas ruas.

A análise dos *replies* foi uma escolha pensada através das próprias funções da rede social, as quais revelam um lugar onde se encontra espaço para discussões, tanto rasas, quanto densas. A grande heterogeneidade dos dados e dos atores que os produziram demonstram suas características e suas perspectivas diante do movimento: enquanto uns encontravam o humor e o desvirtuamento do #NaoVaiTerCopa, outros encaravam com seriedade e viam no evento uma oportunidade de chamar a atenção da comunidade internacional, da população e do governo

brasileiro.

Embora as *hashtags* sejam atributos difíceis de se encontrar nos *replies*, pois geralmente elas estão nos *tweets* primários, suas funções são enfatizadas e diferenciadas quando utilizadas em mensagens de resposta. Vimos que, com frequência, são utilizadas para divulgação e convocatória, outras vezes para demarcar uma resposta feita. Por vezes, a *hashtag* se torna a resposta em si, se adicionando à grande comunidade formada por ela.

Além disso, pode-se perceber os termos diferenciais expostos nos dados, que vão além do movimento, que até mesmo expandem ou contrariam as manifestações. Por isso que as *hashtags* encontradas tiveram correlacionadas à #NaoVaiTerCopa se apresentaram como contraditórias (#vaitercopa, #vaitercopasim, #vaitercopapracaralho, etc.); como as extensões do movimento, variando em português ou em outro idioma (#naoworldcup, #fifagohome, #copapraquem, #imaginanacopa, #fuckfifa, #occupyworldcup, #boycottbrazil2014, #fifagoout, #noalmundial, #naovaiterfifa, etc.); como opositora ao governo Dilma (#forapt, #foradilma, #naovaiterdilma, #blocoquemtombocavaiadilma, etc.) e como testemunhas, avaliando ou se remetendo ao evento em si (#nessacopaeuvou, #brasil2014, #copa2014, #copadascopas, #mundial2014, etc.).

A análise nos trouxe um importante aspecto das mobilizações e dos movimentos de rua do Brasil nos últimos anos desde 2013. Pode-se concluir que o movimento #NaoVaiTerCopa, que sucedeu o #VemPraRua e as jornadas de junho/julho de 2013, foi protagonizado no Twitter por perfis conservadores, abrindo o ciclo político de direita nas redes brasileiras. Os perfis mais conservadores se apropriaram do movimento que teve sua origem engendrada na contrariedade com as ações feitas pelo

governo em conjunto com a FIFA e aproveitaram para se voltar e incitar reprovações diretamente contra o governo petista. Pode-se perceber claramente a associação oportunista criada na correlação entre as hashtags #NaoVaiTerCopa e #ForaDilma. É alarmante como as mobilizações que conduziram as ruas de 2013 a 2014 deixaram um vácuo enorme na condução das narrativas sobre seus respectivos movimentos. E isso explica, contraditoriamente, a própria emergência da “nova direita”, que se apropriou inteiramente das lutas para ressignificá-las através de um vocabulário antipetista (que servia a um alvo eleitoral do período). É claro, houve uma contra-narrativa governista (a *hashtag* #copadascopas), mas que foi atropelada pela rede futebolística (#vaitercopasim #imaginanacopa, a de humoristas, profissionais ou não). Talvez esse antipetismo seja o substrato narrativo mais bem sucedido desde junho de 2014.

O antipetismo instaurado na rede se apoderou do movimento das ruas de 2014, tirando proveito do *timing* perfeito, tendo em vista a proximidade das eleições ocorridas em outubro do mesmo ano. Essa apropriação conservadora construiu, a partir do #NaoVaiTerCopa, o ponto de vista que o modelo político petista se associava à perspectiva bolivariana dos outros governos de esquerda na América Latina.

Entre as metodologias utilizadas para constatar essas informações, a Taxa de Diálogo se fez importante para o reconhecimento dos perfis estudados e o apontamento dos principais diálogos da rede. Com a implementação da Taxa pode-se descobrir usuários *bots*, perfis oficiais e os perfis de formadores de opinião. A função de detectar a possibilidade de diálogo de cada perfil nos forneceu informações importantes sobre alguns perfis, sobretudo enxergar, pela primeira vez, perfis que, apesar

de se encontrarem na rede, não participam do evento, como os perfis *bots* que disseminam e alastram conteúdo através da automaticidade de envio de mensagens e os desvirtuamentos das *hashtags* por meio do humor. Além disso, pode-se descobrir usuários comuns com participação ativa no movimento na rede e permitir um aprofundamento em seus *replies*.

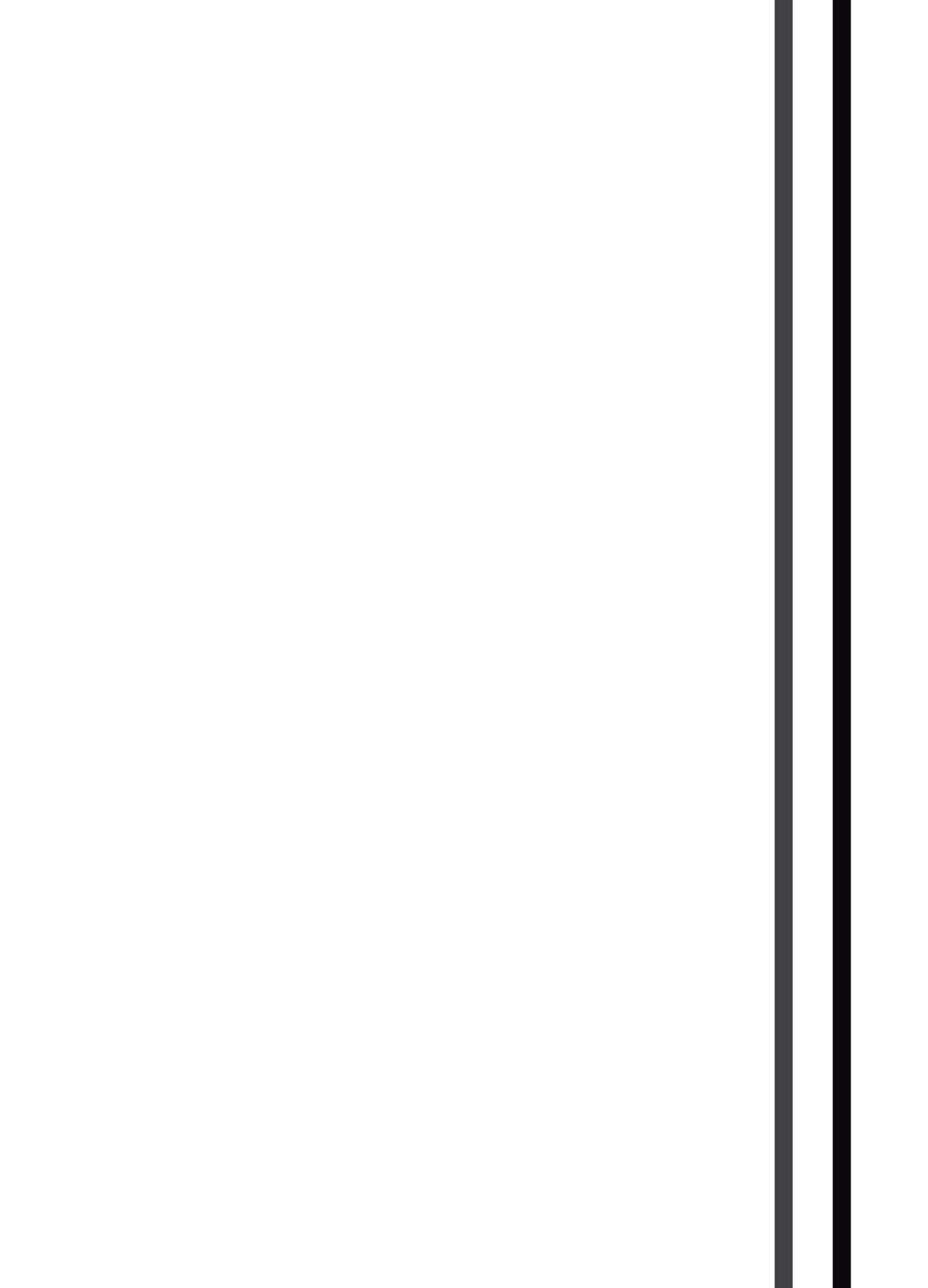
Concluímos que as Taxas de Diálogo podem ser um mecanismo de detecção de *bots*, porém, de baixa precisão, necessitando ainda de mais informações. Contudo, esse cálculo nos permitiu criar mais uma métrica para o apontamento de *bots* no *dataset*, realçando alguns deles que praticam o *spamming* na rede através de mensagens automáticas.

A vantagem da análise dos diálogos na rede é perceber a troca de ideias e pontos-de-vista que existem entre os perfis. Em uma análise de compartilhamento, ou seja, de *retweets*, a percepção da ideia exposta pelo usuário se baseia em uma mensagem compartilhada com a ação de apenas um botão, ou seja, uma atitude simples. Os *replies* exaltam e reforçam as perspectivas expostas por cada usuário pois há a necessidade da criação de uma ideia própria ou do trabalho de dialogar, apoiando ou não, o outro usuário da rede.

A Taxa de Diálogo qualifica o método perspectivista de análise de redes (Malini, 2016). Esse método conjugado permite analisar as partes da rede, não necessariamente ela como um todo. Ao separar a rede em comunidades percebemos que cada uma compõe uma perspectiva, pontos de vista e controvérsias semelhantes entre seus integrantes. Isso nos fornece um olhar mais aprofundado das conexões e seus fundamentos, podendo as analisar semanticamente e analisar suas extremidades, os perfis que as criaram. E isso se tornou uma estratégia me-

metodológica simples para dar um salto no modo de cartografar controvérsias nas redes sociais, uma vez que as controvérsias se explicitam como perspectiva, mas nem sempre uma perspectiva assume uma natureza controversa.

A união desses métodos resultou na metodologia necessária para analisar os diálogos ocorridos na rede coletada durante o Mundial de 2014. E entre os objetivos conquistados nessa análise, podemos concluir que esse trabalho ratifica a hipótese levantada durante o percorrer das linhas escritas: as redes sociais formam a mídia mais adequada e conveniente para se levantar um movimento social. São os canais comunicativos essenciais para o êxito das mobilizações atuais.



**6 - DE ONDE VEM
A VOZ DO POVO (OU
DE DEUS)?**

*HENRIQUE MASCARENHAS ANDREÃO,
VINICIUS NERY*

“Pode chover, pode molhar, ninguém segura a resistência popular”. Essa frase, entoada por manifestantes em 2016, diz muito do Brasil nos últimos anos: protestos em todos os Estados crescendo como uma bola de neve, organizando milhões de cidadãos em prol de mudanças. Um dos fatores que contribuíram para isso foi a popularização do acesso à internet, com sua possibilidade maior, mas ainda não exatamente democrática, de liberdade de expressão. Com o advento da internet, o acesso a conteúdos opinativos tornou-se mais fácil, interferindo diretamente nas direções que um indivíduo toma. Essa conversação pode ser dada pelas mídias sociais, pelo “boca a boca” ou pela imprensa convencional. Desta forma, é impossível não relacionar os processos comunicacionais das manifestações com o “ser cidadão”.

Essa capacidade comunicativa das manifestações exerce um papel importante na construção de uma sociedade cidadã, que atua como protagonista nas mudanças de seu próprio meio social, econômico ou político. Seja “Diretas Já”, “Fora Collor”, “Não é por vinte centavos”, “Não vai ter golpe” ou “Fora PT”, pode-se desencadear um avanço na consciência crítica da população, acrescentando em qualquer mobilização, independente da posição política. Cada troca de informação e opinião, em qualquer meio, influencia algum indivíduo, que irá influenciar outro, e assim por diante. Quando há diálogo, existe reflexão. Isso irá ocasionar um exercício essencial na cidadania: ditar o futuro da nação, interferindo de maneira ativa.

Os movimentos sociais têm tomado proporções grandiosas graças a essa possibilidade ampla da comunicação. Cada vez mais, movimentos como o feminismo, a luta contra o racismo e contra a fobia aos LGBTT têm aumentado seu número de adeptos.

tos, diante do quadro de maior velocidade e de maior alcance de ideias ou de acontecimentos no mundo. Essa característica do mundo contemporâneo é fundamental para o fim do silêncio do oprimido.

A maneira mais eficaz desses cidadãos exercerem suas cidadanias é participando no destino da sociedade que vivem, garantindo seus direitos, debatendo, solucionando e também exigindo que os outros cumpram seus deveres como cidadãos. Mas de que forma os processos comunicacionais que permeiam os movimentos sociais constroem a cidadania? É essa pergunta que Marialina Côgo Antolini, jornalista, pesquisadora do Observatório da Mídia em Vitória e consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), buscou responder em sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Como jornalista, Marialina trabalhou durante pouco tempo na redação, em televisão e no jornal impresso, desde que se formou, há dez anos, mas sempre esteve envolvida no trabalho com os movimentos sociais. Isso a motivou na escolha do seu tema, principalmente por ter atuado profissionalmente na área. A escolha foi feita dois anos antes de entrar no mestrado da Ufes, já mostrando esse elo desde cedo, destacando que “entender de que maneira os processos comunicacionais como um todo influenciam as pessoas no exercício da cidadania sempre foi uma questão que me motivou”.

A pesquisadora, agora mestra, trabalhou arduamente para a produção da sua defesa. Teve de conciliar os estudos, o trabalho e uma gravidez de sete meses. “Eu sou a única mãe da turma e, de alguma forma, ter começado o mestrado grávi-

da influenciou todo meu processo nesses últimos dois anos. Eu tenho um bebê que vai fazer dois anos quase junto com a minha defesa”, disse. A jornalista chegou a pensar que a gravidez poderia ser um obstáculo no processo de seleção, e por isso foi para a entrevista conformada caso não fosse aprovada. Para sua surpresa, a nota da entrevista foi a maior da turma, e esse foi um incentivo muito importante para ela continuar seguindo seu desejo. Apesar dos desafios, participar da primeira turma foi uma experiência boa na sua percepção: “Como era a primeira (turma), estava todo mundo empolgado, todo mundo querendo fazer bem feito. Os professores empolgados em dar aula, os alunos empolgados em participar. Então estava um clima bacana. Nesses dois anos o clima foi bem positivo em todo o processo”.

A jornalista conta ainda que a proposta inicial do projeto era uma pesquisa prática acerca do mesmo tema. Seria feita uma análise de uma comissão de comunicação formada na região da Grande São Pedro, em Vitória, dentro de um programa da Organização das Nações Unidas (ONU). A ideia era entender a influência dessa comissão no andamento do programa na comunidade. Entretanto, a forma de estudar o objeto foi mudada, levando o projeto para uma pesquisa teórica. “Tem pouquíssima discussão teórica que busca compreender a influência da comunicação na formação do cidadão. [...] A decisão de fazer um trabalho teórico também foi no sentido de que uma pesquisa não se completa em dois anos. Então, a ideia é que essa seja uma introdução para uma pesquisa que vai ser complementada por um doutorado”, justificou.

Com a mudança, não houve uma experiência empírica, mas sim um estudo conceitual de como se dá a relação entre os processos comunicacionais e as manifestações sociais na forma-

ção de cidadãos. Para isso, utilizou levantamentos bibliográficos de autores de diversos países, como Norberto Bobbio, Fabio Konder Comparato, Cicilia Peruzzo, Paulo Freire, Cees Hamelink e John Downing, que trabalham temas como direitos humanos, cidadania, participação, movimentos sociais e comunicação, tanto a comunicação da grande mídia quanto a alternativa e a dialógica. Justamente por ser um trabalho teórico, as considerações finais não trazem dados ou afirmações categóricas acerca do objeto. Porém, a pesquisadora ressalta que “tem uma conclusão de que esse tema ainda é pouco estudado [...] e de que a comunicação tem uma influência muito grande sim na formação dos cidadãos, na criação do universo simbólico deles no sentido de pertencimento que as pessoas têm, de como a pessoa enxerga seu papel dentro da sociedade e de que isso se dá além da grande mídia, que é a mais estudada. Isso também tem influência a partir dos processos comunicacionais que se dão nos outros meios”.

A defesa foi feita e a dissertação foi aprovada no dia 6 de abril de 2016, na Ufes. A banca foi formada pelo orientador, o professor doutor Edgard Rebouças; pelo professor doutor Rafael Paes, da Ufes; e pela professora doutora Cicilia Peruzzo, da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), um dos principais nomes do Brasil na discussão da comunicação popular e alternativa. Na sequência, a pesquisadora vai representar o Póscom-Ufes no 25º Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), tendo sido a única aluna do programa com artigo selecionado, o que mostra a importância dessa discussão teórica do tema.

Não há como negar a relevância do trabalho de Marialina nos dias atuais. “A gente está vivendo um momento crítico

agora, então acho que é fundamental entender de que forma a comunicação influencia na formação dos cidadãos. Que a influência existe e que ela é enorme, não há dúvida. Mas, de que forma que isso se dá? Como acontece? A pessoa escuta uma coisa no Jornal Nacional, por exemplo, e acredita naquilo piamente e ponto, ou ela discute em família, discute com amigos, ou ela participa de algum movimento e discute aquilo entre os integrantes? De que forma ela trabalha aquela informação que recebe? De onde vem essa informação? Isso também está incluído na cidadania. Quem é que tem o poder de dar essa informação? Por que essa pessoa ou essa entidade tem esse poder? Então, essas são questões relacionadas ao processo da cidadania. Acredito que é fundamental para as sociedades democráticas entender a maneira como esses processos acontecem, até para que a gente possa trabalhá-los, e, se for o caso, melhorá-los. Teria alguma outra forma? Como seria? A gente só consegue entender isso se pesquisar”, argumentou.

Sobre a dissertação

Mestre: Marialina Côgo Antolini

Orientador: Professor Doutor Edgard Rebouças

Título da dissertação: “A comunicação dos movimentos sociais como meio de empoderamento para a cidadania”

Linha de pesquisa: Comunicação e Poder

Data de defesa: 06 de abril de 2016

BANCA EXAMINADORA:

Professor Doutor Edgard Rebouças (Orientador)

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professor Doutor Rafael Paes (membro interno)
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professora Doutora Cicilia Peruzzo (membro externo)
Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender a relação entre os processos comunicativos e as conquistas de cidadania. A comunicação é percebida aqui em seu sentido amplo – abarca os meios de informação de massa, que trazem informações e entretenimento, mas são frequentemente manipulados por interesses econômicos; as mídias alternativas, que, em sua maioria, ampliam vozes e luta por direitos, praticada principalmente pelos movimentos sociais; e a comunicação interpessoal, dialógica, que permeia os processos cotidianos e as esferas públicas de discussões. Todas essas “comunicações” são percebidas como parte essencial do entendimento do que é cidadania, de como ela se desenvolve e influencia a maneira como o cidadão se vê como tal. Os movimentos sociais são analisados como parte fundamental deste processo, uma vez que atuam como os principais agentes de luta pela conquista de direitos nas sociedades contemporâneas. Este trabalho justifica-se na medida em que busca contribuir para o entendimento dos processos comunicacionais que permeiam o cotidiano da sociedade civil, a partir da análise da comunicação que envolve os movimentos sociais. Parte-se da proposição de que a comunicação em todos os seus aspectos é fundamental para esses movimentos enquanto atores na luta pelo fortalecimento da cidadania. Para isso, é apresentado um histórico e o

debate atual dos conceitos de cidadania, direitos humanos, participação e movimentos sociais e sua relação com os âmbitos comunicacionais citados. O objetivo é contribuir para o entendimento da relação entre comunicação, processos democráticos e a construção da cidadania, ainda pouco pesquisada de forma sistemática. Este estudo teórico utiliza como metodologia o levantamento bibliográfico, buscando identificar, debater e relacionar conceitos já desenvolvidos por pensadores dos diferentes campos abordados. Entre as principais referências bibliográficas estão Desmond Fischer (1984), Cees Hamelink (2004), Norberto Bobbio (1982, 2004), Fabio Comparato (2010), Thomas Marshall (1967), José Murilo de Carvalho (2004), Liszt Vieira (2001), Pedro Demo (1993, 1995), Juan Bordenave (1983), Charles Tilly (2007), Alberto Melucci (2001), Jürgen Habermas (1984, 1997), Andrew Arato e Jean Cohen (1992), John Downing (2004), Cicilia Peruzzo (1998), Paulo Freire (2013), Jesús Martín-Barbero (1997, 2012) e Milton Santos (2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Mas ainda é tempo de mudar de rota e navegar
rumo à salvação. Na fímbria do horizonte já
luzem os primeiros sinais da aurora. É a
esperança de uma nova vida que renasce. A
chama da liberdade, da igualdade e da
solidariedade haverá de iluminar e inflamar a
Terra inteira.*

Fabio Konder Comparato (2010)

Cada ser humano é único. Cada pessoa que vive na Terra possui características que a assemelha aos demais e outras, relacionadas à sua personalidade, que são exclusivas. “Cada qual possui uma identidade singular, inconfundível com a de outro qualquer. Por isso, ninguém pode experimentar, existencialmente, a vida ou a morte de outrem: são realidades únicas e insubstituíveis” (COMPARATO, 2010, p. 39). Se somos únicos, o que nos modela, o que nos faz entender a nós mesmos e o cotidiano no qual estamos inseridos, é o meio social. A biologia contemporânea demonstrou que a modelação do cérebro humano se dá principalmente após o nascimento. “A realidade radical é a pessoa imersa no mundo: *yo soy yo y mi circunstancia*, entendendo-se como circunstância, no sentido étimo latino, aquilo que envolve e impregna a minha vida, e sem o que ela seria propriamente inconcebível” (COMPARATO, 2010, p. 40).

Se cada ser humano é único e o meio social em que vive modela sua essência, os processos comunicacionais diversos têm um papel fundamental nesta caminhada. Através das histórias escutadas, primeiro em família, em seguida na escola, na rua, na comunidade, vai se moldando a história pessoal, passe-se a formar um entendimento de mundo, do papel que se exerce na sociedade. Se até pouco mais de 200 anos atrás, essa era a maneira principal de compreender a vida social, hoje, este entendimento vai muito além das histórias orais passadas de um para outro, de família em família, de comunidade em comunidade, ou dos diálogos que se estabelecem em cada um desses grupos. Vai além de alguns jornais impressos ou do rádio. Esse processo é massivamente sobrepujado pela mídia hegemônica, com uma velocidade, um volume e uma ferocidade impressionantes. Não se sabe ainda, de maneira abrangente, de que forma essa quan-

tidade de informação e dados diários – notícias, vídeos, músicas, filmes, propagandas, fotografias, gravuras etc. – e o grande tempo gasto com dispositivos tecnológicos que reúnem todos esses formatos num único aparelho, influenciam a formação da personalidade de cada um e vai moldando, ao longo da vida, o entendimento do papel que ele desempenha na sociedade.

Poucos atores, no entanto, dominam a maior parte das ferramentas, tecnologias e meios de informação utilizados por boa parte das pessoas que habita o planeta. Esses atores detêm o poder de escolher quais histórias serão contadas e de que maneira para boa parte do mundo. Baseadas em que são feitas essas escolhas? Como visto, a globalização econômica tem grande influência, a partir de discursos que levem a bandeira do liberalismo econômico. Mas, como apontou Jesús Martín-Barbero (1997), a grande mídia também é feita de contradições, e nela encontramos “buracos”, espaços de respiro, em histórias que trazem um pouco da diversidade cultural das diferentes sociedades.

Essas brechas, no entanto, não são suficientes para mostrar a diversidade humana. A riqueza, a variedade e a quantidade de tipos físicos, arranjos sociais, arquitetura, manifestações folclóricas, alimentação etc. – tudo aquilo que compõe o universo simbólico e nos faça sentir representados, pertencentes a uma comunidade, a um território. Se mulheres negras são mostradas na grande mídia apenas como empregadas domésticas, como uma menina negra crescerá avaliando suas possibilidades de futuro profissional? Se outras possibilidades, outras histórias de mulheres negras não forem contadas pra ela – tanto através dos meios hegemônicos de informação, quanto pelo diálogo e pelos canais alternativos – ela crescerá com uma história única de pos-

sibilidade. Como destacado na epígrafe que abre esta pesquisa, histórias importam. Muitas histórias importam, por que histórias únicas geram estereótipos e roubam a dignidade de pessoas, de comunidades, de povos inteiros. Para que tenhamos acesso a essas muitas histórias e para que as pessoas possam contar sua própria história, fortalecendo o sentimento de cidadania, o direito humano à comunicação deve ser garantido. Assim como para os demais direitos enunciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no entanto, esta ainda é uma realidade distante. O direito humano à comunicação, até mais distante que os demais, uma vez que não há, por enquanto, nem mesmo um consenso acerca de como descrevê-lo e o que, exatamente, ele abarca.

Quando falamos de direito humano à comunicação estamos falando de regulamentação da mídia, de liberdade de expressão, de acesso à informação, acesso aos meios e técnicas de produção, de diálogo, de assegurar não apenas que muitas histórias sejam contadas, mas que também elas sejam ouvidas. O direito humano à comunicação também se depara com questões que são novas para as sociedades, com carecimentos criados a partir do desenvolvimento tecnológico, o que ajuda a compreender a difícil e recente missão de defini-lo.

Não é preciso muita imaginação para prever que o desenvolvimento da técnica, a transformação das condições econômicas e sociais, a ampliação dos conhecimentos e a intensificação dos meios de comunicação poderão produzir tais mudanças na organização da vida humana e das relações sociais que se criem ocasiões favoráveis para o nascimento de novos carecimentos e, portanto, para novas demandas de liberdade e poderes. Para dar apenas alguns exemplos, lembro que a crescente quantidade e

intensidade das informações a que o homem de hoje está submetido faz surgir, com força cada vez maior, a necessidade de não ser enganado, excitado ou perturbado por uma propaganda maciça e deformadora; começa a se esboçar, contra o direito de expressar as próprias opiniões, o direito à verdade das informações (BOB-BIO, 2004, p. 33).

Quando Rogério Haesbaert elenca os fins para territorialidade, acumulados e valorizados de maneiras diferentes no decorrer do tempo, ele fala do quarto fim como “construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações)” (HAESBART, 2005, p. 6778). Esses fluxos, no entanto, precisam ocupar as territorialidades com as trocas comunicacionais, mais fundamentais do que as trocas de informação. Para um território de cidadania, é imprescindível o livre fluxo comunicacional. É preciso assegurar o direito humano à comunicação. Vale ressaltar que concordamos com Flavia Piovesan (2012), quando ela afirma que os direitos humanos são indivisíveis: quando um deles é violado, os demais também o são. Assim, uma sociedade democrática precisa buscar a garantia de todos os direitos elencados e estar atenta ao surgimento de novos carecimentos. Afinal, como visto, as conquistas de cidadania são um processo histórico, em constante desenvolvimento.

A globalização, da maneira com vem acontecendo mundo a fora, se dá no sentido de reduzir cidadãos a consumidores. A democracia vem presenciando um desfalecimento da esfera pública “sob o impacto da mídia, do crescimento das corporações empresariais e das organizações político-empresariais como *lobby*. O cidadão autônomo, cujo julgamento racional e participação eram condição *sine qua non* da esfera pública, foi

transformado em cidadão-consumidor” (VIEIRA, 2001, p. 63). Nestor Garcia Canclini, na obra *Consumidores e cidadãos* (2010), discorda dessa separação, entendendo que o ato de consumir também pode se configurar em uma ação de cidadania: “quando selecionamos os bens e nos apropriamos deles, definimos o que consideramos publicamente valioso, bem como os modos com que nos integramos e nos distinguimos na sociedade, com que combinamos o pragmático com o aprazível” (CANCLINI, 2010, p. 21). Para o autor, essa relação entre consumo e cidadania poderia ser vista sob outra perspectiva se fossem estudadas de maneira conjunta, sendo tomadas enquanto processos políticos, econômicos, sociais, mas, principalmente, culturais.

O capitalismo e a globalização econômica acentuaram, no entanto, o aspecto individualista das pessoas, diminuindo o senso de pertencimento e quebrando laços sociais. Para Fabio Comparato (2010), a participação política costumava ser a preocupação maior do cidadão, que desconhecia a autonomia privada. Esse processo se inverteu na contemporaneidade, onde as pessoas abrem mão da participação política para que lhes preservem suas liberdades individuais. Para o jurista, no entanto, há uma íntima ligação entre essas duas dimensões de liberdade: “A liberdade política sem as liberdades individuais não passa de engodo demagógico de Estados autoritários ou totalitários. E as liberdades individuais, sem efetiva participação política do povo no governo, mal escondem a dominação oligárquica dos mais ricos” (COMPARATO, 2010, p. 76).

É preciso, assim, encontrar um equilíbrio entre essas dimensões. Para Liszt Vieira (2001), as desigualdades sociais, reforçadas pela globalização econômica, fazem com que a maioria da população se sinta marginalizada e desmotivada a participar

das questões políticas, percebendo-as como secundárias. Por isso, a sociedade civil ficou encarregada de mobilizar as energias cívicas da população, defendendo, assim, os princípios da cidadania.

E, ocupando de forma majoritária os espaços da sociedade civil, estão os movimentos sociais, reagindo à reificação, à burocratização e à generalização de indivíduos, a este processo de globalização que dá ênfase ao mercado financeiro ao invés de valorizar seres humanos. Eles propõem, dessa maneira, “a defesa das formas de solidariedade ameaçadas pela racionalização sistêmica”, e disputam “com o Estado e com o mercado a preservação de espaço autônomo e democrático de organização, reprodução da cultura e formação de identidade e solidariedade” (VIEIRA, 2001, p. 63). Os movimentos ocupam as esferas públicas de discussão, trazendo à tona temas muitas vezes ignorados pelo Estado ou pela grande mídia, se organizando de múltiplas maneiras e em formatos variados e buscando a conquista dos objetivos de uma comunidade. Para isso, se utilizam de formas diversas de comunicação. São influenciados e se tornam influenciadores de outros cidadãos e movimentos a partir da forma como utilizam os processos comunicacionais.

Dando início às discussões públicas acerca de temas variados, os movimentos sociais dão vida às esferas de discussão, ganhando adeptos ou mesmo debatendo com aqueles que discordam das bandeiras levantadas. Criam-se, dessa maneira, redes de pessoas e grupos para estudar, discutir e compreender melhor aquela questão, identificando em outras pessoas e grupos os mesmos carecimentos. Fortifica-se, assim, a luta pela garantia de direitos, gera-se a corresponsabilidade entre os atores diversos, a mobilização social para a participação e a ocupação

de espaços formais ou não. A sociedade passa, portanto, a debater aquele tema. Ele entra na pauta pública, e, muitas vezes, é encampado também pelos meios hegemônicos de informação. Cria-se, assim, um ciclo de cidadania, que passa pela identificação um carecimento, o reconhecimento – através da comunicação – de outros indivíduos ou grupos com as mesmas questões, o empoderamento acerca daquela temática, a mobilização para participação, a geração de responsabilização e busca por novas garantias e direitos. Frequentemente, as ações não se dão com perfeição neste ciclo, podendo uma vir antes da outra, ou ele ser interrompido em algum ponto por causas diversas. Mas os movimentos sociais estão sempre em busca de novas conquistas, uma vez que os carecimentos da sociedade ainda são grandes. Não é possível esperar que se conquiste um direito para que se inicie a luta pelo próximo. Elas acontecem de forma paralela e muitas vezes se complementam.

A comunicação tem função central neste ciclo. Ela é um direito, ainda muito mais violado do que garantido, mas a luta pela conquista deste direito é perpassada pela luta por outros direitos. E, mesmo sem estar garantida de maneira completa, a comunicação é utilizada pelos movimentos em todas essas lutas, da maneira como é possível fazê-la em cada contexto. Se ainda não há regulamentação dos meios massivos para difusão de conteúdos de interesse público pelos movimentos sociais, por exemplo, as formas alternativas de comunicação são uma peça-chave para divulgar o que está sendo realizado e os diálogos entre os diversos atores envolvidos colaboram para reforçar este processo. Talvez isso não seja o ideal, mas, como lembrou Pedro Demo (1993), não é possível andar a metro quando os espaços precisam ser conquistados centímetro por centímetro, quando

essa mudança significa, na verdade, uma mudança comportamental da sociedade. O desenvolvimento tecnológico, ainda que com acesso desigual nos diferentes países e regiões dentro de um mesmo país, abrem novas portas para a comunicação dos movimentos, a partir do barateamento da internet e dos dispositivos para sua utilização. Através deles, ampliam-se as redes de trabalho, de conexões e de debates.

Mais uma vez, alerta-se sobre a importância de não romantizar os movimentos sociais, ou os processos comunicacionais de qualquer espécie. Como fruto das relações sociais, eles as refletem, e podem tanto acontecer de forma verdadeiramente democrática como imitar as relações de dominação, preconceito e poder que se apresentam na sociedade.

As relações e a ordem social, no entanto, são uma construção humana e por isso é possível falar em mudança. “As ordens de convivência não são naturais. O que é natural é a nossa tendência a viver em sociedade. [...] Como a ordem social é criada por nós, o agir ou não agir de cada um contribui para a formação e consolidação da ordem em que vivemos” (TORO; WERNECK, 2004, p. 16-17). Cabe então a nós, às pessoas, aos cidadãos que habitam esta sociedade construída por nós mesmos, fazer a mudança, se é que uma mudança seja de fato considerada necessária pela maioria. É inegável, no entanto, o tamanho das desigualdades em todo o planeta, a violência física e psicológica crescente, o medo do terrorismo, de doenças que se espalham em velocidade impressionante mundo a fora, e os diversos outros processos que roubam o direito à vida e à dignidade de milhares de pessoas diariamente.

Citando o filósofo Martin Heidegger, Comparato (2010) lembra que o ser humano possui a característica singular de um

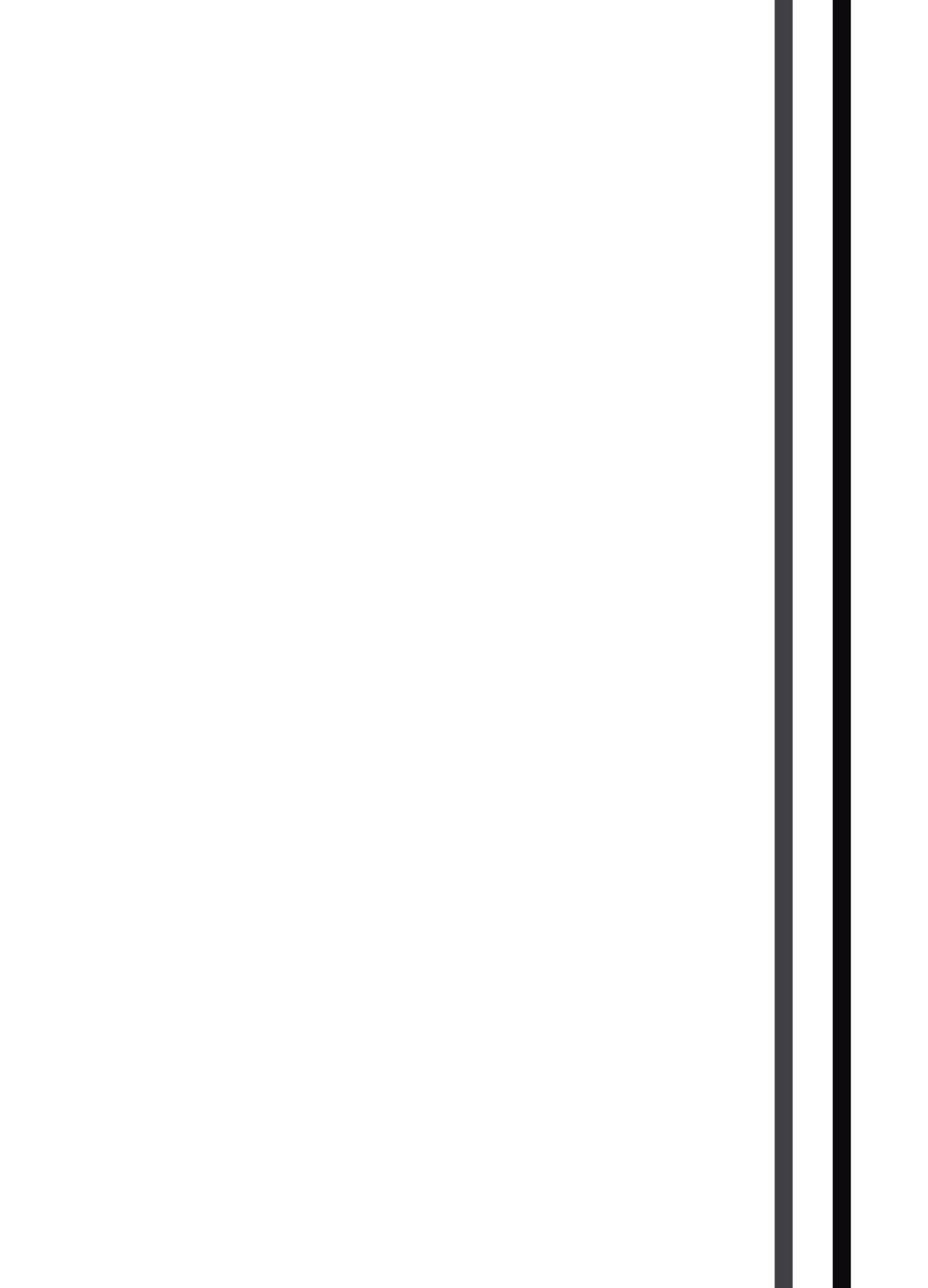
permanente inacabamento. “A reflexão filosófica contemporânea salientou que o ser do homem não é algo permanente e imutável: ele é, propriamente, um vir-a-ser, um contínuo devir” (COMPARATO, 2010, p. 41). Há aí, então, uma esperança de mudança, de construção de uma sociedade com indivíduos que não se preocupem apenas com o que lhes é particular, com os seus familiares, vizinhos, com aqueles que dividem a mesma nacionalidade. Mas sim, que busquem entender e valorizar a vida de cada um como importante na construção desse mundo. Na visão de Fabio Comparato, nesta busca, há apenas dois caminhos possíveis:

Com o abandono previsível e inevitável da experiência comunista em todo o mundo, a alternativa que se descortina lentamente, diante de nossos olhos, é bem viciada: ou a humanidade se deixa conduzir à dilaceração definitiva, na direta linha do apogeu capitalista, ou tomará afinal o rumo da justiça e da dignidade, seguindo o luminoso caminho traçado pela sabedoria clássica. Não há terceira via (COMPARATO, 2010, p. 548).

E o rumo da justiça e da dignidade, do qual fala o jurista, segue o caminho da construção de uma cidadania mundial, de uma verdadeira “aldeia global”. Não esta que valoriza o capital em detrimento das pessoas. Mas a real, na qual, o valor é dado para a pessoa humana pelo potencial que ela tem de vida, e não caracterizada pelo lugar onde ela nasceu, a língua que ela fala, a cor da pele, ou qualquer outra característica física ou cultural.

Entende-se que uma comunicação democrática, dialógica, que conte muitas histórias através de diversos pontos de vista – ao invés de se limitar a repetir de maneiras diferentes as mesmas histórias – tem papel crucial neste caminho. Ela será conquista-

da na medida em que outros direitos também forem. Os movimentos sociais estão na linha de frente deste processo, atuando nas esferas públicas que compõem a sociedade, utilizando-se das novas tecnologias para comunicação, para criação de redes, para conquista de novos ativistas, que, em um processo lento e constante, abre caminhos e esperanças para um mundo de solidariedade.



**7 - O BONDE PASSOU,
A NOVINHA OBSERVOU**

*CAROLINE KOBİ DE CASTRO,
MARIANA DOS ANJOS CARVALHO*

Ouvia Beatles e Maria Bethânia, mas resolveu estudar funk ostentação. Rafaela Belo gosta tanto de música que a transformou em objeto de trabalho. Porém, assim como o jornalista, o pesquisador busca a imparcialidade e, se ela pesquisasse Beatles ou Maria Bethânia, talvez se deixasse levar pelas impressões pessoais. Certo dia, Rafaela estava na casa de seus pais, em Linhares, assistindo ao programa Encontro da Fátima Bernardes, na TV Globo, que recebia MC Guimê. Quando o viu na televisão fazendo rimas e cantando funk, descobriu ali o seu objeto de pesquisa.

Inicialmente, a intenção de Rafaela para o projeto de mesurado era o de comparar meios alternativos de divulgação pelo Youtube com o Vevo, mas a pesquisa mudou ao perceber como os artistas do funk ostentação têm sua lógica de produção e de midiaticização a partir dos usos dos videocliques na *web* e redes sociais, principalmente Facebook e Instagram. Essa lógica estabelece modelos alternativos de inserção na indústria cultural para, após o sucesso, ser apropriado pela grande indústria fonográfica.

A escolha pelo funk ostentação também se deu pelo fato desse ser um fenômeno recente no campo musical brasileiro, que se tornou uma espécie de subgênero do funk carioca, quando este chega a São Paulo, e se mistura com o rap em meio a um momento econômico do país no qual a população das periferias ascendeu às classes médias. Assim, o funk ostentação é impulsionado pelo incentivo ao consumo, marcando a demonstração de conquistas financeiras e ostentação do luxo, o que se vincula a uma categoria bem-sucedida de alguns artistas do *mainstream* musical estadunidense, ligados à cultura hip-hop, o que é visível principalmente nos figurinos dos artistas.

No *flow*, por onde a gente passa é show

A dissertação busca compreender como o videoclipe tem sido utilizado na internet pelos artistas do funk ostentação de São Paulo para a divulgação dos seus trabalhos, considerando o fato de que o funk – como gênero musical e também um fenômeno cultural – tem uma trajetória no campo musical que inicialmente o relacionava a um contexto cultural das periferias, e que hoje se encontra em uma situação de maior visibilidade midiática, sendo consumido por um público mais amplo e diversificado, com características massivas.

Também busca compreender o lugar que o funk ostentação ocupa no campo musical brasileiro hoje e como sua lógica de produção e de midiaticização, a partir dos usos dos videoclipes na *web*, estabelece modelos alternativos de inserção na indústria cultural. Ainda tenta compreender como foi consolidado o mercado do funk brasileiro e de outros gêneros musicais populares, e analisar como o videoclipe está inserido no consumo musical contemporâneo. Visa, também, a compreender a influência do videoclipe no funk ostentação e qual lugar ele ocupa nesse mercado. Por fim, entender como o funk brasileiro se torna um produto com características massivas, especialmente por meio da divulgação do videoclipe na *web*.

Para compreender como o videoclipe tem sido utilizado na internet pelos artistas do funk ostentação de São Paulo para a divulgação do seu trabalho, foram analisados dois cantores desse mercado, a partir dos critérios de seleção dos artistas: número de visualizações no YouTube, porém atentando-se para o fato de que a quantidade de visualizações no *site* é também fruto de estratégias de divulgação, principalmente nas redes sociais; frequente presença nas redes sociais e em mídias como

TV e rádio, locais tipicamente ocupados por artistas ligados ao *mainstream*; e as posições ocupadas no campo musical brasileiro e no subcampo do funk, considerando o capital e o poder de cada agente.

Após o estudo do campo, levando em consideração os critérios citados, Rafaela chegou aos jovens MC Gui e MC Guimê, dois cantores que alcançaram o sucesso por meio da divulgação dos seus videoclipes no YouTube. Além de analisar o mercado do funk ostentação e as posições ocupadas por esses dois cantores dentro do campo, também foi feita descrição e análise dos cinco videoclipes desses MCs com maior número de visualizações no YouTube, com o objetivo de compreender como esse gênero audiovisual é composto nesse mercado, seguindo os seguintes critérios: a ostentação do consumo de bens de luxo; a presença de marcas nos videoclipes e *product placement*; a relação das imagens com as letras das canções nos videoclipes; a presença de dispositivos tecnológicos e redes sociais nos videoclipes; a ocupação dos territórios pela população periférica que ascendeu às classes médias na última década; parcerias com outros artistas e/ou gêneros musicais populares.

MC Guimê é um dos maiores expoentes do funk ostentação, nasceu em Osasco e caracteriza-se pela exibição de joias, tatuagens, roupas de grifes, acessórios e carros de luxo. Já MC Gui é um dos representantes mais novos do funk ostentação. Nascido em São Paulo, é chamado de “Justin Bieber do funk ostentação”, em comparação ao cantor canadense que começou a fazer sucesso postando vídeos no YouTube. Após atingir o sucesso, o MC Gui foi contratado pela Universal Music e, assim como Justin, alcançou a fama postando vídeos no YouTube e foi apropriado pela grande indústria fonográfica.

Ao iniciar sua dissertação, Rafaela tinha algumas hipóteses em relação aos resultados de sua pesquisa, como a de que alguns representantes do funk ostentação conseguiram inserir este subgênero em um sistema de circulação musical *mainstream* enquadrando-se nas estruturas da *pop music*; a de que o funk ostentação surgiu da mistura da cultura hip-hop enraizada em São Paulo com a cultura funk nascida no Rio de Janeiro; e a de que a dinâmica de circulação e divulgação de videoclipes na Internet é um elemento central no processo de popularização do funk ostentação.

Rafaela comprovou suas hipóteses e apresentou sua dissertação, no dia 16 de fevereiro de 2016, com a banca formada pela professora doutora e orientadora Daniela Zanetti, da Ufes; o professor doutor Edgard Rebouças, da Ufes; e o professor doutor Eduardo Vicente, da Universidade de São Paulo. A pesquisadora tirou algumas conclusões sobre o funk ostentação, como, por exemplo: os videoclipes mostram através das imagens o que está sendo dito na canção; as redes sociais são utilizadas para a divulgação do trabalho dos artistas e estão presentes nas letras das canções e no conteúdo dos videoclipes; é notável a presença de dispositivos tecnológicos como *smartphones* e o uso das fotografias, principalmente das *selfies*; as imagens dos MCs e a ostentação são os elementos centrais dos videoclipes; nota-se aproximação com os rappers dos Estados Unidos por meio da indumentária, da temática e dos objetos presentes nos videoclipes; há parcerias com marcas e *product placement* (Red Bull).

As conclusões não param por aí. Rafaela notou que há a ocupação dos territórios aos quais antes eles não tinham acesso; registram-se parcerias musicais com outros artistas, principalmente duplas sertanejas; o funk ostentação é formado por um

circuito autônomo que possui agentes que ocupam o mercado independente e outros que foram incorporados pela indústria cultural e estão presentes no mainstream. Geralmente, são “artistas sem álbum”, já que a divulgação dos singles é feita no YouTube e, após o sucesso de um MC, ele poderá ser contratado por uma gravadora. Por exemplo, MC Guimê não possui contrato com uma *major* e está lançando o seu primeiro CD, mas é um dos maiores nomes do mercado do funk ostentação. Já MC Gui foi contratado pela Universal Music após ter seus videoclipes reconhecidos na internet, possui um CD e um DVD lançados e pode-se notar as mudanças ocorridas nos figurinos e na composição dos seus vídeos, com maior aproximação dos músicos dos EUA e maior profissionalização do seu trabalho. O funk ostentação é uma música de entretenimento e temas como festas, marcas e bebidas estão presentes nas letras das canções. Nota-se ainda que a ostentação presente nas letras das canções e nos videoclipes nem sempre é real. Pode ser uma realidade na vida do MC que atingiu o sucesso ou um sonho a ser alcançado.

“Depois que o Baile acabar, vamos nos encontrar logo mais”

“Por fim, à música popular brasileira, por lembrar-me e fazer sentir que ela é muito mais que análises e hipóteses. Depois que o baile acabar, vamos nos encontrar logo mais, como cantaram Claudinho e Buchecha”. Assim, depois de homenagear o curso, professores, família e amigos, Rafaela encerra os agradecimentos homenageando a música a popular brasileira, uma de suas paixões. Era a música sua companhia de sempre quando precisava relaxar no período de estudo intenso. Houve momentos em que se desligava e só ouvia uma música de fundo. Apesar desses momentos em que a pressão para produzir era

grande, acompanhar os colegas de turma, contar e ouvir suas experiências suavizava seu dia a dia. A gratificação maior veio quando apresentou seu trabalho final, a defesa de sua dissertação, a felicidade em ver as coisas acontecendo, as hipóteses sendo comprovadas, e a presença do professor doutor Eduardo Vicente, da Eca/USP, em sua banca.

Ao final do mestrado, e já com o título de mestre, veio a certeza: “Eu sou cientista, é isso que eu quero para mim”, afirma Rafaela. Sua meta principal agora é fazer um doutorado e continuar pesquisando sobre música. Entre suas preferências estão a USP, onde pretende estudar o sertanejo; e a Universidade de Minho, em Portugal, onde sonha retornar para estudar música lusitana, analisando os ritmos do Brasil, Portugal, Cabo Verde e Angola, como por exemplo, o kuduro. Um novo encontro com a música que vem depois do final do estudo sobre funk ostentação.

Sobre a dissertação:

Mestre: Rafaela Freitas Belo

Orientadora: Professora Doutora Daniela Zanetti

Título da dissertação: O bonde passou: videoclipes de funk ostentação e o mercado musical brasileiro na internet

Linha de pesquisa: Práticas e Processos Comunicacionais

Data de defesa: 19 de fevereiro de 2016

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Daniela Zanetti (Orientadora)

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professor Doutor Edgard Rebouças (membro interno)
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professor Doutor Eduardo Vicente (membro externo)
Universidade de São Paulo (USP)

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a divulgação dos videoclipes dos artistas do funk ostentação do ponto de vista formal e mercadológico para se compreender o lugar que esse objeto cultural – o funk ostentação – ocupa no campo musical popular brasileiro hoje, e como sua lógica de produção e de mídiatização a partir dos usos dos videoclipes na web estabelece modelos alternativos de inserção na indústria cultural para, após o sucesso, ser apropriado pela grande indústria fonográfica. A pesquisa analisa o campo do funk ostentação através do sucesso dos videoclipes divulgados por MC Gui e MC Guimê, artistas que alcançaram grande repercussão no YouTube e também se caracterizam por terem ganhado espaço em outras mídias, principalmente TV e rádio. A partir do caminho histórico que percorremos no decorrer do trabalho, compreendemos que o funk surgido no Rio de Janeiro chegou a São Paulo e foi adaptado com o rap em meio a um cenário de expansão da classe média, desenvolvimento econômico, maior acesso à internet, profissionalização dos agentes, surgimento de ferramentas de edição de vídeos que possuem interface facilitada para o usuário e ascensão das redes sociais, originando o funk ostentação nas periferias da maior metrópole brasileira. O funk ostentação está inserido em um sistema de circulação musical *mainstream* e enquadra-se nas estruturas da pop music, através do sucesso

dos videoclipes disponibilizados na internet, mas também faz parte de um cenário independente com artistas que produzem e divulgam os seus próprios trabalhos. A pesquisa conclui que o videoclipe é essencial para a popularização do funk ostentação, através da dinâmica de circulação e divulgação de videoclipes no YouTube e há uma aproximação com os rappers dos EUA por meio da indumentária, da temática e dos objetos presentes nos videoclipes.

CONCLUSÃO

Pierre Bourdieu (2013) considera que o sistema de produção e circulação de bens simbólicos estrutura-se de um lado, pelo campo de produção erudita, e de outro, pelo campo da indústria cultural e Eduardo Vicente (1996) aplica os conceitos do autor, propondo novos polos para uma adequação ao campo de produção da canção popular de massa. Consideramos neste trabalho que o funk brasileiro é um componente do polo de legitimidade sociocultural, a partir da sua trajetória no mercado musical, com a importação da “black music” dos EUA, do rap, dos bailes “Black Rio” que eram realizados no Rio de Janeiro e tinham como objetivo introduzir os jovens à cultura negra, depois foi “abrasileirado” e se tornou um tipo de hino da juventude carioca com ela produzindo e consumindo a sua própria cultura (Souto, 2003). Com a presença desse ritmo nas rádios e na televisão e a criação de um mercado, o funk brasileiro passou a também compor o polo da indústria cultural.

Para David Harvey (2005), a relação entre cultura e capital é evidente. O capital se apropria e extrai excedentes das variações culturais locais e é especialista em glocalizar, transitando entre o global e o nacional (Canclini, 2013). Theodor Adorno (1971)

afirma que a indústria cultural segue a lógica da concentração e a música tem seu papel na vida das pessoas, mas também é uma mercadoria (Adorno, 1983). Desse modo, notamos que o mercado fonográfico mundial é comandado majoritariamente por três empresas: Universal Music Group, Sony Music e Warner Music Group. Segundo Adorno (1971), o novo que é apresentado pela indústria cultural é apenas uma mudança que encobre uma estrutura na qual houve poucas alterações. A música produzida por essa indústria é definida pela padronização, as fórmulas dos modelos estandardizados são revisitadas e recebem uma nova roupagem. Para o autor, o protótipo da indústria cultural é o hit, que remete a poucas categorias que são conhecidas à exaustão (Adorno, 2011).

Percebemos no decorrer do trabalho a atuação das indústrias culturais em relação à canção popular: quando uma música popular e/ou periférica atinge o sucesso, ela é incorporada e comercializada de forma massiva. Notamos isso em relação ao samba, ao tecnobrega, ao rap e ao funk brasileiro, gêneros que foram estudados neste trabalho. Em relação à atuação midiática no campo da canção popular brasileira, entendemos que a mídia pode exercer a função de demonizar um ritmo popular, como no caso do funk no Rio de Janeiro no início dos anos 1990, ou a função de fazer parte da transformação de um ritmo em “música nacional”, como no caso do samba. Ou, ainda, demonizá-lo em um primeiro momento e depois promovê-lo em outro.

Como vimos em Adorno (1983) e Harvey (2005), a indústria cultural segue a lógica da concentração e tende aos monopólios ou oligopólios. Através do percurso que percorreremos, observamos a ação de dois conglomerados: o Grupo Abril, através da MTV Brasil, sua entrada no mercado fonográfico e

os investimentos em videoclipes brasileiros e principalmente o Grupo Globo, conglomerado que possui hegemonia no país, por meio da divulgação do grupo Oito Batutas pelo jornal A Noite; a presença do funk carioca, do funk ostentação e do tecnobrega nas novelas da TV Globo; o pioneirismo na gravação de videoclipes exibidos no programa Fantástico; a existência dos canais por assinatura Bis e Multishow (e o Prêmio Multishow de Música Brasileira entregue pelo canal) e ainda, pela contratação de artistas dos circuitos autônomos que alcançaram o sucesso, através da gravadora Som Livre, como no caso da cantora Gaby Amarantos, por exemplo.

Em relação ao mercado de videoclipes e músicas na internet, o YouTube é o serviço legalizado mais utilizado na web para a fruição de música, é o site para compartilhamentos de vídeos mais popular, com mais de 800 milhões de usuários em todo o mundo e os serviços do Vevo (joint venture das empresas Universal Music e Sony Music) e o da Warner Music são dois dos três principais canais no Youtube (IFPI, 2013). Tratando-se do mercado de música digital na América Latina, a receita sofreu um aumento de 124% nos últimos anos, enquanto a média mundial foi de 28% (IFPI, 2014). De acordo com os dados disponibilizados pelo ECAD a respeito das músicas mais tocadas no Brasil em 2014, 55% das canções são sertanejas, 35% são de artistas pop globais ligados ao mercado dos Estados Unidos e o restante é formado por outros gêneros, entre eles o funk brasileiro. Encontramos o mesmo predomínio do sertanejo nas edições do Top 100 da Billboard Brasil e na lista dos 10 videoclipes mais vistos no Brasil em toda a história do YouTube.

O videoclipe, que neste trabalho consideramos como mercadoria, mas não de modo a desqualificá-lo como produto

cultural, é um gênero audiovisual que anteriormente era divulgado na MTV, mas “migrou” para a internet. A divulgação, os lançamentos e os compartilhamentos são realizados através dos serviços de compartilhamento de vídeos como o YouTube e das redes sociais, para só após serem transmitidos na televisão. No entanto, para ser visto na web, é preciso ter visibilidade. Segundo Barabási (2009), quanto mais links de entrada uma página tiver, ela será mais visível e o fenômeno “rico fica mais rico” explica as leis de potência presentes em muitas redes, pois as páginas da web que mais são conectadas são as mais conhecidas. Desse modo, canais como o Vevo e o da Warner Music são os mais visitados no YouTube.

Neste trabalho, consideramos música popular aquela produzida pelos plebeus no sentido do direito romano, a parcela da sociedade que é desprovida de cidadania, se faz representar por meio dos outros, mas que também se organiza e reivindica os seus direitos, a partir de Marilena Chaui (2014), enquanto a pop music é produzida seguindo os padrões de produção e difusão da indústria cultural, pretendendo ser *mainstream*. Diante disso, entendemos que o funk surgido no Rio de Janeiro nasceu como música popular e ao ser incorporada pela indústria cultural, passou a compor também o *mainstream*, enquanto o funk ostentação também é popular, mas desde o seu nascimento já se apresentou como pop music, com um fim comercial e música de entretenimento.

A partir do caminho histórico que percorremos no decorrer do trabalho, compreendemos que com a união do gospel e do blues nos EUA, nasceu o soul, que foi chamado de “black music” e funk, a seguir. Dessa música nasceu o rap nas periferias de Nova York que migrou para outras partes dos EUA e do globo.

Em Miami o rap deu origem ao miami bass, que chegou ao Brasil e após ser “abrasileirado” originou o funk carioca. Em São Paulo o rap criou fortes raízes e surgiram grupos como Racionais MCs, enquanto no Rio de Janeiro a cena originou cantores como Gabriel O Pensador. O funk carioca chegou à Baixada Santista nos anos 1990 com o disco Funk Brasil produzido pelo DJ Marlboro e MC Bio G3 após voltar de uma viagem ao litoral de São Paulo em 2005, levou o funk que conheceu na Baixada para a capital São Paulo. Em São Paulo o funk foi adaptado com o rap em meio a um cenário de expansão da classe média, desenvolvimento econômico, maior acesso à internet e à profissionalização, surgimento de ferramentas de edição de vídeos que possuem interface facilitada para o usuário e ascensão das redes sociais e originou o funk ostentação nas periferias da maior metrópole brasileira, que teve a primeira música lançada em 2009 pelos MCs Backdi e Bio G3 e o primeiro videoclipe que alcançou o sucesso em 2011, produzido por Konrad Dantas, o Kondzilla, para a música Megane, do MC Boy do Charmes.

Diante disso, entendemos que o funk ostentação tem características próximas às do tecnobrega paraense, pois segue um modelo diferente do mercado fonográfico tradicional com cantores divulgando os seus singles através da internet e possui alguns aspectos informais e de laços de amizade, como por exemplo, a participação de amigos dos MCs como figurantes e o empréstimo de bens de luxo entre os agentes para a gravação dos videoclipes. E ao contrário do samba, o funk brasileiro desidealizou a cidade com uma música crua e direta e questionou a fantasia da mobilidade social (Laignier, 2013; Yúdice, 1997). Os jovens funkeiros buscam o seu “território mínimo” em uma sociedade autoritária e trazem à tona a discussão do lugar do pobre

(Herschmann, 2005).

Concluimos que nossas hipóteses foram comprovadas no decorrer da pesquisa, pois o funk ostentação também está inserido em um sistema de circulação musical *mainstream* e enquadra-se nas estruturas da pop music, através do sucesso dos videoclipes disponibilizados na internet. Os MCs postam de maneira independente os seus videoclipes no YouTube e nem todos alcançam o sucesso massivo, dessa forma, o funk ostentação é formado por um circuito autônomo que possui agentes que ocupam o mercado independente e outros artistas que foram incorporados pela indústria cultural e estão presentes no *mainstream*. Também pudemos entender que o funk ostentação surgiu da adaptação do funk da Baixada Santista com o rap (inclusive gerou parcerias entre cantores desses dois gêneros, como MC Guimê cantando com Emicida e Soulja Boy e MC Gui com Silentó) e o videoclipe foi essencial para a popularização dessa música, através da dinâmica de circulação e divulgação de videoclipes no YouTube. Há uma aproximação com os rappers dos EUA por meio da indumentária, da temática e dos objetos presentes nos videoclipes e no caso de MC Gui, também através do modo como o artista se refere aos fãs: enquanto Justin Bieber tem fãs denominados “beliebers” o MC possui fãs que são retratados como “guináticos”.

A divulgação dos videoclipes é feita nas redes sociais dias antes do lançamento do vídeo e nos dias que se aproximam da data de disponibilização ela é intensificada. Também é comum encontrarmos MCs novatos no campo que aproveitam o número de visualizações das postagens efetuadas pelos MCs já consagrados para divulgar os seus vídeos nos comentários efetuados pelos seguidores das páginas dos MCs famosos. O

mercado segue a lógica de divulgação de singles e após o sucesso de um MC ele poderá ser contratado por uma gravadora. As corporações investem em cantores que com certeza irão garantir retorno financeiro. Sendo assim, entendemos que a internet é uma ferramenta que fornece com precisão novos talentos para as gravadoras, pois através do YouTube e das redes sociais é possível efetuar o acompanhamento preciso dos números de visualizações e da interação nos perfis dos artistas.

Os “artistas sem álbum” do funk ostentação fazem sucesso por meio da divulgação de videoclipes no YouTube e compõem um circuito autônomo com agentes (cantores, produtores, diretores, etc.) próprios, que terá a presença de uma major apenas se um cantor fizer sucesso e for contratado por uma grande gravadora. O lançamento de um “álbum completo” provavelmente só irá acontecer se o MC for contratado por uma gravadora. É importante notarmos as mudanças desse mercado em relação aos mercados tradicionais, pois MC Guimê não possui contrato com uma major e até o fim desta pesquisa ainda não havia lançado um CD ou DVD, mas é um dos maiores nomes do mercado do funk ostentação, possui parcerias com grandes marcas, capital e poder dentro do campo, podendo inclusive estar presente em outros campos, como o da moda, mantendo potência simbólica. Por outro lado, MC Gui foi contratado pela Universal Music após ter seus videoclipes reconhecidos na internet, possui um CD e um DVD lançados e podemos notar de forma nítida, através dos seus videoclipes, as mudanças ocorridas nos figurinos e na composição dos seus vídeos, com maior aproximação dos músicos dos EUA e maior profissionalização do seu trabalho.

Os jovens MCs do funk ostentação ocupam os territórios que anteriormente não tinham acesso, antes da ascensão

da população periférica às classes médias e dialogam com uma geração de jovens que tiveram a renda aumentada, foram incluídos socialmente por meio do consumo e têm maior acesso à tecnologia, principalmente aos smartphones e redes sociais. As letras das canções, as selfies nas redes sociais, a indumentária e os videoclipes retratam as conquistas dos MCs e querem inspirar os jovens moradores das favelas, como expressou MC Guimê em entrevista para a Folha de São Paulo^[1], que já citamos, e como podemos notar na letra da canção Sonhar do MC Gui. O funk ostentação é uma música de entretenimento e temas como festas, marcas e bebidas estão presentes nas letras das canções. No entanto, a ostentação que aparece nos videoclipes nem sempre é real, pois nem todos os MCs possuem os bens de luxo que são mostrados nos vídeos. A ostentação cantada pode ser uma realidade na vida do MC ou um sonho a ser alcançado.

Enquanto realizávamos essa pesquisa, o site da revista Época (e outros sites de notícias como Estadão e UOL) publicou em meados de 2015 que “Inflação atinge classe C e afeta até o funk ostentação”^[2], afirmando que com a chegada de uma crise financeira ao Brasil, a ostentação, que exalta prazeres caros, dá lugar ao funk que exalta o corpo e a sensualidade. Em entrevistas presentes na publicação, Renato Barreiros, autor do documentário Funk ostentação- O filme, diz que os jovens “tiraram o pé do acelerador”, mas continuam comprando roupas de marca e querendo ter o seu carro ou moto, no entanto, consomem marcas populares, se distanciando das marcas de luxo. Renato

[1]. Cf. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/serafina/2014/07/1476758-amigo-de-ney-mar-mc-guime-fala-de-maconha-ostentacao-e-seu-hino-da-copa.shtml> Acesso em: 9 de janeiro de 2016.

[2]. Cf. Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/05/inflacao-atinge-classe-c-e-a-feta-ate-o-funk-ostentacao.html> Acesso em: 8 de janeiro de 2016.

Meirelles, do Instituto Data Popular, afirma na publicação que a classe C começou a refazer o orçamento, trocando marcas caras por mais baratas, passou a frequentar menos os shoppings e procura bailes mais baratos. O UOL^[3] publicou que o funk ostentação, nesse cenário, é trocado pelo funk chavoso, que faz músicas retornando às origens do funk e canta em suas letras marcas e carros populares. Segundo a publicação do UOL:

O nome chavoso surgiu da expressão “chave de cadeia”, que se refere a uma pessoa propensa a causar problemas, e se transformou em uma gíria para identificar os garotos que são os mais descolados do bairro, que também podem ser chamados de “moleque chave”.

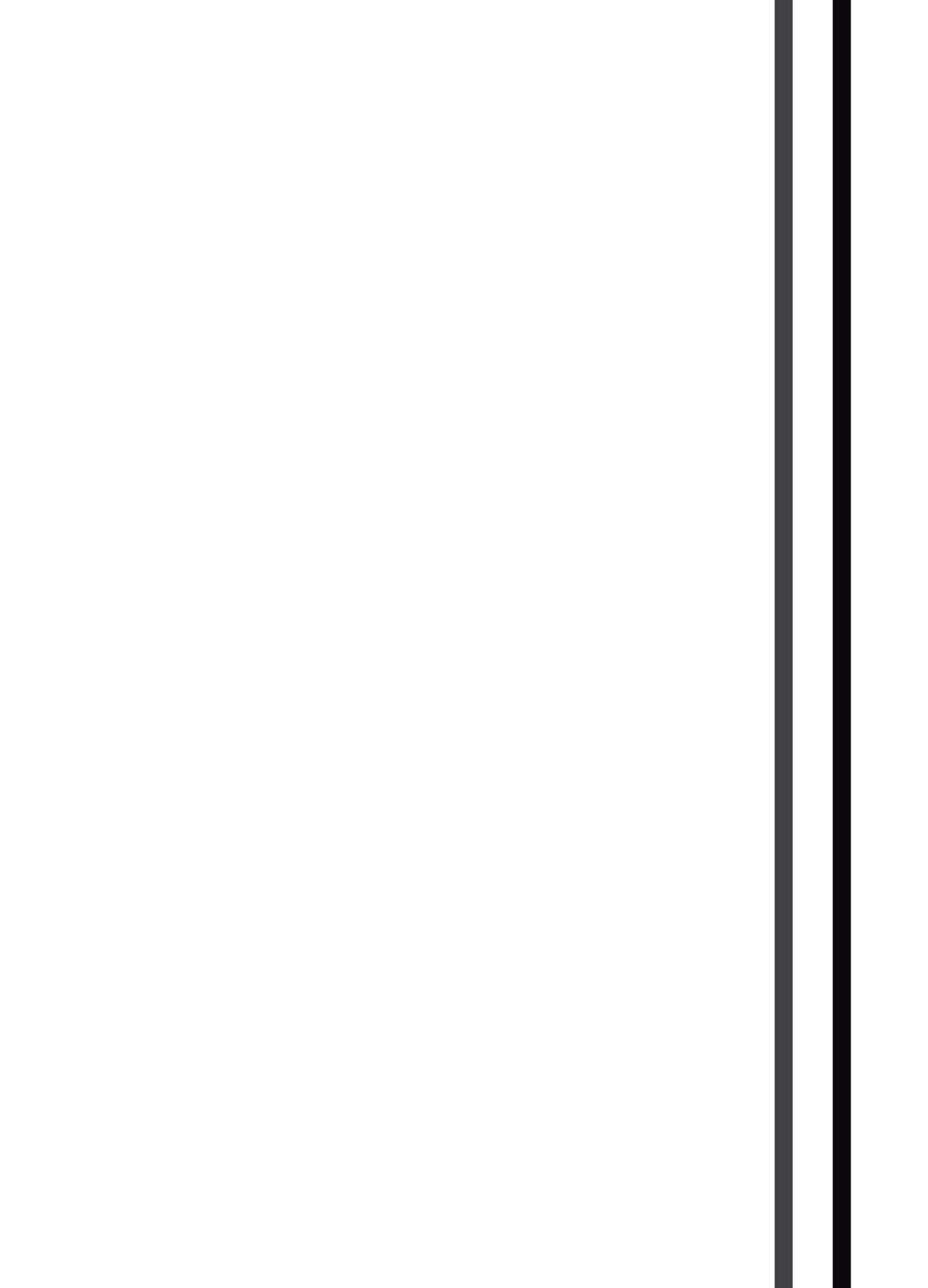
MC Naldinho, em entrevista disponível na publicação, diz que “MC Guimê e MC Gui não tocam mais nas favelas. Eles agora são pop” e que para identificar um “chavoso” é fácil, pois eles usam bermudas de marcas como Quicksilver, óculos Oakley, o boné não pode ser da New Era e de aba reta e o principal elemento é o tênis com meia na canela. O número de visualizações dos videoclipes do funk chavoso é expressivo, com alguns vídeos que possuem 2 milhões de visualizações, aproximadamente. De acordo com o Diário de São Paulo^[4], o funk chavoso substitui um carro Ferrari, que custa cerca de 2 milhões de reais ou Porsche, que custa em média 1 milhão de reais por carros como o Volkswagen Jetta, que custa 70 mil reais e marcas de roupas, calçados e acessórios de grifes internacionais são substituídos por marcas encontradas em qualquer shopping de São Paulo.

Sendo assim, com a ascensão de uma crise econômica no

[3] Cf. Disponível em: <http://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2015/09/02/em-crise-na-periferia-funk-ostentacao-perde-espaco-para-o-chavoso.htm> Acesso em: 8 de janeiro de 2016.

[4] Cf. Disponível em: <http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/86079/funk-ostentacao-substitui-porsche-por-volkswagen> Acesso em: 8 de janeiro de 2016.

Brasil quais serão os caminhos trilhados pelo funk ostentação e suas vertentes? Essa é uma questão que pretendemos discutir em trabalhos futuros.



**8 – DAS RUAS PARA A
UNIVERSIDADE**

*HELENA JACOBEM,
ISABELLA ALTOÉ*

As manifestações populares de 2013 foram um marco no desenvolvimento político-social em todo Brasil. Tudo teve início em 2010, devido à Revolução de Jasmin, na Tunísia, e passou por diversas partes do globo, como a Islândia e Egito, até chegar em território nacional. Essa disseminação de manifestações ao redor do mundo se deu com apoio das redes sociais.

Em nosso país, São Paulo foi o primeiro Estado a incentivar atos por meio das redes e, logo, outros municípios em todo o país aderiram à luta. Na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, depois de várias manifestações menores, o ápice se deu quando mais de cem mil pessoas se reuniram nas ruas com queixas de diversas vertentes.

Por todos os lados durante as manifestações na capital, e também em cidades do interior, uma coisa era marcante: a presença de inúmeras pessoas com celulares nas mãos, documentando aquele momento. Famílias inteiras, de idades distintas mas, principalmente, jovens se uniram por objetivos que, apesar de não serem iguais, visavam transformações no país.

A influência deste acontecimento foi tamanha que serviu de inspiração para o jornalista e professor de Comunicação Roberto Teixeira produzir sua dissertação de mestrado. Embora a profissão o tenha levado para as salas de aula como professor, Roberto, que deixou o posto de aluno quando terminou a graduação de Jornalismo em 1994, na Ufes, sempre teve o desejo de voltar a estudar. Com a abertura do processo seletivo para a primeira turma de Mestrado em Comunicação e Territorialidades, em 2014, a oportunidade de voltar à academia como estudante não foi desperdiçada.

Roberto Teixeira usou as famosas “Jornadas de junho” para criar um projeto para o mestrado da Ufes. Com a vida pro-

fissional sempre ligada à internet, não foi uma surpresa que sua proposta aclamasse o universo virtual. Apesar de ter participado das manifestações, sua ida não influenciou a escolha da temática da pesquisa.

O interesse em estudar sobre a evolução da comunicação o levou a querer aprofundar os conhecimentos nas redes sociais. A ideia de explorar as redes nas manifestações se deu com as notícias que a mídia divulgava sobre a participação do Facebook nos atos, incitando a curiosidade para compreender como se deu essa articulação. Assim, surgiu o projeto de pesquisa que garantiu sua vaga em primeiro lugar na seleção do mestrado em Comunicação e Territorialidades da Ufes.

Seu estudo teve como objeto as redes sociais digitais, um local recente de comunicação e que proporciona uma “liberdade” nunca antes vista na sociedade. A questão central ao iniciar o trabalho era entender como a rede social Facebook contribuiu para o processo de mobilização nas manifestações de 2013. Para responder a essa e outras questões menores, Roberto fez uso da literatura referente ao tema, entrevistas, questionários e a análise das páginas “Não é por R\$0,20, é por direitos” e o “Movimento ES contra o aumento”. Ao longo de sua pesquisa, não sentiu mudanças, apenas viu que ela foi se confirmando a partir de sua ideia básica.

Os dois anos de estudo foram de grande importância para o meio acadêmico, afinal, ter mais uma pesquisa sobre o tema é de extrema relevância para continuar compreendendo a influência da rede social no nosso cotidiano. Roberto defendeu que os *sites* destinados a essa interação entre pessoas surgem como um contraponto a mídia tradicional. De acordo com a Teoria do Agendamento, os assuntos veiculados em jornais televisivos e

no meio impresso estão lá por escolha da mídia que, desta forma, influencia o que o público irá discutir, dando maior importância para determinados fatos e, conseqüentemente, ignorando outros. Logo, as redes sociais surgem em oposição a esse agendamento, possibilitando que os usuários entrem em discussões e explorem outros pontos de vista.

Embora o uso das redes sociais seja um hábito muito recente do nosso cotidiano, a capacidade de aprofundar nos temas por meio do hipertexto faz desse meio de comunicação e informação um grande aliado do jornalismo. A oportunidade de estar nas redes é um constante aprendizado, e estas precisam incentivar diálogos e não monólogos entre as pessoas.

Outra questão defendida pelo mestre é o legado que as mídias sociais deixaram para o povo: uma nova capacidade de se indignar. As redes sociais digitais foram o diferencial dos atos de 2013 - afinal, desde Collor, em 1992 com os Cara Pintadas, que vivemos 21 anos de inércia. Quando o movimento se disseminou pelo Brasil, impulsionado pelo Facebook, despertou nas pessoas novamente o desejo de se mobilizar e as levaram a acreditar na força que a população têm dentro do país.

Os estudos no mestrado ajudaram Roberto a visualizar a real força da sociedade hiperconectada em rede, utilizando o termo de Castells, sociólogo espanhol e uma das referências mais importantes em sua dissertação. O trabalho mostrou para o jornalista e professor como os jovens, com suas “próteses que são *smartphones*”, estão contribuindo para mudar a comunicação por meio das redes sociais.

Durante a pesquisa, foi possível ainda perceber o potencial das redes como oportunidade de articulação social, como ocorreu não só no Espírito Santo em 2013, mas em todo o Brasil.

O caráter de companheirismo por meio de compartilhamentos e confirmação na participação dos eventos *on-line*, movimentava a rede e influenciava pessoas que nem mesmo estavam engajadas no que estava acontecendo nas ruas.

Embora o Facebook tenha sido fundamental para organização das manifestações em nosso país, o pesquisador passou a acreditar que só as redes sociais, sozinhas, não fazem uma revolução. O *on-line* é importante nos dias de hoje, mas não faz o papel do *off-line*: não basta se manifestar nas redes, é preciso se manifestar nas ruas.

O curso de pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Ufes formou sua primeira turma e ser pioneiro foi motivo de grande felicidade para Roberto, que mesmo depois dos 40 anos voltou a estudar, ainda mais ligado a um tema tão importante como o processo social de comunicação que vivemos. Foram dois anos de muito dinamismo, intensa troca de conhecimento e interação com pessoas de vertentes diversas, que contribuíram para abrir os horizontes do mestrando. Além dos colegas de turma, os professores foram fundamentais para o desenvolvimento de Roberto no programa de pós-graduação, em especial as aulas dos professores Fábio Malini, Daniela Zanetti, Edgard Rebouças e José Antonio Martinuzzo (orientador), que ganharam espaço nos agradecimentos da dissertação não só pelos ensinamentos, mas pelo companheirismo e amizade que construíram durante o mestrado.

Uma das partes mais complicadas, segundo Roberto, é explicar o que é essa Comunicação e Territorialidades, “ninguém consegue explicar direito”. Sua interpretação, em suma, é que existe um território ocupado, físico ou *on-line*, e possui sua territorialidade, que é como as pessoas ocupam esse território. A

comunicação entra para dar suporte a essas territorialidades.

O pesquisador considera fundamental que os professores continuem a incentivar a participação dos mestrandos em congressos nacionais, tendo em vista a grande vitrine que a produção científica é. Além disso, levando em conta que a produção de uma dissertação envolve horas e horas de escrita e muito esforço, a criação de estudos dirigidos que estimulem a prática é uma sugestão que o agora mestre deixa para os próximos anos do programa.

Apesar de considerar muito difícil conciliar os dois anos de mestrado com o trabalho; de ter uma filha, a quem se desculpa pela falta de atenção durante os meses de trabalho intenso; e também ter enfrentado problemas pessoais durante o processo, o pesquisador via as aulas como um grande prazer. Imergir nos estudos, escrevendo a dissertação madrugadas adentro, trazia enorme satisfação e distração do cotidiano.

Mestre desde 1º de fevereiro de 2016, Roberto agora tem interesse em fazer um doutorado na área de humanas e incentiva muito novos pesquisadores a ingressar no universo acadêmico, que foi tão importante para sua formação pessoal e profissional.

Sobre a dissertação:

Mestre: Roberto Teixeira dos Santos

Orientador: Professor Doutor José Antonio Martinuzzo

Título da dissertação: Rede Social Digital e Mobilização Social – o Facebook nas manifestações de junho de 2013

Linha de pesquisa: Comunicação e Poder

Data de defesa: 01 de Fevereiro de 2016

BANCA EXAMINADORA:

Professor Doutor José Antonio Martinuzzo (Orientador)
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professora Doutora Daniela Zanetti (membro interno)
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professora Doutora Renata de Rezende Ribeiro (membro externo)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo averiguar os modos de apropriação das redes sociais digitais em mobilizações de contrapoder. Para tal, estuda o caso do movimento “Não é por 20 centavos, é por direitos ES”, no site de rede social Facebook, por ocasião dos movimentos contestatórios de meados de 2013 no Brasil. Além da revisão de literatura acerca da sociedade em rede, internet, redes sociais digitais e movimentos sociais na atualidade, a pesquisa se fundamenta em estudos de conteúdos publicados no Facebook, em entrevistas com os mediadores principais da página da comunidade *on-line* em questão.

CONCLUSÃO

1º de junho de 2013, São Paulo. O prefeito Fernando Haddad (PT) e o governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciam que as tarifas do transporte público, congeladas em R\$ 3,00 desde o início do ano, serão reajustadas. Foi acesa neste momento a centelha de indignação e esperança por dias melhores em São Paulo. A primeira manifestação contrária ao aumento do valor da

tarifa é agendada para o dia 6 de junho, por intermédio dos *sites* de redes sociais digitais e capitaneadas pelo Movimento Passe Livre.

A pequena centelha na Rede Mundial de Computadores se alastra rapidamente por todo o país e, conseqüentemente, também ganha apoio no Espírito Santo, notadamente na capital Vitória, tornando-se um fenômeno de adesão em nível nacional, quase simultaneamente.

“O Gigante Acordou”. Este mês passaria a ficar lembrado na história recente do Brasil e do Estado do Espírito Santo pelas manifestações, conhecidas como “Jornadas de junho” ou “Outubro Brasileiro”, tendo como ápice o dia 20 de junho, que reuniu cerca de 100 mil pessoas nas ruas da Grande Vitória.

Para muitos estudiosos, mesmo que vários dos objetivos demonstrados nas pautas dos movimentos não tenham sido contemplados, o Brasil mudou desde junho de 2013, pois a potência dos protestos, apoiada pelas redes sociais digitais continua presente e pronta para eclodir novamente.

Desta forma, após a onda de protestos, a sociedade obteve a percepção de que as mobilizações podem dar resultado ou tensionar uma situação vigente, as políticas públicas passaram a serem mais fiscalizadas e questionadas e a articulação e o engajamento realizado, por exemplo, das próprias residências, por meio das redes sociais digitais, podem resultar na tomada das ruas em um efeito de redes *on* e *off-line*.

As referidas redes sociais digitais, nosso objeto de estudo, de acordo com estudo da CompTIA chamado “How millennials may change the workplace”^[1], mostraram como resultado

[1]. Disponível em <https://www.comptia.org/about-us/newsroom/press-releases/2015/11/04/new-comptia-study-offers-insight-into-how-millennials-may-change-the-workplace>

o engajamento ainda maior em 2015 dos usuários das mídias sociais e a ampliação dos conhecimentos em tecnologia pela chamada geração *millennials* – reunindo aqueles nascidos entre 1980 e 200 –, com vistas ao mercado de trabalho. Essa geração, que conta com muito *youtubers*, detentores de muitas visualizações em seus vídeos – aliás, 2015 foi o ano em que o vídeo ganhou destaque – querem participar das criações e não somente assistir as propagandas prontas.

No entanto, o Facebook, ainda preponderante nos tempos atuais, provavelmente não manterá a sua pujança por muito tempo. Essa pista é dada pelo que ocorreu com o Orkut anos atrás. Ademais, a migração segue para mídias como o Whatsapp e o Snapchat, que em novembro deste ano de 2015 ultrapassou o Facebook em visualização de vídeos, de acordo com pesquisa da comScore^[2].

O declínio do Facebook parece evidente. Os jovens, propulsores das manifestações pelo mundo, perceberam que seus pais adotaram o Facebook e não gostam de serem acompanhados por eles, pelos menos desta forma virtual. Previsões à parte, o site de rede social cumpriu um papel-chave, ao lado do Twitter e do Youtube, nas mais recentes manifestações pelo mundo e no Brasil.

De acordo com estudos de Ellison, Steinfeld e Lampe (2007), essas redes alteraram os processos sociais dos indivíduos, possibilitando que atores sociais, afastados pelas distâncias físicas, pudessem continuar investindo nestes laços sociais e ainda se tornassem mais estáveis e permanentes e menos fluidos.

[2]. Cf. <<https://www.comptia.org/about-us/newsroom/press-releases/2015/11/04/new-comptia-study-offers-insight-into-how-millennials-may-change-the-workplace>>. Acesso em: 9 dez. 2015.

Cabe ressaltar, no entanto, que essa ação contra-hegemônica via Facebook é um “desvirtuamento” dos propósitos do *site* de redes sociais, configurando-se como uma chance de mobilização em prol de melhores condições para povos pelo mundo. O site de rede social idealizado por jovens de uma faculdade tem o seu propósito prioritário de alavancar lucros, inserido em um sistema mundial movido pelo capital, conectado e em rede.

Os sistemas comunicacionais têm seu papel importante na formação de elos, visando a acentuação e globalização severa de um sistema capitalista. Castells (2014), referência basilar em nosso trabalho, conceitua esta modalidade de produção como “capitalismo informacional”. Trata-se de um estágio avançado do capitalismo e seus sistemas produtivos, catapultado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), alicerçadas em uma sociedade que tem como cerne a informação, baseada na utilização e acumulação dos conhecimentos.

A Era da Informação, na qual estamos inseridos, de acordo com Castells (2002), nos direciona para um paradigma diferenciado dos anteriores, pois conta como primordiais características a informação como matéria prima e a tecnologia, notadamente a Rede Mundial de Computadores, a Internet. Dotada de um alcance mundial cada vez maior, com cerca de metade da população do globo, visa moldar as existências individuais e coletivas, tendo como base a lógica das redes.

Castells (1999, p. 18), explica que

A sociedade em rede é global, é baseada em redes globais. Então, a sua lógica chega a países de todo o planeta e se difunde por intermédio do poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia.

Alavancadas na microeletrônica e em redes digitais de informática, as pessoas disseminam informações, tendo como ponto de partida os conhecimentos acumulados nos nós interconectados dessas redes globais.

Mas, neste cenário, o modelo tradicional de comunicação sustentado pelos meios de comunicação de massa, vem se tornando anacrônico. Com o advento da sociedade em rede, onde convivem os *millennials*, surge um modelo de comunicação que tem em sua sustentação as formas dialógicas, mídias híbridas e convergentes. E, cada vez mais, atendendo as exigências de participação de cidadãos “comuns” nos processos sociais e econômicos.

Nesse cotidiano de uma sociedade midiaticizada, com características de comunicação potencialmente horizontalizada, há oportunidades para ações de contracorrentes, que auxiliam em dinamizar as relações de poder. Remetemo-nos aqui a Foucault (1979), que acredita que o poder seja uma realidade dinâmica, instrumento de diálogo entre indivíduos em determinada sociedade, sempre marcada por relações de poder.

Desta forma, exercendo esta forma dialógica – muitas vezes violenta – de contrapoder, os movimentos sociais, que pareciam combalidos nos últimos anos no Brasil, demonstram sua força como propulsores das redes de indignação e esperança, notadamente no Brasil e no Espírito Santo. Pelo menos em seu momento inicial, formam estes movimentos que alavancaram os processos, demonstrado em nossa pesquisa.

Tendo em vista os avanços do capitalismo informacional, os movimentos sociais souberam apropriar-se das TICs, durante os movimentos, utilizando instrumentos midiáticos para divulgação, convocação, prestação de contas, articulações e mobiliza-

ções me torno de desejos pulverizados.

As aglomerações virtuais têm a sua concepção no modelo de comunidade tradicionais, transposto para o mundo virtual, formando as comunidades virtuais. A partir daí, o modelo de ativismo através da teia mundial, leva ao ciberativismo, buscando a cidadania e participação política democrática.

Para que o ciberativismo ganhe fôlego, é preciso se apropriar do conceito de compartilhamento – fortemente ligado à interação via *web*, sobretudo a partir da *web 2.0* (ou segunda geração da *web*). O intuito é ser solidário, ganhar adeptos, força coletiva, por meio de produção e disseminação de ideias ou informações.

As redes sociais e os sites de redes sociais digitais passaram a dar suporte a esta chance de ciberativismo. Para Recuero (2015, p. 25), “as redes sociais digitais representam desta forma um novo e complexo universo de fenômenos comunicativos sociais e discursivos”.

Com o término de nosso estudo, foi possível constatar que a apropriação dos sites de redes sociais, notadamente o Facebook, por meio de dispositivos móveis, como os *smartphones*, foram os principais diferenciais destas mobilizações na contemporaneidade, levando-se em consideração os protestos ocorridos anteriormente.

Também como inovação temos o fato de as lideranças, apesar de existirem durante as manifestações – como é o próprio caso dos administradores das páginas do Facebook – não se assumiram como tal.

Fica claro o exercício desta função de gerenciamento de pessoas de forma *on-line* pelas páginas da rede social em prol de um objetivo comum, ao considerarmos o conceito de lideran-

ça de Bergamini (1994, p. 88): “constata-se que a maior parte dos autores conceitua liderança como processo de influência de um indivíduo sobre outro indivíduo ou grupo, com vistas à realização de objetivos em uma situação dada”.

Quanto à resposta à nossa questão inicial – como as mobilizações sociais se apropriam das redes digitais para articular massivas manifestações públicas em torno das mais diversas pautas? – podemos dizer que é possível perceber que o uso do Facebook foi feito para compartilhamento e publicidade das convocações para os atos, prestação de contas das assembleias realizadas e difusão de pautas de reivindicações do movimento.

Essa demonstração veio a partir de leituras teóricas e estudos, entrevistas com participantes e estudos das páginas. Assim, confirmamos a nossa hipótese de que as redes sociais digitais são uma potência comunicacional, como articuladoras de contrapoder, apesar do ainda preponderante poder estabelecido e refletido pelo capital simbólico dos meios de comunicação de massa tradicionais.

As redes sociais digitais, cada vez mais presentes em nosso cotidiano, se consolidam como uma alternativa complementar a uma comunicação multimodal, convergindo mídias *on* e *off-line*, para que, somente desta forma, seja possível alcançar êxito em uma mobilização em alta escala na atual sociedade mediatizada, conectada em rede.

O movimento brasileiro deixou como legado a convicção de que podemos retomar as ruas e protestar em prol de direitos inalienáveis. Após os protestos de junho de 2013, vários outros se sucederam, deixando a certeza da relevância por parte dos brasileiros de se articular por meio das redes sociais e tomar as ruas, fazendo a fusão de territorialidades geográficas e digitais,

constituindo, em verdade, uma territorialidade híbrida, ou uma multiterritorialidade.

Na esteira das “Jornadas de junho” vieram movimentos de redes de indignação e esperança de vários vieses políticos e ideológicos, que se mantiveram durante o ano de 2014 e 2015, tendo em vista os protestos como “Não Vai ter Copa” e “Pró-Impeachment de Dilma” e favorável à presidente, para o retorno do regime de ditadura militar, contra o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e vários outros.

Os ativistas *on-line* abasteceram os seus próprios veículos de comunicação, mostrando solidariedade na partilha de informações e motivando os seguidores para que participassem do momento histórico, retroalimentando o desejo de sair para protestar. Compartilhar foi o verbo utilizado pelos *sites* de redes sociais, tanto que verificamos em nosso estudo que o número de compartilhamento nos *posts* das páginas nas comunidades do Facebook é em número maior quando comparado às curtidas e comentários.

Também é possível verificar que havia uma condução por lideranças dos movimentos – que não se assumiam como tal – de trajetos definidos previamente antes dos atos (como foram chamadas as manifestações no Espírito Santo). Nas páginas também eram mostrados os locais, horários de início e encerramento e decisões de assembleias populares.

Com a chamada Geração “Vem pra Rua” as manifestações brasileiras, ineditamente marcadas pela participação das redes sociais digitais, e que chegaram ao ápice no Brasil em junho de 2013, não foi um episódio repentino. É parte de um processo histórico.

A versão capixaba, resultado de manifestações pelo mun-

do, representa movimentos sem grandes heróis marcados pelo tempo, mas que aprimorou as relações entre sujeitos, espaços e práticas.

Conforme abordamos em nossa pesquisa, os meios de comunicação tradicionais foram fortemente avaliados e criticados durante as mobilizações de junho de 2013. Também ressaltamos que são os grandes conglomerados de mídias que nos dão as diretrizes para discutir os temas atuais, tendo em vista, teorias como agendamento e enquadramento. As redes sociais digitais são apenas oportunidades de contraponto, ainda pouco exploradas em nossos dias atuais. As redes sociais digitais são importantes para a mobilização, mas não há conversação expressiva nas páginas de grupos contra-hegemônicos, ocorrendo fundamentalmente viralização. Os líderes agem como tal, mas não se nomeiam como líderes, numa estratégia de relacionamento com a nova juventude, resistentes às lideranças tradicionais.

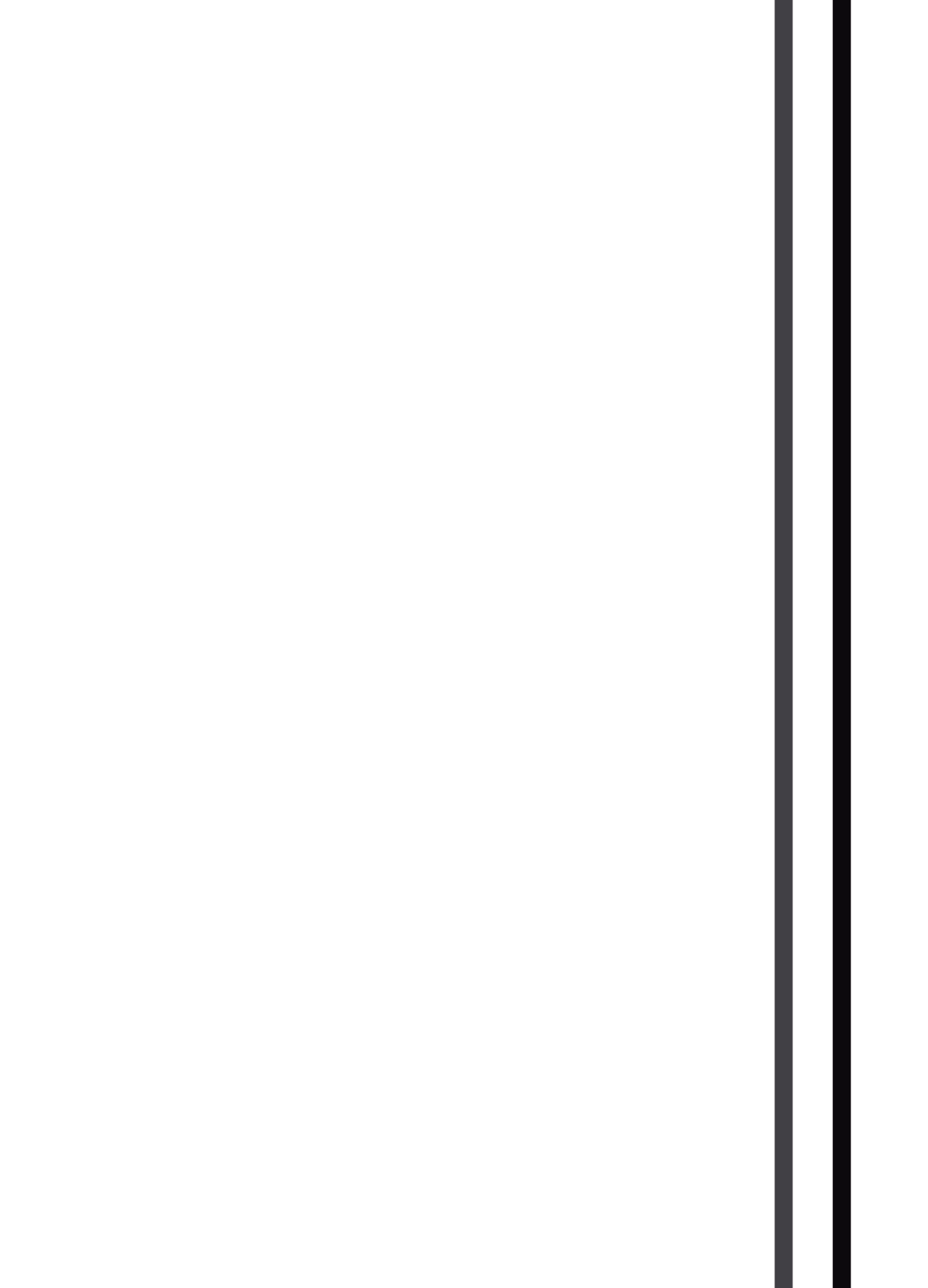
Mas, e o papel dos jornalistas profissionais diplomados, atrelados à grande mídia, tendo em vista a sociedade pós-moderna em que estamos inseridos? Quais seriam as suas funções em um cenário de mídias convergentes e avanço da Internet em todo o mundo? Estariam fadados a se tornar obsoletos e meros reprodutores de ideias de empresas nos quais estariam atrelados?

Estas questões nos instigam a respondê-las em um próximo estudo, com vistas a artigos científicos e, de forma mais aprofundada, em pesquisa de doutorado. Como hipótese inicial, acreditamos que o jornalismo praticado pelas grandes redes comunicacionais manterá o seu capital simbólico, tendo como base a credibilidade das informações e a capacidade visceral de checagem de informações e a busca incessante das verdades dos

fatos.

Para finalizar, resgatamos a frase “Não odeie a mídia, seja a mídia”, creditada a Jello Biafra, o vocalista e líder da banda punk estadunidense, Dead Kennedys. Revoltado por não ver suas gravações musicais divulgadas pelos meios de comunicação de massa no final dos anos 1970, o vocalista resolveu produzir seus próprios *fanzines* e rádios-piratas.

Intensificadas pelas relações por meio do mundo virtual, é possível o paralelo com as atuais redes sociais digitais, mas de uma forma muito mais intensa, baseada na teoria do compartilhamento, capitaneada pelos ativistas, cidadãos com jornadas de trabalho semanais, chefes de famílias e que buscam uma contínua melhoria na qualidade de vida. Este é o recado das redes sociais digitais: o Gigante acordou. Temos uma chance.



9 - OS ESPAÇOS IMPORTAM

*ARIANE BARBOSA,
CAROLINE VENTURA*

Sempre que olhava os muros da cidade, percebendo as escritas dispostas nas paredes, o pesquisador Sérgio Rodrigo Ferreira prestava atenção a uma pichação específica na reta do aeroporto, em cima de um morrinho. Ela o intrigava. A pichação dizia: “Aqui, abismo social”. A inscrição em si não fala tanto. Todavia, se for levado em consideração onde foi escrita, em cima de um morro e aos fundos de uma mansão, nota-se que o abismo social descrito leva em consideração toda a paisagem do entorno. A mansão que estava ali contrasta com a pobreza ao seu redor e, curiosamente, fica em cima de um morro, que seria uma espécie de abismo. Existia uma poética que dava conta de toda uma estrutura que não estava só na intervenção, mas também no sentido dado à associação de outros elementos presentes no mobiliário urbano.

Isso o levou a formular a hipótese, em sua pesquisa de Mestrado, de que o lugar onde acontecem essas intervenções importa. Sérgio Rodrigo já tinha feito um mestrado na área da Psicologia. No ano em que foi lançado o mestrado em Comunicação e Territorialidades, na Ufes – uma aposta do curso, algo muito esperado –, ele já tinha pretensão de ficar em Vitória para estudar e, como tinha um projeto encaminhado, resolveu aproveitar a oportunidade e participar.

Sua pesquisa tem como tema de estudo as intervenções gráficas feitas sobre a cidade. Algo que está inserido no campo da imaginação espacial, como ele colocou, utilizando-se da ideia da geógrafa Doreen Massey, que afirma que “os pressupostos implícitos que fazemos em relação ao espaço são importantes, uma vez que a imaginação, como mecanismo produtor de imagens para o pensamento, cria modos de conceber o espaço com efeitos e implicações específicas, sociais e políticas”. As pesqui-

sas recentes e todo material documental analisado sobre essas intervenções servem como base para a retirada das noções de cidade que estão atreladas em seus discursos.

O pensamento de todo o espaço urbano e seus territórios aplicados nas intervenções gráficas relacionadas à cidade deram origem ao objeto da pesquisa, que é a movimentação que envolve os “pixos” e grafites que se difundem na cidade de Vitória, no Espírito Santo, nos limites em torno dos seus caminhos. Levou-se em consideração tanto as dimensões temporais quanto históricas que refletem sobre esse território.

A escolha desse tema específico foi bastante provocada pela própria área de concentração do programa: Comunicação e Territorialidades. Assim como seu interesse de aproximar seus estudos com o campo das artes e da cultura. E pensando nessa relação com as territorialidades, especificamente, surgiu essa ideia relacionada às intervenções gráficas urbanas, grafite e pichações presentes no nosso cotidiano. Ou seja, essa riqueza que ele viu nas paredes das cidades provocou um interesse de escrever sobre isso, até como forma de pesquisa e estudo desse campo.

Por ser um tema que tem provocado debates acalorados na cidade há um tempo, o pesquisador o considera relevante para a sociedade. Isso porque esse é um assunto que mobiliza a cidade e, acima de tudo, é uma temática contemporânea. O grafite e a pichação têm sido incorporados ao mercado de arte e, de certa forma, têm sido um pouco domesticados por ele. Essa é uma questão mal resolvida pela sociedade e ainda se encontra no campo da controvérsia. Sendo assim, para Sérgio Rodrigo, a relevância é ajudar nesse debate com os resultados da pesquisa.

O que a pichação faz com a cidade? Levando em conside-

ração que essa foi a questão central, surgiram dois caminhos a serem respondidos dentro dela, justificando o “com” da pergunta, já que essa preposição soa com ambiguidade, como supõe o pesquisador. No caso da primeira colocação, o “com” indicando a ação sofrida, levando em conta os efeitos sociais e políticos da apropriação simbólica dos muros pelas pichações. Já na segunda colocação, o “com” vem indicando a companhia entre a imagem da cidade e essas intervenções. A divisão feita por Sérgio entre “pixo” e cidade se deu apenas para melhor se discutir o assunto, já que acredita que eles sejam inerentes.

A pesquisa se deu pelo método qualitativo, sendo feito o processo exploratório-descritivo. Foram feitos registros fotográficos das intervenções encontradas pela cidade de Vitória, levando em consideração os aspectos políticos e estéticos de cada registro, para, ao final, fazer um relato que descrevesse as relações dos aspectos estudados.

A coleta de dados se deu a partir da ideia de movimento dentro do transporte público, tentando-se, assim, estar adentrado em um dos possíveis pontos de vista que existem dentro da cidade de Vitória. Foi escolhida a linha 161 (ônibus municipal) devido ao percurso feito por esta linha específica, que cruza a cidade. Por levar o movimento em consideração, o pesquisador decidiu fazer a captação das imagens em uma câmera de vídeo, para que fosse feita a transformação da paisagem urbana em um produto audiovisual para, depois, fazer a análise por meio da decupagem.

As perguntas que o pesquisador procurou responder após a decupagem, a análise de dados e a percepção de qual paisagem havia sofrido as intervenções foram: Quais fronteiras se estabelecem neste trajeto? Quais são os temas abordados?

Quais são suas características estilísticas? De que forma a cidade é incorporada e representada? Como o movimento do observador e a espacialidade do mobiliário urbano são utilizados por esses indivíduos? Quais significações estão no jogo semiótico dos sujeitos “pixantes”?

Para Sérgio Rodrigo, quando é feito um trabalho de pesquisa efetivo, sua opinião necessariamente tem que mudar, porque você deve ser capaz de enxergar coisas que não via antes, tem a oportunidade de ler outras perspectivas sobre o tema. Mas, de modo geral, o que mais impacta o trabalho e o muda radicalmente em um determinado momento é o entendimento de que a territorialidade na cidade acontece muitas vezes na mobilidade. O objeto estudado por ele não tem uma contemplação clássica que é aquela tida num museu: ir até um local para observar algo. Acontece enquanto você caminha pela cidade, está se deslocando, está sentado observando da janela de um ônibus, andando de bicicleta. Essa relação com o movimento era algo que inicialmente ele não tinha imaginado. E levar em consideração a questão do movimento mudou a metodologia utilizada em sua pesquisa (por isso que ele optou por fazer seu projeto em forma de vídeo, e não em fotos; afinal, o movimento entra como um dado que, para ele, era relevante). Ou seja, o que impacta sua pesquisa é o entendimento dessas outras territorialidades que acontecem no movimento.

A principal conclusão a que se chegou com a pesquisa feita é de que as intervenções gráficas não falam apenas por si só, mas complementam todo um espaço urbano que tem muito a dizer. As intervenções fazem parte de um processo e possuem todo um movimento no lugar onde estão inseridas. Quem faz esse tipo de trabalho não pensa apenas em se utilizar dos artifí-

cios do desenho e/ou escrita, e sim em se apropriar daquilo que a cidade tem para oferecer, seja algo visivelmente bom ou ruim, criando assim todo um contexto que será interpretado diferentemente por cada indivíduo, de acordo com sua carga histórica. Como descrito por Sérgio Rodrigo, em sua fala, “a imagem no muro se torna visível em meio a uma realidade que rouba as vivências dos sujeitos. É um aceno que revela a mais simples potência de humanidade. As vivências revelam desejos e/ou gritos de alegria e de dor; são como lampejos erráticos propagados algumas vezes em atos de expressão que tangenciam a arte e a poesia. Ela aparece como novidade reminiscente no presente de uma história detestável da qual aparentemente não havia condições antropológicas de resistência ao poder”.

Ser pioneiro no mestrado em Comunicação e Territorialidades foi descrito por Sérgio Rodrigo como algo curioso e, realmente, um trabalho extra. Ele descreve que o programa de pós-graduação, diferente da graduação (apesar de achar que a graduação deveria ser assim também), é um programa que se constitui numa parceria entre professores e alunos. Essa distância entre professor e aluno fica diminuída, e a produção é bastante importante para constituir esse programa. A primeira turma do mestrado abre portas para alguns temas e começa a formar a cara desse programa. Os métodos utilizados e as pesquisas feitas têm essa responsabilidade de começar a formar uma identidade. Direcionar temas de interesse e, provavelmente, os temas defendidos, abrirá caminho para outras pessoas que queiram falar de assuntos semelhantes. A primeira turma de mestrandos começa a produzir nesse programa os primeiros aspectos do conhecimento como soma de experiências.

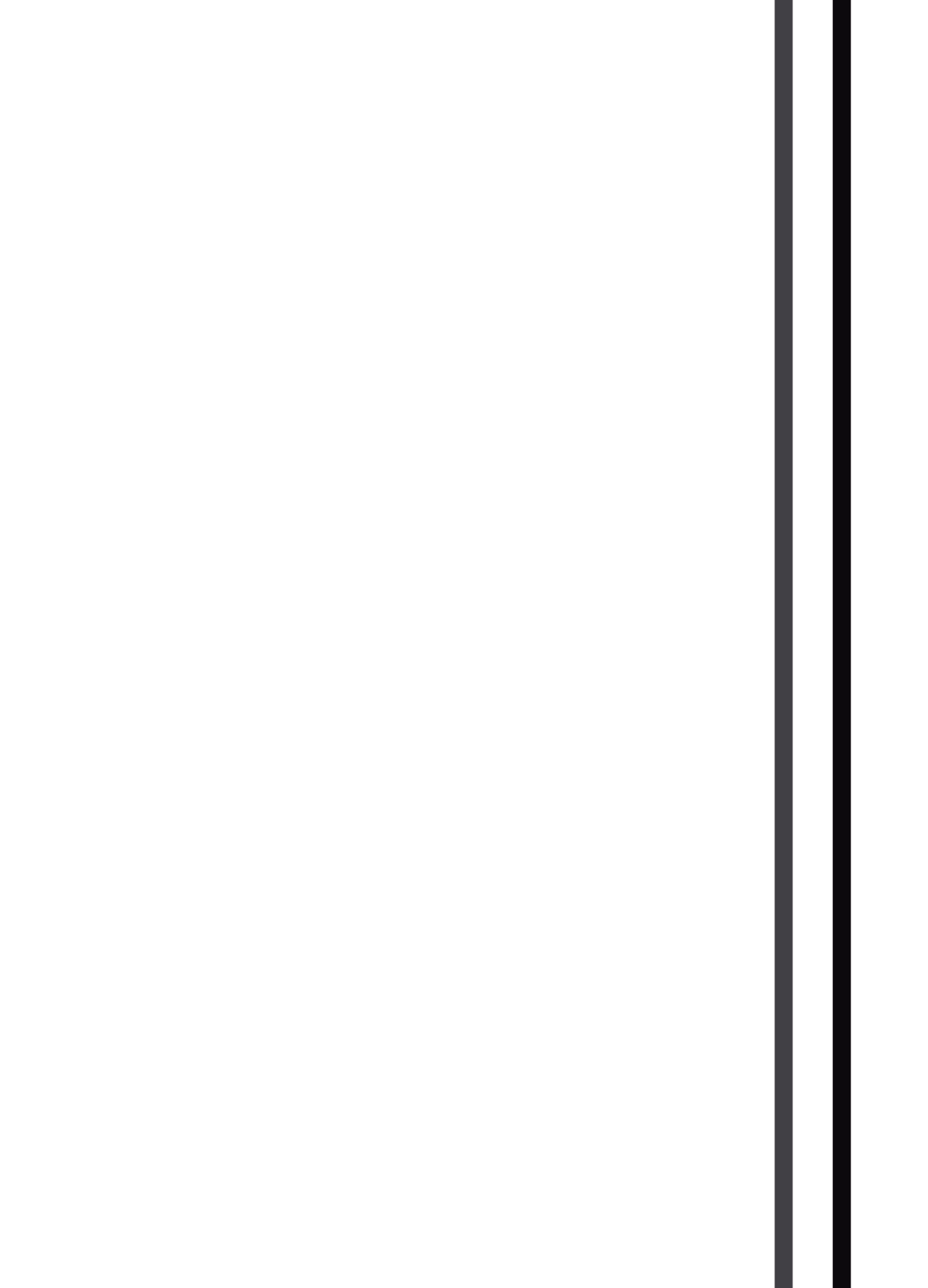
O pesquisador alerta que surgiram diversos problemas

devido a questões que não estão claramente bem resolvidas. Não há uma norma estabelecida para uma série de coisas, e as ações desses primeiros pesquisadores dentro do programa já vão pausando essa normatividade, a forma como esse programa vai se constituir.

Sérgio Rodrigo comenta que o programa precisa dar conta de uma demanda que os alunos trazem como tema, quando se trata de Territorialidade, uma perspectiva teórica que às vezes é mais pós-estruturalista. Isso demanda uma formação e um interesse dos professores. “Vejo que há um movimento de interesse por esse campo e nossos professores, às vezes, não estão disponíveis. Falta orientador”, conclui ele.

Sérgio Rodrigo dá um conselho aos próximos mestrandos: “Para os pesquisadores, acho que é importante produzir trabalhos que tenham relevância social, que tenham relevância para o campo da comunicação e que gerem um resultado que seja importante para a sociedade. E, acima de tudo, que tenha uma posição política que seja democrática e radicalize as noções de liberdade”.^[1]

[1] Até a data de fechamento deste livro, a dissertação referente a esta reportagem não havia sido defendida, o que impossibilitou a publicação do Resumo e da Conclusão do trabalho, assim como da constituição da banca de avaliação.



**10 - REDE GLOBO,
SOCIEDADE DE CON-
TROLE E PERSUASÃO**

MARIANA FREITAS SALOMÃO

Até que ponto uma empresa de comunicação teria o poder de influenciar as pessoas? Até que ponto toda uma sociedade agiria impulsionada por uma rede de comunicação?

Segundo o site Donos da Mídia^[1], a Rede Globo é a maior rede de televisão em operação no Brasil e sua influência é forte não apenas sobre o setor de TV. A relação com empresas em todos os Estados permite que o conteúdo gerado seja distribuído por um sistema que inclui diversos jornais e rádios.

Ok. A Globo realmente é uma gigante da área no Brasil, mas seria correto pensar que apenas por esse motivo os brasileiros agiriam como zumbis aos seus comandos? Afinal, a Rede Globo manipula ou não a informação?

Chegar a uma conclusão como essa pode ser simples, partindo do senso comum, sendo dessa forma uma opinião superficial e frágil. Ou pode ser analisada de forma complexa, analisando diversos fatores que envolvem essa imensa rede dentro de nossa sociedade.

Foi isso o que fez Wagner Piassaroli Mantovaneli em sua dissertação, dentro do programa de Mestrado em Comunicação e Territorialidades, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Com o tema “Rede Globo e Territorialidades: controle e sobrevivência sob a ótica do paradigma da complexidade”, ele avaliou como essa empresa de comunicação interage estrategicamente com uma sociedade de informação e controle que a constitui e que também é constituída por ela.

Sua hipótese era que uma instituição de mídia, que vive da produção de informação e comunicação, colabora também para o controle econômico e político de uma sociedade. E seu método para essa análise foi pensar e utilizar conceitos comple-

[1]. Cf.: <http://donosdamidia.com.br/inicial>

xos, como o paradigma da complexidade, de Edgar Morin; as territorialidades envolvidas e a economia política da comunicação; além de explorar historicamente o contexto que estrutura a ação da então criada Rede Globo, hoje uma das maiores firmas de televisão da América Latina e do mundo.

A história desse conglomerado começa em 1911, quando Irineu Marinho fundou o jornal A Noite. Alguns anos depois, nasceu o jornal O Globo. E a partir daí, todo um império na área da comunicação. “Seu filho Roberto Marinho deu seguimento, com os mesmos valores e estilo norte-americano, em pleno território brasileiro”, afirma Mantovaneli.

Na década de 60, surge a Rede Globo de Televisão. Exatamente um ano após o Golpe de Estado de 1964. Coincidência? Falaremos sobre isso mais abaixo. O pesquisador afirma, em sua dissertação, que “a Rede Globo é parte de um processo histórico de mútua constituição de política e economia”, pois “do início aos presentes dias em que atua a família Marinho, é evidente seu papel durante o processo de industrialização e na consolidação de uma sociedade brasileira moderna relacionada ao contexto das relações globais de sobrevivência”.

Impeachment

Em tempos de crise política e econômica como os que vivemos atualmente, com o fantasma do impeachment rondando o governo, e a sociedade dividida entre “coxinhas” e “petralhas” (contra e a favor do PT, contra e a favor da Dilma, contra e a favor do Impeachment, contra e a favor... “Dividir para conquistar”, alguém já disse isso, não?), a Globo vem recebendo críticas de todos os lados, pois estaria se posicionando politicamente contra o governo.

Não seria a primeira vez que acusações desse tipo seriam feitas à “Vênus platinada”. A Globo teria apoiado o golpe e a ditadura militar na década de 60. Teria manipulado o debate eleitoral em 1989, entre os candidatos Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio “Lula” da Silva, a favor do primeiro. Teria levado multidões às ruas em 1992, juntamente com a chamada grande mídia, para retirar do poder justamente esse mesmo candidato que teria apoiado. E estaria fazendo a mesma coisa agora, incitando a população a se posicionar a favor do que poderia ser um golpe político. De todas essas acusações, só assumiu (em 2013) ter apoiado os militares em 1964, um ano antes de sua criação.

Isso significa então que realmente somos manipulados por essa organização? Mantovaneli afirma que a Rede Globo é uma empresa de mídia com grande poder de influência na economia e na política brasileira, uma empresa que constrói e é construída ao mesmo tempo por tal sociedade, sobretudo por meio da relação simbiótica entre economia, política e comunicação.

Pensar no suposto poder que ela teria é pensar que “a dominação não é um movimento só de ida. Em sua volta, ela traz informação própria para a sobrevivência e permanência da ordem”, defende o pesquisador. Ela teria um importante papel no grande jogo da sociedade de controle, onde negocia seu poder, produzindo e sendo produzido ao mesmo tempo pelas forças sociais.

Nada é tão simples como parece, mas, ao mesmo tempo, algumas evidências não podem ser deixadas de lado e deveriam ser pensadas. Como seria possível que um jornal (ou mesmo uma matéria como essa) manipulasse a informação, supondo que ele seguiu as regras do bom jornalismo, de ser imparcial e

neutro?

Segundo o jornalista e editor do Observatório da Imprensa, Carlos Castilho, apesar de um dado não existir fora de um contexto, ele pode ser manipulado conforme a imagem do copo meio cheio ou meio vazio. Um editor ou jornalista pode criar um contexto sem alterar dados, fatos ou eventos. O copo é o mesmo, o volume de água idem, mas o profissional pode descrever o fato de maneiras diferentes, o que pode induzir o leitor, telespectador ou internauta a desenvolver percepções e opiniões condicionadas pela descrição jornalística.

“O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”?

Nos protestos e manifestações é comum ver esse bordão, que surgiu na década de 80 durante a campanha das “Diretas Já”, pintado em bandeiras e faixas ou entoado por seus componentes, como um hino contra o suposto poderio dessa organização, que curiosamente não seria capaz de manipular a todos.

A dissertação de Mantovaneli demonstra que é necessário pensar de forma complexa essa questão. “O controle social não é apenas um processo de cima para baixo. O controle de uma sociedade, que só se faz possível por meio da comunicação, é uma complexa realidade que envolve principalmente a conjunção histórica entre política e economia”, argumenta.

Para o pesquisador, “há sim uma grande desconfiança em relação a essa grande organização. Uma desconfiança que teria fundamento na desconfiança com a própria comunicação, que produz e reproduz a sociedade, que pode levar à razão, ao conhecimento do amplo controle de um grupo que negocia o social entre a economia e a política, ou entre a reprodução e o poder sociais”, afirma.

Vivemos em uma sociedade de controle. A comunicação funciona a serviço do poder de controle e da reprodução social. Política, economia e comunicação estão mais conectadas que nunca. Somos manipulados? Tire suas próprias conclusões, pois essa matéria foi escrita de forma totalmente imparcial e neutra. Ou não.

Entrevista com o Mestre Wagner Piassaroli Mantovaneli

1 – Quais o tema, o objeto e a questão de sua dissertação?

O tema de minha pesquisa de mestrado foi a Rede Globo e as Territorialidades das quais faz parte, com ênfase na “Sociedade de Controle”. O objeto de pesquisa foi a Rede Globo e sua relação estratégica com a contemporânea sociedade de informação e controle (“Sociedade de Controle”). Já a questão, que deriva do objeto, quer investigar como a Rede Globo interage estrategicamente com uma sociedade de informação e controle.

2 – Qual o método?

O método da pesquisa consiste, em primeiro lugar, explorar historicamente o contexto que estrutura a ação da então criada Rede Globo e hoje uma das maiores firmas de televisão da América Latina e do mundo. Nesse percurso histórico, que nos leva à criação da Rede Globo, pudemos perceber o importante papel da família Marinho no interior do processo de industrialização brasileiro. Nosso processo de industrialização nos levou a uma territorialidade moderna, acoplada com os interesses das nações desenvolvidas e, conseqüentemente, com a territorialidade global. Foi na recursão de territorialidade local e global que

nosso objeto se encontrou, quando do início de suas instalações em 1961.

A ideia de recursão é princípio do paradigma da complexidade, proposto por Edgar Morin em *O Método*, que utilizamos para fundamentar a maneira como conduzimos a ciência que construímos a respeito de nosso objeto. Inobstante às recursões de territorialidades que conformariam uma sociedade mundial de informação e controle, passamos a acessar, ao mesmo tempo, a materialidade dessas territorialidades por meio da observação e segregação de sistemas territoriais compostos por estruturas econômicas, políticas e comunicacionais. Nosso ponto de partida para a análise da sociabilidade no interior desses sistemas territoriais compostos por essas estruturas não poderia ser outro senão o da economia política da comunicação, cuja definição ampla que utilizamos parte do princípio que economia política é o controle (processos políticos) e a sobrevivência (processos econômicos) em vida social.

Em síntese, nossa análise, que procurava situar o objeto dentro de um contexto, uniu em recursão a análise do sistema territorial local de controle e sobrevivência com o sistema territorial global de controle e sobrevivência, descobrindo o papel que possui a comunicação, como sistema autopoiético, para tal funcionalidade, e, conseqüentemente, indicando o poder de nosso objeto – a Rede Globo – em meio a esse tecer complexo do real. A nossa pesquisa prima por, ao passo que descrevemos o real, buscamos reflexão sobre aquilo que nos permite ter acesso a ele, por isso o uso da proposição do paradigma da complexidade de Morin, para além de uma análise de economia política da comunicação. As ferramentas metodológicas que contribuem para o nosso método é a estratégia do estudo de caso, entrevista

com a Rede Globo e extenso levantamento bibliográfico e documental.

3 – Quais as principais conclusões?

Tiramos como principais conclusões:

1) A ação estratégica da Rede Globo dentro de uma territorialidade que diz respeito a uma sociedade mundial de informação e controle é recursiva, isto é, a Rede Globo constrói e é construída ao mesmo tempo por tal sociedade, sobretudo por meio da relação simbiótica entre economia, política e comunicação. Em outras palavras, a Rede Globo é estrutura-resultado de sistemas territoriais em recursão no decorrer da história e estrutura que influencia, ao mesmo tempo, tal recursão, a partir do momento de sua criação que se dá dentro de um continuum histórico do desenvolvimento da propriedade da família Marinho;

2) A sociedade mundial de controle é necessariamente uma sociedade mundial de comunicação, daí a importância da utilização da economia política da comunicação, para desvelar a materialidade dessa territorialidade complexa, que une sistemas político, econômico e comunicacional;

3) As estratégias de sobrevivência e controle da Rede Globo, isto é, sua relação ativa e necessária no interior de sistemas econômicos e políticos, consistem, basicamente, em renovar a ordem social, mesmo na presença do conflito social, através da conjunção entre economia e política, dando a ambas a possibilidade de formação e controle sobre suas estruturas burocráticas por meio da comunicação social;

4) A Rede Globo, enquanto empresa, tendeu a seguir, cada vez mais, estratégias que dizem respeito à propriedade da

família Marinho como um todo. Vimos que é impossível desvencilhar as ações estratégicas da Rede Globo no interior de sistemas político e econômico das ações estratégicas do grupo do qual ela faz parte, cuja posse e propriedade é de um controlador apenas: a família Marinho. Não se pode pensar, nesse sentido, em estratégias puramente da Rede Globo, pois ela segue a burocracia de todo um conglomerado que busca, cada vez mais, seguir princípios de integração e centralização vertical de comandos em sua gestão. Prova disso foi nossa constatação de que tal integração se dava, no decorrer da história, e, com ápice na gestão dos herdeiros de Roberto Marinho, por meio de princípios de governança corporativa como transparência e responsabilidade social, no âmbito do conglomerado, que nortavam cada vez mais as ações da Rede Globo: a empresa sofreu mudanças no jornalismo e no entretenimento no sentido de se alinhar a essa governança que já procurava se diferenciar daquela de Roberto Marinho.

Vemos como as estratégias que dizem respeito ao conglomerado como um todo atingem, lá “embaixo”, o conteúdo a ser emitido aos telespectadores pela Rede Globo, haja vista, a título de exemplo probatório, os princípios editoriais para atuação jornalística que foram escritos e disponibilizados pelos irmãos herdeiros, e a produção de diretorias especializadas no entretenimento com objetivo de investir na qualidade do conteúdo, tanto no apelo às causas sociais quanto na estética do que é produzido;

5) A gestão dos filhos de Roberto Marinho tende a ser menos personalista e focada na burocratização das decisões nas empresas, incluindo a Rede Globo, por meio de uma *holding*, a OGP. A OGP funciona tanto para se posicionar perante um

mercado global e atrair investidores e parcerias externas, quanto para reafirmar o caráter familiar da propriedade dos Marinho. Não há intenção, até o momento, de que a Globo seja uma empresa de capital aberto, isto é, proprietários e controladores se unem em uníssono, no estilo das antigas propriedades concebidas por Adam Smith. Apesar disso, há esse entrelaçamento do tradicional, representado pela família, com o moderno, representado pela *holding*, que possui conselho administrativo e grupo de executivos;

6) Os filhos de Roberto Marinho parecem adotar postura tranquila com relação a estratégias de internacionalização e globalização, haja vista que conhecem o poder que a Rede Globo possui em território nacional. O foco é na produção de conteúdo de qualidade, mesmo permanecendo na posição de conglomerado de segundo escalão. A coordenação aos conglomerados de primeiro escalão se dá por meio de parcerias, mas a Rede Globo parece ter consciência de que sua influência em território nacional mina não só a concorrência interna, mas aquela que pretende adentrar pelo exterior. Mesmo conglomerados de primeiro escalão terão de enfrentar o poderio interno da Rede Globo para obter concessões políticas e econômicas com vistas em operações em âmbito local. Permanecer local e não ter a ambição de ser um *blockbuster*, nesse sentido, parece ser compreensível, dado que, como “príncipe” da territorialidade local que se tornou, o Grupo Globo pode ser aquele capaz de controlar a entrada e saída estrangeira, por mais poderosa que seja.

7) Nossa pesquisa também conclui, na esteira de Morin, que não só o objeto deve se adequar à ciência, mas esta àquele também. Isto é, é necessário que o pesquisador que descreve a pesquisa seja o que também descreva, ao mesmo tempo, sua

reflexão sobre o método, sobre as teorias, paradigmas, autores nele inseridos. A consciência sobre o método é condição para a construção de uma ciência rigorosa e aberta à contingência do real, além das limitações do próprio saber.

4 – A pesquisa mudou ao longo do mestrado? Se sim, como?

O método da pesquisa foi construído ao mesmo momento em que fazíamos a pesquisa e colocávamos no papel os resultados. Nesse caminho, é natural que a reflexão sobre o próprio método nos faça tomar decisões diferentes com relação àquelas que tínhamos em mente no começo do mestrado. Construir uma pesquisa metódica, em nosso ver, é saber relacionar programa e estratégia.

Em nosso caso, uma dúvida que transpareceu durante o método era se faríamos apenas uma pesquisa direcionada à Rede Globo ou ao Grupo Globo, isto é, à propriedade da família Marinho inteira. Por sugestão de membros da banca e por este ser apenas um caminho inicial de um processo de pesquisa que se estenderá no doutorado, arguiu-se ser melhor se comprometer com a Rede Globo apenas. Apesar disso, nosso método mostrou que a separação das estratégias da Rede Globo das estratégias do Grupo Globo não faz sentido, principalmente durante a atual gestão dos filhos de Roberto Marinho. Por esse motivo, durante a dissertação, deslocamo-nos a todo momento entre o objeto – a Rede Globo – e a propriedade inteira da família Marinho – o Grupo Globo.

5 - Como se interessou pelo tema e pela questão?

O interesse no tema vem desde meados da graduação na Universidade Federal do Espírito Santo, na qual o título de

bacharel atingi em 2012. Desde esse momento até mais recentemente, quando finalizei meu mestrado, contei com a inspiração e apoio do Professor Doutor José Antonio Martinuzzo. Gostaria de destacar, portanto, em primeiro lugar, que o interesse e a persistência em um determinado tema e um problema de pesquisa não nascem do nada. Tenho, por meio da eminente figura do Professor Doutor José Antonio Martinuzzo, uma bela introdução ao pensar filosófico e ensinamentos matriciais no campo da economia política da comunicação, na sociologia e no campo científico, em seu rigor e sistematicidade metodológicos. Foi esse mesmo Professor que, à época, quando ainda tinha pouquíssimo manejo com esses temas, que me ajudou a fazer sair de minha mente um problema de pesquisa para já iniciá-lo no trabalho de conclusão de curso da graduação.

O pensamento acerca do que seria uma sociedade permeada por comunicação e controle foi-me introduzido por ele e isso logo incitou-me à uma pesquisa cada vez mais profunda, com auge, até o momento, na dissertação de mestrado que apresentei em 2015, também sob a orientação do eminente Professor. Entender esse tipo de sociedade e toda sua organização interna (territorialidade) passou a ser uma constante para mim. Como o tema era de grande complexidade, precisava eleger um caso para estudar essa sociedade, para poder inferir, a partir do caso, as hipóteses e conclusões sobre o controle e a comunicação sociais. Acabei elegendo a Rede Globo como a instituição a ser analisada em meu caso, pois se trata de empresa de mídia com grande poder de influência na economia e na política brasileira.

Era hipótese, portanto, que uma instituição de mídia que vive da produção de informação e comunicação colabora também para o controle econômico e político de uma sociedade. A

comunicação social e o controle social são moldados, sobretudo na sociedade moderna, por valores e decisões tomados no interior desse tipo de instituição. Meu impulso pelo estudo da Rede Globo era também ir contra as correntes que querem a todo custo mostrar o empoderamento do indivíduo com a presença das novas tecnologias de informação e comunicação. Por optar em não seguir esse viés, muitas vezes otimista demais e ainda delirante com a possibilidade de salvação dos males que assombam a civilização, acabei por decidir em insistir nos grandes aparelhos de poder, que não se enfraquecem na era da Internet, mas buscam novas estratégias de sobrevivência e controle.

6 – Qual a opinião do pesquisador sobre a relevância da sua pesquisa?

Primeiro, como já dito anteriormente, a pesquisa é um alerta aos que ainda deliram com a salvação. Os aparelhos de poder estão aí, renovando a ordem, mais vivos do que nunca, com novas estratégias. Portanto, é necessário que pesquisadores entendam quais são essas estratégias, exatamente para que a ação social seja conduzida e baseada no conhecimento científico e não em senso comum. Em segundo lugar, minha pesquisa levanta o problema de se introduzir ao pensamento científico. Entramos na Universidade sem ter muita consciência a que viemos. Ali, na Universidade, temos o dever social de produzir conhecimento científico. Isto é, as pessoas que ali circulam, que são pagas com o dinheiro público, devem procurar a todo momento traçar a linha de diferença com o senso comum, realizando seu trabalho. A Academia, como disse Edgar Morin, em certa entrevista, funciona como um hospital. Ela insere indivíduos dentro de sua institucionalidade para versar o conhecimento rigoroso,

adquirido por meio de métodos científicos, conceitos, teorias e paradigmas. Com isso, a Academia acaba por “tratar” os vícios de racionalidade adquiridos na vida cotidiana, apresentando o estudante ao mundo da ciência e da filosofia, e distanciando-o do senso comum.

Assim, minha dissertação teve o cuidado de entender o que é a ciência em primeiro lugar para, apenas em seguida, partirmos para o estudo em mãos. Foi nesse sentido que tive o encontro com pensadores como Edgar Morin, Niklas Luhmann e Norbert Wiener. Perguntar “o que é” passou a ser determinante para a condução do meu trabalho. A todo o momento via a necessidade de definir conceitos com base em autores, de problematizar teorias e o próprio método. Víamos que, perguntar o que são as coisas, antes de utilizá-las em um sistema de conhecimento científico, deve ser ofício de todo pesquisador. Nada pode adentrar o sistema de conhecimento científico em estado de inconsciência. Tudo deve ser questionado e problematizado para que o criador não perca controle sobre a criatura. Em terceiro lugar, nosso trabalho teve a ousadia de desenvolver uma economia política em sentido amplo, de acordo com definição de Vincent Mosco. Economia política é, em sentido lato, o estudo do controle (processos políticos) e da sobrevivência (processos econômicos) em vida social. Fazendo contato com o próprio autor da definição, Mosco nos guiou com importante bibliografia e dicas para desenvolver tal definição, alertando-nos que o mais importante a se perceber em pesquisa é como há elementos políticos dentro da economia e, ao mesmo passo, há elementos econômicos no interior da política.

Esse casamento de economia e política, e consequentemente a organização do mundo segundo esses dois sistemas, é

que nos dá acesso a uma visão de uma determinada territorialidade. Mostramos, inobstante, que essa ampla definição nos torna capaz de cumprir com o desafio de uma economia política da comunicação como sendo uma ciência que busque dialogar com todos os campos da ciência, inclusive aquelas chamadas de “hard sciences”, como a física, a matemática e a biologia. Mostramos que o pensamento complexo de Morin pode ser um caminho para que essas pontes sejam de fato criadas. Em nosso trabalho, tentamos ao máximo buscar dialogar transdisciplinarmente, buscando na cibernética, na teoria dos sistemas, na teoria da informação, na teoria matemática da comunicação e em outras teorias que enfatizam o aspecto funcional e comportamental da sociedade, uma complementaridade à análise material de economia e política no interior de determinadas territorialidades.

7 – Antes e depois, qual a sua visão sobre o tema/objeto/questão? Mudou?

As visões de um pesquisador iniciante, pensamos, devem ser alvo de uma autocrítica constante. Se fosse hoje, por exemplo, partiríamos do estudo do Grupo Globo, enquanto conglomerado, do que apenas uma parte dele – a Rede Globo. Mas o tempo de descoberta no mestrado (apenas dois anos) mostrou ser necessário colocar peias em nossos ímpetos e ousadias. Nosso interesse é entender, daqui para frente, como a estrutura de um conglomerado de comunicação possui relações com a prática do controle social. Passado o vislumbre com a “Sociedade de Controle”, agora preferimos voltar às bases da sociologia, e talvez além, e entender o que é o controle social, até chegarmos onde já chegamos na dissertação: na cibernética, na teoria da informação, dos sistemas etc. E, entendendo isso, buscar qual a

relação de um conglomerado como o Grupo Globo com a prática do controle social. Para isso, analisaremos estratégias de gestão e governança do conglomerado como um todo enquanto peça-chave para o desenvolvimento do controle social. Esse, inclusive, já é tema que estamos desenvolvendo para futura tese de doutorado.

8 – Como foi ser pioneiro no mestrado em Comunicação? Sugestões para o Programa para os próximos pesquisadores.

Ser da primeira turma do Programa em Comunicação e Territorialidades foi uma cobrança dupla: fazer uma pesquisa apta a ser aprovada e elogiada pela banca ao mesmo tempo em que delineávamos algo que servisse como um ponto de partida ou um esteio para futuros pesquisadores do mestrado. Essa questão de deixar algo bem feito para as próximas turmas também nos influenciou muito, portanto, tendo em vista que desejamos que o Programa obtenha, cada vez mais, sucesso em suas avaliações e que, no futuro, já tenhamos um doutorado para contemplar a área de comunicação e territorialidades na UFES. As sugestões que deixaríamos para o Programa é que, em primeiro lugar, para uma área de concentração ambiciosa como essa, que une a comunicação ao fenômeno de organização de toda a vida em sociedade e para além dela, com a introdução do termo territorialidade, temos de ter pesquisadores igualmente ambiciosos, que não tenham medo de ousar. Vemos nesse programa um potencial brilhante, mas que só se realiza por meio de indivíduos igualmente brilhantes. Logo, é necessária a rigidez com relação à introdução à comunicação e à territorialidade, acompanhada da mesma rigidez para com o aprendizado do fazer científico, já que estamos tratando de uma união de conceitos inesperada, a

ser desenvolvida pelos próprios pesquisadores, e que pode nos trazer tanto o fracasso dos que se renderam, por algum motivo, à mediocridade e ao medo de ousar, como também pode nos levar à glória, trazendo a brisa dos ineditismos e da excelência necessários a uma boa reputação.

Sobre a Dissertação:

Mestre: Wagner Piassaroli Mantovaneli

Orientador: Professor Doutor José Antonio Martinuzzo

Título da dissertação: Rede Globo e Territorialidades: controle e sobrevivência sob a ótica do paradigma da complexidade

Linha de pesquisa: Comunicação e Poder

Data de defesa: 20 de Novembro de 2015

COMISSÃO EXAMINADORA:

Professor Doutor José Antonio Martinuzzo (Orientador)

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professor Doutor Edgard Rebouças (membro interno)

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professora Doutora Renata de Rezende Ribeiro (membro externo)

Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo investigar a relação entre a Rede Globo e o contexto da sociedade de controle. Para esse fim, descreveremos uma história das estratégias do com-

portamento da Rede Globo no âmbito político e econômico para que possamos situá-la no contexto pretendido sem, contudo, desfazer-mos do amplo processo histórico que nos leva a tal relação. Estudaremos esse objeto e sua relação com o contexto a partir de uma visão sobre o social, que é o da economia política. A partir de definição proposta por Vincent Mosco, decidimos analisar o social em termos de mútua constituição entre a reprodução social (economia) e o poder de controle social (política), capaz de nos levar a uma concepção de um todo dinamizado pelo processo histórico. Do início aos presentes dias em que atua a família Marinho, é evidente seu papel durante o processo de industrialização e na consolidação de uma sociedade brasileira moderna relacionada ao contexto das relações globais de sobrevivência.

O sistema de comunicação nacional que ajudaria a montar em território nacional passaria, cada vez mais, a coadunar-se com o sistema mundial de comunicação, capitaneado pelos Estados Unidos, sobretudo. Nessa conjunção, chegamos à sociedade de controle, formada por territorialidade global e local em relação recursiva. Para estudar todo esse processo não nos vimos confortáveis, antes, sem saber lidar com a complexa teia que envolve o social. Saber lidar com essa complexidade é, em primeiro lugar, conhecer as possibilidades que o conhecimento tem para produzir um pensamento condizente com as múltiplas relações organizadas em determinado sistema metodológico. Buscamos no paradigma da complexidade de Morin uma saída para entender o conhecimento e torná-lo coadjuvante no entendimento do que se tece em conjunto em sociedade. Ver nosso objeto – a Rede Globo – como ator importante no grande jogo da sociedade de controle envolve pensar os sistemas territoriais

onde negocia seu poder, produzindo e sendo produzido ao mesmo tempo pelas forças sociais. Pensar em tantas relações e relações de relações não nos leva senão a render-se a um paradigma de complexidade, ou seja, de um conhecimento capaz de lidar com uma realidade composta de ordem e de caos em mútua constituição.

Palavras-chave: Controle, Sobrevivência, Complexidade, Territorialidades, Rede Globo, Comunicação.

CONCLUSÃO

“O poder está escondido e a comunicação é serva”, disse Edgar Morin. O controle fez desaparecer a riqueza da organização comunicacional. A informação, do mesmo modo, ocultou a problemática dos aparelhos (MORIN, 2013). Essa visão simplista das coisas destruiu o reino da organização e de sua complexidade. E se não fosse serva a comunicação? “Pode-se imaginar, conceber, esperar uma organização em que a comunicação comanda, ou seja, uma comunidade da comunicação?” (MORIN, p. 312, 2013). Morin trata de nos advertir: “saibamos desde já que toda esperança é tola, se ignora que, por trás da comunicação social, há o comando por aparelhos, ou seja, a ligação confusa e desconhecida entre comunicação e dominação”.

Ao mesmo passo, não deixa de considerar as emergências: “saibamos também desde já que é no desenvolvimento cada vez mais existencial e subjetivo da comunicação que aparece esta emergência antropossocial: o amor. (...) O amor faz comunicar e une o que, de outro modo, não se encontraria jamais...” (MORIN, p. 312, 2013). Mas enquanto organizada por sistemas de sobrevivência e controle sobre os quais não se tem consciência, a

comunicação tende a permanecer serva desses sistemas. Estudar a realidade desses sistemas torna-se essencial para a memória de uma comunidade; ao passo que ajustar uma ciência para entender as organizações de comunicação e dominação dentro desses sistemas também é vital para o presente e o futuro com alguma aplicação concreta. Não se pode mais conhecer os sistemas que aparelham baseados no modelo senhor/escravo. Devemos buscar a relação recursiva que a própria cibernética fez emergir com sua centralidade do feedback. Esses sistemas só permanecem em sua ordem pois são realimentados, o que implica uma relação eterna do senhor com o escravo, sendo que ambos tendem a ocupar o polo passivo e ativo da relação ao mesmo tempo.

A dominação não é um movimento só de ida. Em sua volta, ela traz informação própria para a sobrevivência e permanência da ordem. É um controle (gestão) de subjetividades por meio da percepção do comportamento do outro. Para ocorrer tal controle, a informação e a comunicação são igualmente essenciais, sendo que garantem o jogo de continuidade e descontinuidade dos limites desse controle, conhecendo-os e, ao mesmo tempo, ajustando-os. Isso implica ordem, mas desordem também dentro dessas organizações. Não há de se crer que o controle é um movimento fluido, como uma mão invisível. O controle implica sempre uma situação. E nessa situação estão postos sujeitos em relação recursiva, em um contexto. Toda relação dentro de um contexto é estriada, pois lida com a gestão de ordem e desordem ao mesmo tempo.

Por esse motivo, precisamos de observações de observações, de um pensamento complexo, sobretudo quando as estratégias neguentrópicas do poder não podem ser vistas com clareza. O pensamento complexo é capaz de, por uma cibernética de

segunda ordem, traçar a astúcia que mantém a ordem dos sistemas. Em uma sociedade de controle, identificada pela presença de comunicações vinte e quatro horas por dia a serviço do poder de controle e da reprodução social, não há de se ter dúvida da realidade cativa da comunicação, apesar da contingência ineliminável acerca de todos os sistemas sociais. Assim, nem mesmo uma sociedade de controle consegue eliminar o caos de sua co-produção. E, para atingir suas finalidades, enquanto sistema social, os atores que controlam e fazem parte do grande jogo social tendem a buscar estratégias próprias que são resultado de um processo histórico movido a ordem e desordem. O ser que joga não pode apenas depender da desordem; precisa ter capacidade de prever o futuro, intervindo no presente com base na memória deixada pelo registro passado.

Mais do que nunca, precisamos entender que comunicação e controle são dois processos que sempre trabalham lado a lado em quaisquer sistemas vivos. Eles evitam estrategicamente a tendência física desses sistemas à entropia. Não se pode achar que a comunicação tem condições de ser analisada separada do poder de controle. Seria de grande ingenuidade e de pouca complexidade fazê-lo. O que a cibernética de Wiener veio nos afirmar é que a comunicação trabalha em prol de um sistema que se realimenta constantemente para evitar a morte. Se essa comunicação não é feita serva, o sistema não se reproduz. Assumir isso é condição para um segundo passo: o de revelar, por meio do conhecimento rigoroso e comprometido com uma educação que precisa se educar, as estruturas desse poder que fabrica comunicação e a própria sociedade. Isso implica sempre manter a desordem como parte da realidade, pensando nos limites de controle e reprodutibilidade nos sistemas sociais.

Falamos de educação que precisa se educar, pois os modelos atuais de conhecimento parecem estar cada vez mais frágeis perante a realidade complexa entre poder e comunicação. O poder que produz a sociedade por meio da comunicação utiliza-a como forma de se esconder. O controle social se esconde hoje sobre a infraestrutura de convergência entre computação, mídia e telecomunicações, que invadem territórios e constroem territorialidades sem que se tenha consciência disso. E os estudos de comunicação e controle estão abandonados às traças dentro da Universidade. A onda do momento, em campos como o da comunicação, onde a ilusão de que tudo está sempre por ser criado permanece, é o sujeito empoderado pelas novas mídias, que dizem construir sistemas alternativos e de contra-poder. A esses sujeitos atribui-se, em vezes, a tarefa de um messias a salvar a terra, desconsiderando que eles são parte de uma relação contínua com máquinas de poder. Assim, não há de se estudar um sujeito separado em uma lógica à parte desprovida de relação com seu meio. Isso não existe, é mutilar a realidade. Contra-poderes e poderes se constituem mutuamente, sendo que, mesmo lutando por valores diferentes, possuem um confronto que produz uma realidade social que é estática e dinâmica ao mesmo tempo.

Os grandes sistemas que têm tradição acadêmica em seu estudo, o político e o econômico, que se enlaçam há séculos produzindo-se mutuamente, foram aqui considerados neste estudo por meio da visão da economia política, que nos dá acesso ao social. Assim, para demonstrar como a Rede Globo é parte de um processo histórico de mútua constituição de política e economia, estudamos os fundamentos de sua razão de ser em relação a uma sociedade de controle, onde o poder de controle do social está presente constantemente na vida do sujeito que

trabalha, consome serviços, vota em seus futuros líderes, mas sempre dentro de um grande quintal onde o teatro da vida ocorre. Grandes empresas e o Estado estão a todo momento em contato com o indivíduo por meio de comunicações. Mesmo com a contingência de seletividade no processo comunicacional, o sistema social se reproduz, pois tem a capacidade de observar a si mesmo, isto é, observar o comportamento das interações que o compõem, dos indivíduos. É daí que respondemos à pergunta: como é possível a ordem social?

Nosso estudo de caso mostra que desde a virada do século XIX para o XX, o território nacional já contava com um descendente de portugueses que, com a ajuda dos patrícios da sociedade carioca, haveria de contribuir no desenvolvimento da sociedade brasileira em prol do controle e da reprodução social. Talvez ele não soubesse disso. Irineu Marinho fundou A Noite e expandiu seus negócios pela perspicácia em notar que o território nacional passava por um momento de modernização, que já tivera início há séculos antes em nações desenvolvidas. O mesmo haveria de acontecer no Brasil. Esse era o sentimento: o de inevitabilidade do progresso tecnológico.

Aos passos de Irineu, o filho Roberto Marinho deu seguimento, com os mesmos valores e estilo norte-americano, em pleno território brasileiro. Expandiu, como de vontade de seu pai, os negócios da família para além do impresso. Criou rádios, como vimos, que se aproveitariam da experiência do impresso e com ele se cruzaria para ampliar a influência dessa máquina de produção social que evoluía *pari passu* ao desenvolvimento da industrialização brasileira, de sua modernização. Ora, não há coincidência. As comunicações, principalmente a radiodifusão, vieram para território nacional sempre como apêndice importan-

te de um mercado mundial.

Com a expansão da grande sociedade anônima norte-americana, que demonstrava seu poder econômico cada vez mais concentrado, a demanda mundial se modificava, exigindo dos países um processo de adaptação que requeria adentrar em condições tecnológicas, econômicas e sociais propícias à expansão do mercado mundial capitaneado pelas grandes empresas norte-americanas. Assim, no Brasil seguiram-se duas fases de industrialização, como vimos. Ambas cada vez mais dependentes da política de “ajuda” dos Estados Unidos, principalmente no que concernia à tecnologia que permitia, junto ao mercado, torná-lo dinâmico e comunicá-lo às populações nacionais. Tal era o papel das tecnologias de informação e comunicação que adentravam o território brasileiro para que o local pudesse, à sua forma, ajustar-se política e economicamente ao novo tipo de sociedade que nasceria. Roberto Marinho, após iniciar a expansão de seus negócios na radiodifusão com a introdução de rádios, logo também ampliou suas ambições, na década de 1950, ao requerer ao governo uma concessão para transmissão de informação via televisão.

Esse já era um momento em que o Brasil se encontrava num dinâmico processo de industrialização e, para isso, dependia de governos que ampliassem o seu papel político para além das fronteiras nacionais. Assim se desenvolveu a economia nacional, com base em uma política industrial que aceitava a investida estrangeira para fins de modernização, deixando, com isso, aos verdadeiros centros de decisões a capacidade de influenciar e manejar regras dentro do território brasileiro. Roberto Marinho esteve a par desse processo e, com simpatia dos governos militares, ganhou investimento de um grande conglomerado estran-

geiro para expandir seus negócios com o que mais tarde seria a Rede Globo, atingindo quase a totalidade do território brasileiro em uma relação óbvia com o mercado interno crescente e à política de integração nacional dos governos militares.

Como vimos, a Rede Globo passou a ser parte de um conglomerado cada vez mais influente econômica e politicamente. Tornamos importante a análise da gestão do conglomerado como um todo ao passo que também da Rede Globo enquanto sua parte, já que com a concentração desse negócio de mídia, cada vez mais tornava-se necessário a Roberto Marinho obter estratégias de administração de sua influência e de seu poder econômico. O que a Rede Globo possui em sua reorganização de gestão própria e da grade de programação é apenas reflexo de uma gestão maior de um poder cada vez mais concentrado. Foi assim que vimos a criação de holdings como a Globopar e a OGP, interessadas em organizar esse poder de maneira eficiente. Com muitos trabalhadores, público amplo, investidores, acionistas era necessário cada vez mais se adequar à burocratização das empresas ao estilo norte-americano, que foi o que a Família Marinho sempre fez, como vimos desde Irineu Marinho. Mudanças políticas e econômicas (pressão de leis, informatização, relações com o exterior) levam a um necessário ajuste empresarial que gira em torno de uma intensa organização e reorganização proprietária, burocratização e racionalização da produção, distribuição e consumo junto à criação de constantes sistemas de feedback para realimentação das estratégias da máquina empresarial.

A criação do Projac para a Rede Globo e da OGP para o conglomerado como um todo refletem alguns dos aspectos que evidenciam a necessidade de centralização de grandes negócios.

Após a morte de Roberto Marinho, os três irmãos herdeiros parecem adotar um estilo menos personalista que o do pai e preferem burocratizar a gestão cada vez mais. Apesar disso, ainda é clara a confusão da figura do proprietário (acionista) com a do controlador, em termos financeiros. Os três irmãos reafirmam o caráter familiar do seu negócio local, não obstante darem pistas que estão cada vez mais dispostos e abertos à investimentos e negociações com possíveis parceiros. A estratégia, como vimos, não é ser um blockbuster, um conglomerado de primeiro escalão, mas permanecer como conglomerado de segundo escalão, até que as condições históricas tornem essas condições não estáveis. Vimos as vantagens de se permanecer um conglomerado de segundo escalão. É evidente ao leitor que uma grande firma com uma história nacional de grande influência econômica e política não se arriscaria no mercado global sem se afirmar constantemente como mantenedora de uma cultura brasileira, onde fizeram a trajetória do Estado e do mercado modernos cada vez mais se entrelaçarem. A Rede Globo e os grandes negócios do qual fazem parte são ponte para o controle social por meio da economia e da política na sociedade contemporânea.

Faz-se necessário, entretanto, tomar cuidado com as palavras e seus sentidos. O controle social não é apenas um processo de cima para baixo. O controle de uma sociedade, que só se faz possível por meio da comunicação, é uma complexa realidade que envolve principalmente a conjunção histórica entre política e economia. Analisar esse amplo aspecto é analisar o próprio processo de controle social, ou ainda, é fazer uma economia política em seus termos amplos de controle e sobrevivência como viemos utilizando aqui.

Inobstante a relação histórica entre economia e política,

o processo de globalização nos faz cada vez mais ficar atentos à relação entre o que chamamos de sistemas territorial local e global. Ambos contidos um no outro de forma recursiva, como demonstramos graficamente. Ter cuidado com essas duas denominações no decorrer da história da humanidade é ter cuidado com o tecimento dos plexos culturais que, apesar de serem próprios a cada Estado nacional, passam a montar com o conjunto global, impulsionado pela política e mercado norte-americano, sobretudo, uma unidade complexa. *Unitas multiplex*, como vimos em Morin. A unidade múltipla que parece encerrar uma contradição e não merece atenção da razão humana tem muito a dizer em termos de relação. A unidade de uma sociedade de controle que se formaria com o confronto dessas territorialidades jamais seria possível sem o recurso à multiplicidade dos territórios e de seus sujeitos. O processo de dominação é muito mais complexo do que aquilo que dá a entender a própria palavra. Chegamos em um ponto que dizem ser o ponto de chegada do capitalismo. A sociedade de controle seria como um objetivo alcançado de um projeto de conspiração há muito tempo esboçado. Deve-se tomar cuidado com essas perspectivas. A sociedade de controle não pode sofrer dos mesmos simplismos que a sociedade da informação.

A mente humana, em momentos que nos levam a pensar os extremos, deve se educar sempre à complexidade, àquele modelo de pensamento que, apesar de a todo momento flertar com as possibilidades de redução, simplificação e de ponto final, subverte e questiona as aparências, pondo a relação das coisas novamente em funcionamento, renunciando aos maniqueísmos e à salvação. O papel da razão, e do intelectual, pensamos, é de promover uma educação capaz de se sustentar por si mesma,

seja lá quais forem as técnicas, a política e a economia que a circundam. A autonomia do pensamento só se realiza quando ele aprende a produzir a si próprio: é ser, mas também é norma. Sem pensar nos limites e nas dependências deles decorrentes, não há sociedade, nem ciência capazes de serem autônomas. Isso, como vimos, é próprio de tudo que é vivo e que se reproduz.

O paradigma da complexidade de Morin nos trouxe muito mais que o desafio de concluir um projeto, respondendo a uma pergunta-problema, e a cumprir certos objetivos. Trouxe-nos, acima disso, o aprendizado da autorreflexão, que nos põe em confronto com aquilo com que nos relacionamos. Nosso objetivo principal aqui era mostrar que nosso objeto – A Rede Globo – é parte de um fenômeno territorial chamado de Sociedade de Controle. Como para analisar quaisquer fenômenos precisamos de um ponto de vista, elegemos a economia política como estratégia. Isso porque um dos pressupostos de tal ciência é a análise do todo social. Como a Sociedade de Controle forma um todo a que se credita ser um verdadeiro totalitarismo, resolvemos refletir melhor, por meio da história, como se dá tal formação. A história sozinha, entretanto, não satisfaz quando estamos realizando a análise de um objeto. Isso porque no objeto sempre está uma história ainda a ser contada, do ponto de vista de um sujeito, incluso nessa própria história. O objeto de análise nos faz defrontar com a história que nos contam e a recontar à nossa maneira. Essa relação intensa que temos com o objeto nas ciências sociais, que não é a mesma que possuem os cientistas nobres, que dizem ser capazes de descrever seu objeto em condições de isolamento total de influências externas, é resultado da constante reflexão do sujeito sobre aquilo que repre-

senta por meio da linguagem, a partir de suas observações. Mas suas observações, no caso das ciências sociais, são quase sempre observações de observações já feitas. Não se pode ter acesso ao mundo sem a informação, resultado direto da organização do mundo material. Na construção representativa de um objeto por meio da linguagem, temos de unir observações das observações mais diversas, fragmentos de informações que, no conjunto, produzem um sentido que comunica ao leitor uma mensagem.

Não se pode, todavia, comunicar e não se ter controle sobre o que foi comunicado. A separação de comunicação e controle desorganiza qualquer relação, seja na vida social, seja na produção científica. Isso porque a informação que se processa, comunica mutuamente e controla é capaz de dar azo à constituição de um sistema. Todo sistema, como vimos em Luhmann, nasce de uma diferença entre ele e o meio ambiente. Essa diferença ocorre, pois o sistema não consegue dar conta da complexidade da vida, mas apenas de um todo que lhe diz respeito e que faz sentido pra si. A complexidade organizada passa a ser a condição de possibilidade do sistema e da própria vida. Não há de se dizer que um trabalho acadêmico, que visa a representar uma complexidade dada, seja diferente de um sistema. O que o trabalho acadêmico faz é tornar o sujeito, que o produz, apto a conhecer o objeto por via de um percurso do qual ele mesmo é consciente – um método. Entretanto, não há de se imaginar que o método consiga representar toda a complexidade que o sujeito observa, pois seus recursos são limitados. A própria linguagem que utiliza já é um limite. Mas é justamente pelo reconhecimento e consciência de seus limites que o cientista deve se aperfeiçoar na busca da verdade e buscar representar a melhor complexidade organizada que lhe é possível. Assim como tudo

que vive e faz sentido, o trabalho acadêmico tem de ser um próprio sistema que se autorreflita, traçando a diferença daquilo que não faz sentido ao seu sistema. Mas como pode compreender um sujeito que não sabe o que é compreender? Como pode fazer ciência um sujeito que não sabe o que é ciência? Como pode se livrar da complexidade eterna o sistema que não se conhece?

Assim, a ciência que organiza a complexidade é a mesma que, para tal, necessita conhecê-la. Mas o que é o complexo? O que se tece em conjunto, em relação mútua, recursiva. Daí imaginamos que fazer ciência fosse muito além do que juntar informações dispersas. Fazer ciência passava a ser conhecer a própria ciência. Destarte, a união do fenômeno e o objeto do caso não é apenas resultado de uma reunião de informações de fontes dispersas. A união de ambos pode ser resultado da loteria, mas nenhum sistema que pretende ser vivo depende apenas de sorte. Todo sistema depende de organização e de controle sobre sua organização. Assim, para um projeto sobreviver ao tempo, necessita de um método que atribua segurança à sua existência. É apenas com e pelo método que o trabalho acadêmico se conhece e se mantém vivo. Manter-se vivo é estar apto a relações a todo momento. E é disso que a Academia carece. A dispersão e fragmentação dos saberes dentro da Universidade só colabora para a perda de autonomia. E quanto um sistema perde sua autonomia, ele é absorvido pelo ambiente ou por outros sistemas aptos a gerenciá-lo e incorporá-lo ao seu funcionamento. A Universidade com saberes dispersos perdeu a capacidade de refletir sobre o todo que é a razão de sua existência. Física, Biologia, Sociologia não recorrem mais um a outro para conhecer o mundo (MORIN, 2013), e isso é um amplo sinal do que ocorre no dia a dia de cada especialidade.

De momento em momento a Academia, todavia, dá sinal de vida. E lá dos recônditos da matemática, no início do século XX, surge um Wiener que se relaciona com temas que se referem à sociedade, à biologia e à vida inteira. Mas esse saber é novamente abafado pelo “entendidos”, pelos “especialistas” que chegam e determinam: “não tem nada a ver uma coisa com a outra”. A cibernética foi, como disse Wiener, um desses sertões da ciência onde os mesmos que contribuíram para as grandes máquinas de destruição em massa das guerras, contribuíram para trazer ao cerne da ciência a reflexão de si. A realimentação, central aos processos cibernéticos, era o que faltava à própria ciência para voltar a pensar em si. As reflexões epistemológicas trazidas pela cibernética extrapolaram todos os campos – da física, passando pela biologia e chegando à sociologia. O homem que inventou máquinas mortais de guerra, capazes de responder ao estímulo do ambiente, foi o mesmo que pôs a ciência para pensar em si novamente. Mas, afinal, estamos a serviço de quem?

O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo – foi com este bordão que iniciamos o estudo de caso. Ele remete aos gritos da rua que desconfiam constantemente da postura de um grupo empresarial que diz produzir cultura em nome de todo um povo. Essa desconfiança tem fundamento na desconfiança com a própria comunicação, que produz e reproduz a sociedade. É uma desconfiança que pode levar à razão, ao conhecimento do amplo controle de um grupo que negocia o social entre a economia e a política, ou entre a reprodução e o poder sociais. À desconfiança sobre o processo comunicacional pode seguir o desastre de toda uma ordem sistemática preestabelecida, ou mesmo a sua reconstituição em outras formas, o que é mais provável considerando o passado da evolução histórica da economia capitalista e

da política.

Para provocar a mudança, o povo precisa de argumentos e de uma educação sólida, que conheça a complexidade social na qual está inserido. Creditamos no paradigma da complexidade de Morin uma forma de reeducar a educação e de torná-la meio de atingir a compreensão do todo que se tece em conjunto a suas partes. Frente a esse desafio, temos o grande jogo social. O grande circo está montado. Nele, atuam os jogadores, patifes e tolos. Chegamos à sociedade de controle, roupagem nova do velho. E sem uma educação complexa, esse grande circo não pode ser visto de cima e pensado por mentes autônomas. Se ensinamos desde cedo que a corrida é pela especialização, a compreensão do todo está fadada ao fracasso.

O ensino da Comunicação Social deve, pelo seu próprio objeto, desmistificar o controle social, pois todos em sociedade, em suas relações, contribuem a esse processo. O conceito de territorialidade, como vimos, de origem biológica, põe-nos questões profundas sobre a existência da ordem, da sobrevivência e da necessidade de controle. Há de se pensar se talvez a sua relação com a Comunicação não é um convite ao entendimento do complexo. A comunicação é objeto central de constituição das sociedades e, ao seu lado, sempre há o controle. Não há sociedade que sobreviva sem controle de si. Quando adicionamos um contexto às sociedades que pensamos, passamos a lidar com a presença dos sistemas sociais, onde comunicação e controle estão presentes como constantes da economia, da política, da cultura. Pensar uma territorialidade é pensar, portanto, em um fenômeno comportamental contextualizado. Dentro de toda territorialidade passamos a ter um sistema territorial e todo sistema, como vimos, é resultado de uma diferença traçada. A

partir dessa diferença, a vida ocorre em determinada ordem, a comunicação serve ao sistema e o poder se esconde em formas estruturantes. Para um estudo dos sistemas, das organizações, das relações, da ordem, da desordem etc., como vimos, temos como base o próprio paradigma da complexidade.

Sob essa base pensamos uma própria forma de pensar: a economia política. Apesar da acusação de Rosa Luxemburgo, em 1925, de que “por mais incrível que possa parecer, é um fato que a maior parte dos especialistas em economia política apenas têm noções confusas sobre o verdadeiro objeto de seu saber” (p. 35), acreditamos que a economia política não é outra coisa senão uma própria tentativa de compreensão de uma complexidade, de algo que se tece em conjunto, de um todo que se relaciona com suas partes, ou como estudamos, da relação da sobrevivência e do controle em vida social. A economia política nos deu um ponto de vista sobre a sociedade e com ele partimos para pensar um objeto no contexto de uma sociedade de controle, apenas um estado presente das coisas que possuem um processo histórico longo. Junto à complexidade, passamos a pensar o todo pretendido pela economia política também em termos de territorialidade, onde atua um sistema territorial. À Sociedade de controle demos o estatuto de todo que compõe sistemas territoriais/territorialidades que aqui deixamos no papel de representar a relação local-global dentro desse processo histórico.

Além de lidar com tantas variáveis, vimos a necessidade de ao passo que estudamos um determinado objeto, refletirmos sobre os modos que se conduzem esse estudo. Daí a necessidade de, em muitos momentos, interrompermos a descrição para descrever a própria descrição. Assim, a premissa de que todos os

sistemas só o são, pois precisam sobreviver frente às incertezas, serve também para o próprio estudo que deseja se conduzir por um método consciente de si.

Em alguns momentos também nos vimos na necessidade de pensar sobre a relação de ser e dever-ser na construção do complexo. É inevitável não só à economia política, mas a qualquer saber que queira ser complexo atuar na recursividade de ambos, tornando sempre o leitor consciente de que o sujeito que escreve toma decisões com base em valores que modificam o estudo do que é observado. Assim, a descrição de um objeto – a Rede Globo – recorreu à nossa base axiológica democrática, onde residem os princípios que, ao nosso ver, devem guiar os pesquisadores da contemporaneidade sem, contudo, deixarem de refletir sobre eles mesmos. O trabalho descritivo recorre constantemente ao trabalho crítico, portanto, com base em valores, para que possa conhecer a si próprio.

O estudo do nosso objeto, por fim, revelou-nos, além dessas outras observações, que precisamos de fundamentos éticos sólidos para agir em sociedade. Uma práxis social efetiva não pode ser vítima das influências ideológicas de seu contexto econômico e político, nem tampouco distanciar-se dos reais fundamentos éticos que devem constituir a ação em uma determinada sociedade. Por detrás das políticas econômicas e de comunicação existem princípios democráticos que dirigem uma determinada sociedade. Orientar-se por princípios democráticos é evitar prender-se nas leis, nos discursos determinados por atores hegemônicos e no cálculo frio da economia com a finalidade de reproduzir um certo sistema social. Não obstante, resta-nos boicotar o que torna o sistema vivo: as informações que retornam ao sistema para que permaneça em ordem, ou o

feedback. Um boicote ao feedback hoje seria risível: como viver sem aquilo que torna a própria vida possível? Isto é, como viver sem informação e sem comunicação? Como viver sem controle? Manter-se em silêncio é também comunicar. Como haveria de o silêncio ser silêncio se ele não comunicasse o seu sentido? O silêncio também é comunicação. Informação, comunicação e controle nos são constantes. Não podemos viver sem eles, mas podemos exigir que funcionem de forma ética. Daí pensar os limites à informação, à comunicação e ao controle.

**PARTE II – RELATOS
DE EXPERIÊNCIA**

**11 - IMPLANTANDO UM
MESTRADO, INICIANDO
UM NOVO PERCURSO**

Profª DRA. DANIELA ZANETTI

Segundo um dos personagens do escritor português Mia Couto, “o bom do caminho é haver volta” e “para ida sem vinda basta o tempo”. Para se voltar num caminho percorrido no tempo, ainda que de forma fragmentada, recorrer à memória se faz necessário. Contudo, o percurso, por si só, também deixa entrever as pequenas e grandes conquistas que vão se transformando em marcas, não somente visíveis, mas também vivenciadas, experimentadas por muitos.

Passados dois anos de implantação do mestrado em Comunicação e Territorialidades, faço aqui um pequeno relato de meu trabalho como primeira coordenadora do Póscom, no sentido de registrar um percurso no tempo e no espaço que, de forma direta e indireta, representa um avanço significativo no campo da pesquisa científica em comunicação social no Espírito Santo. Isso se deve ao fato de que se trata do primeiro mestrado nessa área no estado.

Em relação ao resto do país, todavia, o Póscom da UFES é um programa de pós-graduação que se pode categorizar como sendo de “terceira geração”, assim como outros mestrados mais jovens, como, por exemplo, o de Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA); o de Comunicação e Temporalidades da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); ou o mestrado interdisciplinar em Cinema e Narrativas Sociais da Universidade Federal de Sergipe (UFS); além de outros cursos que foram abertos recentemente nas regiões Norte e Nordeste, contribuindo para ampliar os territórios de pesquisa científica no país. Os Programas mais tradicionais, da “primeira geração”, já possuem de 20 a 30 anos de funcionamento e estão, obviamente, localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro, estados que contam, inclusive, com grande oferta de mestrados e

doutorados em comunicação.

Nesse sentido, e em decorrência das políticas públicas de incentivo à expansão de cursos de graduação e de pós-graduação em instituições federais na última década – por meio do REUNI, contratação de mais professores, oferta de bolsas de estudo, aumento de recursos, investimento em pesquisa e divulgação científica etc. – os caminhos da investigação em comunicação se ampliaram, e o mestrado em Comunicação e Territorialidades da UFES se torna mais um ponto de chegada e de partida para novos pesquisadores interessados neste campo de estudos.

Cabe ressaltar que antes da aprovação do mestrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), ao final de 2013, outro percurso foi realizado, durante cerca de oito anos, por meio de um longo trabalho de formulação e reformulação da proposta central do curso. A primeira proposta data de 2005, e uma segunda foi criada em 2007. Um novo projeto é apresentado em 2011, sendo posteriormente reformulado, dando origem ao atual formato do Póscom. Este primeiro percurso envolveu um grupo de professores do Departamento de Comunicação Social da UFES, além de colaboradores externos. Esses professores atuaram tanto no desenvolvimento da parte conceitual do mestrado – definição do corpo docente, formulação da proposta, das linhas de pesquisas, das disciplinas, do regimento interno, etc. – como também politicamente, mantendo constante diálogo com os coordenadores de área da Capes.

Administrando desejos, necessidades e expectativas

Assumi a coordenação do mestrado ainda em dezembro de 2013, quando foram realizadas as primeiras reuniões do cole-

giado. Nesse momento, o que tínhamos como ponto de partida e como bússola era, portanto, um projeto no papel, e um grupo de dez professores. Por sorte, a parte estrutural já estava garantida: salas de aula e de coordenação, e a secretaria, localizadas junto aos programas de pós-graduação de Artes e de Arquitetura e Urbanismo, no Centro de Artes.

Para que ainda fosse possível iniciar uma turma em 2014, decidiu-se por abrir um processo seletivo o mais rápido possível. E o passo inicial foi a produção e divulgação do primeiro edital de seleção, que previa a abertura de dez vagas (assim como constava na proposta original do curso).

O primeiro processo seletivo ocorreu entre janeiro e março de 2014 e o início das aulas se deu em abril. Sendo efetivamente o primeiro ano do mestrado, com uma turma de dez alunos já tendo aulas regulares, a “cara” do programa estava sendo criada ao mesmo tempo em que as demandas acadêmicas e administrativas surgiam, incluindo um segundo processo de seleção, para a turma de 2015, o que exigiu grande esforço de todo o colegiado do curso.

As ações de visibilidade incluíram a criação de um blog e do perfil do Póscom no Facebook, para divulgação das atividades do mestrado. Foi criada ainda a logomarca, desenvolvida em parceria com a agência Ecos Júnior, do Departamento de Comunicação Social:



PÓSCOM

Programa de Pós-Graduação
em Comunicação
e Territorialidades - UFES

Também foi em 2014 que o Póscom ganhou um grande

reforço na parte administrativa: a contratação da secretária Paula Ladeira Dutra, que tem realizado um trabalho fundamental neste período de implantação do mestrado.

Instalação da comissão de bolsas para discentes, novos processos de seleção para alunos especiais, discussão e estabelecimento de regras para estágio docência, discussão e estabelecimento de regras para credenciamento de novos docentes para o Póscom, discussão e estabelecimento de regras para uso dos recursos, acompanhamento dos seminários de acompanhamento da Capes e de reuniões da PRPPG (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFES), administração da Plataforma Sucupira (um sistema que reúne dados de todos os programas de pós-graduação do país), contratação e controle de bolsas de estudo para discentes, solicitação de equipamentos e materiais de consumo, foram (e são) algumas das muitas atividades permanentes da coordenação junto à secretaria, e a partir de reuniões permanentes com o colegiado de curso.

Todavia, para além do trabalho administrativo, “burocrático”, outra demanda surgia com grande urgência: a reflexão e a discussão sobre o próprio conceito de territorialidade, e como esta noção se vincularia, teórica e metodologicamente, às primeiras pesquisas dos mestrandos (e também dos docentes). Daí a importância dos eventos acadêmicos e científicos.

Eventos: espaços de troca, discussão e visibilidade

Outras atividades que contribuem para dar visibilidade a um programa de pós-graduação são as aulas inaugurais, seminários, palestras e eventos científicos, que precisam ser periódicos. Mas são, essencialmente, espaços privilegiados de discussão de ideias e de intercâmbio entre pesquisadores.

2014

A aula inaugural do Póscom, realizada em 2 de abril de 2014, contou com a presença da professora Nilda Jacks, do programa de pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que ministrou a palestra intitulada “Territorialidade, um conceito em expansão”. O evento, realizado no auditório do Cemuni IV, no Centro de Artes, contou com cerca de 200 pessoas, sendo a maioria alunos de graduação e de pós-graduação da Comunicação. Em sua fala, Nilda Jacks contribuiu para problematizar o conceito de territorialidades, um dos principais eixos teóricos do Póscom.

Ainda em 2014, entre os dias 8 e 11 de dezembro de 2014, foi realizado o I Seminário de Pesquisas em Comunicação da UFES, que abriu espaço para a apresentação de trabalhos dos graduandos, especialmente aqueles alunos que participam de pesquisas de iniciação científica. Neste evento, além dos 10 mestrandos do Póscom, participaram com apresentação de trabalhos mais 27 alunos de graduação, além de ouvintes. Vários professores do Póscom e do Departamento de Comunicação atuaram como mediadores dos grupos de trabalhos. Também foi realizado neste evento um seminário de abertura com os professores do mestrado, com o intuito de apresentar a proposta do curso ao público em geral. Por fim, realizou-se no Cine Metrópolis uma palestra aberta ao público sobre Ciberfeminismo, com a professora Graciela Natansohn, do programa de pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Frente à boa receptividade ao evento, o colegiado do Póscom decidiu por realizar anualmente um seminário de pesquisa em Comunicação, de maneira a aprofundar discussões

teóricas e metodológicas e dar visibilidade às pesquisas desenvolvidas pelos discentes e docentes.

Outros dois eventos em 2014 foram realizados pelo professor Gabriel Menotti em parceria com o Póscom: a I Conferência Internacional Telas à Parte / Besides the Screen, entre 25 e 27 de agosto; e, no dia 19 de novembro, a palestra aberta do professor Cesar Baio, da Universidade Federal do Ceará (UFC), que discorreu sobre o tema “Vilém Flusser e a filosofia do aparato”.

2015

Em 2015, no dia 23 de abril, foi realizada a aula de abertura do ano letivo, que trouxe a professora Christa Berger (Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos / RS) para proferir a palestra “O campo da comunicação em perspectiva: da prática à crítica das práticas”. A palestra contou com a presença de cerca de 100 alunos da graduação, além dos mestrandos e professores.

Uma importante iniciativa que deu visibilidade nacional ao Póscom foi a realização do VI Musicom – Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Música no Centro de Artes da UFES, entre 5 e 7 de agosto de 2015. Apesar de se dedicar a uma área acadêmica específica, é um evento bastante amplo e interdisciplinar, que congrega diversas pesquisas que dialogam com a comunicação. Por meio de seus grupos temáticos, o Musicom consegue refletir sobre diferentes dimensões da música enquanto prática e enquanto produto cultural que constitui territorialidades e compõe nosso cotidiano. O evento teve tema “As dimensões do cotidiano na interface mídia, música e consumo”, e reuniu cerca de 120 pessoas, entre pesquisadores de todo o Brasil, mestrandos e graduandos da UFES, que participaram dos grupos de trabalho e mesas coordenadas. Destaque também

para as palestras realizadas durante o encontro: “Música popular e indústria no Brasil: uma relação problemática”, com Eduardo Vicente (ECA/USP); “Cenas musicais em Manchester”, com Fabrício Lopes da Silveira (Unisinos); e “Performance na música pop: entre cânones e apagamentos”, com Thiago Alves Soares (UFPE). Sem dúvida, ter recebido uma edição do Musicom foi uma experiência desafiadora e enriquecedora. Encontros como este, mais do que promover o intercâmbio acadêmico com colegas de outros Estados e instituições, possibilita também os reencontros e as novas parcerias. Os recursos para a realização do evento pelo programa foram obtidos junto à Proex (Pró-Reitoria de Extensão) e teve apoio da Superintendência de Comunicação e Cultura da UFES.

Dando continuidade à proposta de realização de eventos dedicados à área de concentração do Póscom, realizou-se entre os dias 4 e 6 de novembro de 2015 o II Seminário de Comunicação e Territorialidades, que também contou com a coordenação da professora Ruth Reis. O apoio logístico e financeiro do Labic e os recursos do próprio programa possibilitaram a vinda de três palestrantes convidados: os professores Javier Toret (UOC/Barcelona), que falou sobre territorialidades em rede; Frederico Tavares (Mestrado em Comunicação e Temporalidades/UFOP), que tratou sobre a delimitação de um campo de estudos para a Comunicação; e Rogério Haesbaert (Departamento de Geografia/UFF), que discorreu sobre território e territorialidade num mundo de in-segurança e contenção. Cerca de 120 pessoas participaram das atividades, que incluiu ainda apresentação das pesquisas dos mestrandos e dos docentes do programa.

O Póscom também apoiou a realização da II Conferência Internacional Besides the Screen (Telas à Parte), ocorrida entre

os dias 23 e 25 de novembro. Reunindo professores e pesquisadores nacionais e internacionais, trata-se de um evento que contribui para estabelecer vínculos com universidades estrangeiras, favorecendo o processo de internacionalização do programa, um aspecto que é bastante valorizado pela Capes.

Todas as atividades realizadas foram abertas à comunidade acadêmica e também ao público em geral, sempre envolvendo os alunos de pós-graduação e da graduação, bem como os professores que não fazem parte do colegiado do Programa, favorecendo, dessa maneira, o intercâmbio entre graduação e pós-graduação.

Reuniões nacionais

Para além das atividades dentro da universidade, em especial as reuniões dos coordenadores de pós-graduação organizadas pela PRPPG, há instâncias de nível nacional que também trazem demandas junto às coordenações de mestrados e doutorados.

Em 2014, o Póscom filiou-se à Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), que tem como objetivos fortalecer e qualificar a Pós-Graduação em Comunicação no país; promover a integração e o intercâmbio entre os Programas existentes, bem como apoiar a implantação de novos Programas. Também visa o “diálogo com instituições afins nacionais e internacionais; o estímulo à participação da comunidade acadêmica em Comunicação nas políticas do país para a área, defendendo o aperfeiçoamento profissional e o desenvolvimento teórico, cultural, científico e tecnológico no campo da Comunicação”^[1]. A Compós atualmente abriga 45 programas, e

[1]. Disponível em: http://www.compos.org.br/a_compos.php

realiza diversas reuniões ao longo do ano, além de um congresso anual.

Um evento de grande relevância ocorrido em 2015 foi o Seminário de Acompanhamento Capes, realizado na sede da instituição, em Brasília. O encontro reuniu coordenadores de pós-graduação de todas as áreas, e de todo o país, com o intuito de se discutir e definir as regras de avaliação dos programas. Trata-se, portanto, de uma instância de deliberação acerca dos rumos da pesquisa científica no Brasil.

Discentes: bolsas e estágio docência

Durante o biênio 2014/2015, dos 20 alunos matriculados no Póscom, 14 contavam com bolsas de estudo (da Fapes ou da Capes), ou seja, 70% dos discentes, favorecendo uma maior dedicação dos estudantes às suas pesquisas. Reflexo disso foi a significativa participação dos discentes em eventos científicos nacionais, em especial os congressos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), um dos maiores no campo da Comunicação Social no Brasil. Na edição de 2015, 12 alunos do Póscom-UFES apresentaram suas pesquisas em vários grupos de trabalho da Intercom.

Com parte dos recursos do PROAP recebidos pelo programa em 2015 também foi possível ajudar a custear passagens e inscrições para participação em encontros fora do ES, tanto para alunos quanto para professores do Póscom.

Ao longo de 2015 foram realizados os primeiros estágios de docência do Póscom. Ao todo, foram beneficiados cerca de 160 alunos de graduação das habilitações de Jornalismo, Publicidade e Audiovisual, por meio das seguintes disciplinas optativas ministradas pelo Departamento de Comunicação Social:

Disciplina	Mestrando	Orientador
Educomunicação e TV	Ana Paula de Souza	Edgard Rebouças
Cultura da Mídia e Fan-fictions	Brunella França	Gabriel Menotti
Análise de Redes Sociais	Jean Medeiros	Fábio Malini
Identidade, Consumo e Estratégias de Marketing na Pós Modernidade	Karina Araújo	Gabriela Alves
Questões e desafios do jornalismo contemporâneo	Marco Vito Oddo	Victor Gentili
Mídia e Direitos Humanos	Marialina Antolini	Edgard Rebouças
Música, Mídia e Indústria Cultural	Rafaela Belo	Daniela Zanetti
Laboratório de Livro-reportagem	Wagner Mantovaneli	José Antonio Martinuzzo

É importante ressaltar ainda que todos os alunos regulares de 2014/2016 realizaram suas qualificações dentro do prazo, ainda em 2015. As defesas de dissertação da primeira turma se iniciaram em novembro de 2015, de maneira a garantir o cumprimento dos prazos exigidos pela Capes. Esses dados, relativos a prazos e índices de qualidade do curso, resultam em indicativos bastante importantes para as avaliações futuras do Póscom-U-FES pela Capes, fundação do Ministério da Educação (MEC) que desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil. A cada quatro anos todos os programas de pós-graduação são avaliados, por meio de comissões representativas de cada área.

Outros critérios de avaliação dos programas incluem índices de produtividade científica e acadêmica do corpo docente, impacto social e qualidade das teses e dissertações defendidas. Os cursos com melhor avaliação possuem nota 5, 6 e 7.

Outra iniciativa do Póscom que permite preparar melhor os interessados a ingressar no mestrado é a oferta de vagas de alunos especiais, que podem cumprir uma disciplina do programa sem ter passado pelo processo de seleção de aluno regular. Nesses dois anos, foram realizadas quatro seleções de alunos especiais, tendo acolhido, no total, cerca de 50 estudantes externos.

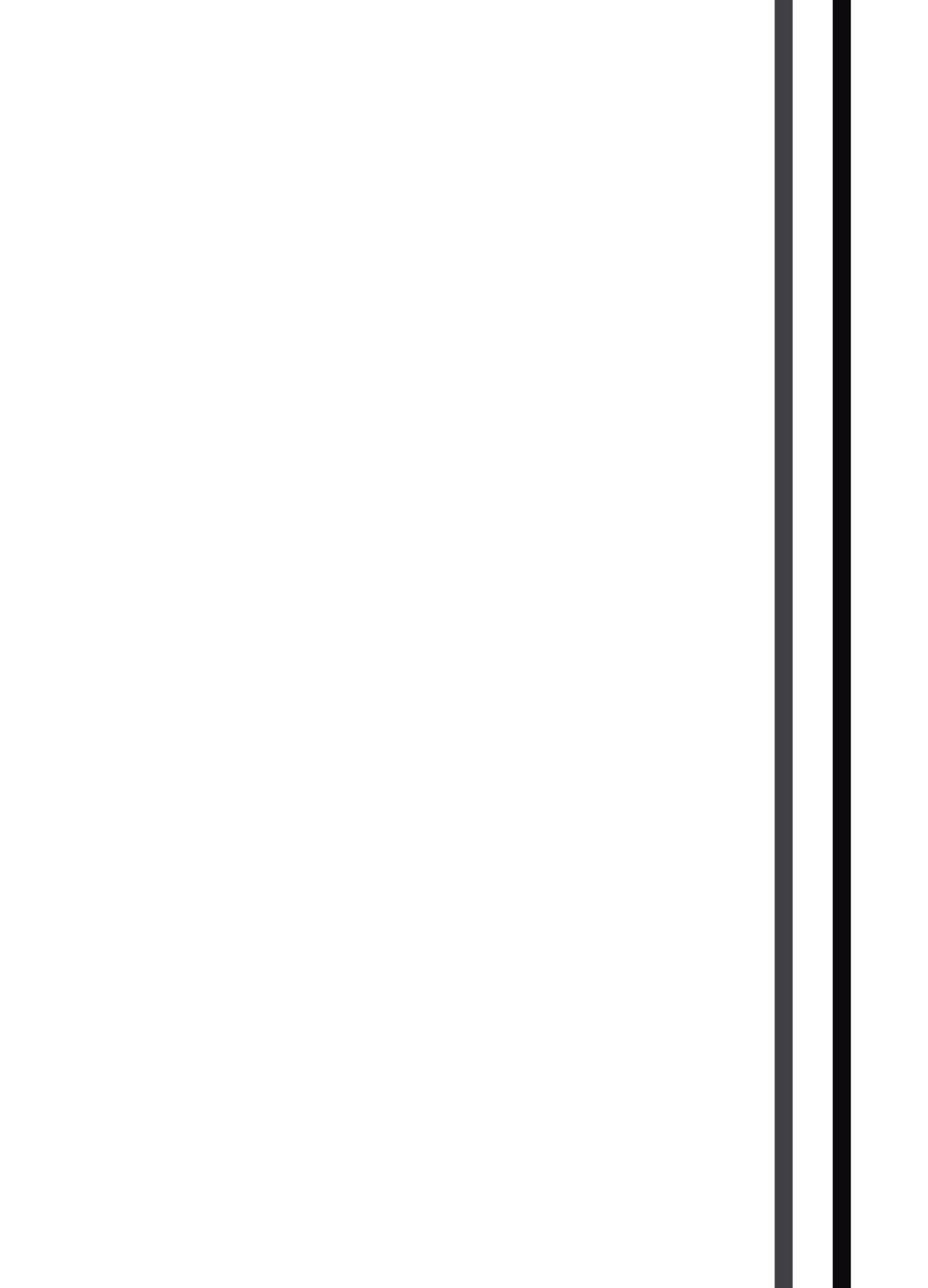
Por fim, como parte da política de ampliação do mestrado, objetivando atender a uma demanda que começou a se constituir há pelo menos dez anos, o Póscom passou a oferecer 15 vagas para alunos regulares já no edital 2015/2016. Isso possibilita que mais interessados – professores, profissionais e recém-formados que anseiam manter-se ou seguir na carreira acadêmica – possam dar continuidade a seus estudos na área de Comunicação sem ter necessariamente que sair do estado.

Como últimas considerações acerca desses dois anos iniciais à frente da coordenação do mestrado em Comunicação e Territorialidades, deve-se destacar que se trata de um programa com dois pontos fortes, para além do fato de ser o único mestrado acadêmico em comunicação do Espírito Santo: i) traz uma discussão bastante contemporânea sobre como se pensar a comunicação social a partir do conceito de territorialidade, enfatizando aspectos que dialogam com outros campos do conhecimento (ciências sociais, economia, arte, etc.); e ii) possui um corpo docente qualificado, com boa produção acadêmica, e que desenvolve projetos próprios em seus respectivos grupos de

pesquisas.

Para continuar crescendo e ir, paulatinamente, obtendo notas mais altas em suas avaliações, o Póscom precisará melhorar sua inserção nos principais espaços de discussão no campo da comunicação – no Brasil e no mundo –, se articulando às associações, desenvolvendo pesquisas de qualidade e dando visibilidade aos seus resultados em revistas de grande impacto. Também deverá investir em cooperações internacionais e intercâmbios com universidades estrangeiras.

As condições estão dadas, mas ainda há muito trabalho a ser feito. E, neste caso, trata-se de um caminho sem volta.



12 - UM ENCONTRO COM MORIN

WAGNER PIASSAROLI MANTOVANELI^[1]

[1]. Mestre em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduando em Direito pela mesma Instituição.

Um encontro com um grande autor e sua renomada obra pode ir além da mera utilidade que ele possui para fundamentar um determinado objeto de pesquisa. Um encontro com Morin, em meu caso, foi um encontro pessoal, no qual identifiquei um passado que me constitui enquanto ser humano e, concomitantemente, um encontro de um pesquisador que conhece. Há um duplo encontro com Morin, portanto: o da subjetividade que me constitui enquanto indivíduo e o do interesse objetivo de um sujeito que conhece.

O encontro da subjetividade que me constitui com minha interpretação dos textos de Morin conduziu-me a encarar esse autor como muito mais que um qualquer a ser citado em meu sistema de conhecimento. Em Morin, pude integrar parte da criança que fui no adulto que hoje sou. A criança que fui, que gostava de retirar as enciclopédias da estante e nelas permanecer horas folheando e se encantando com a enormidade de informações que lá estavam, é o mesmo adulto que hoje vai às livrarias e permanece horas retirando livros das estantes e folheando sumários e bibliografias para então decidir o que levará para casa.

Sempre enchia mais os olhos aos autores que me dissessem “tudo” da vida, que tinham um conhecimento realmente enciclopédico da realidade e pudessem me oferecer aquela mesma coisa que me encantava enquanto criança. Ao mesmo tempo, a vida civilizada foi desintegrando essa criança de mim. O próprio sistema de ensino do qual fiz parte e do qual, semelhantemente, muitos outros que a ele tem acesso fizeram parte, foi aquele que contribuiu para afastar a criança das enciclopédias e da sede de “tudo” conhecer.

As instituições de ensino das quais fiz parte me encaixotaram em um mundo de separações, que, em minha mente, pa-

reciam em muito divergir do mundo de A a Z das enciclopédias. Tais instituições passaram a me ensinar a vida em divisões muito claras: a cada hora da qual o professor ganha pelo seu trabalho exercido, aprendia a Língua Portuguesa, a Literatura, as Artes, a História, a Geografia, a Matemática, a Física, a Química, a Biologia etc. Obviamente, não me parecia ser o mesmo mundo da enciclopédia. Era um mundo organizado por disciplinas, temáticas a serem tratadas em horários específicos.

Cheguei ao final do ensino médio já com a pressão da escolha, da decisão, para poder rumar a um curso universitário. Mas dentro do ensino superior parecia ser tão mais massacrante que dentro do ensino médio. Era necessário largar de vez a criança da enciclopédia e escolher um rumo, sobretudo já pensando naquilo que poderia trazer futuramente frutos financeiros. Esquecer de vez essa criança para se tornar um adulto Engenheiro, Advogado, Médico, Dentista e, se nada ficar decidido, buscar refúgio em uma faculdade como a Comunicação Social.

Era o meu sentimento dentro do curso que havia escolhido – a Comunicação – e percebia que era também o de muitos colegas. Ali parecia ser o antro dos indecisos, dos confundidos, dos enganados. Com o passar do tempo, cada vez mais o mundo e meus questionamentos sobre ele me ensinavam que isso não era uma exclusividade do curso que escolhi, da Comunicação Social, pois também havia tantas outras escolhas onde se refugiavam os indecisos: a Sociologia, a Antropologia, as Ciências Políticas, a Química, a Física, a Matemática; enfim, cursos que o mundo local onde vivi via como cursos para se tornar professor, pois não havia outra opção para quem os escolhesse. Na geração de nossos pais, e na visão deles, tratava-se até mesmo como erro teratológico optar por um curso como esses.

Pois bem, apesar disso, o tempo nos ensina a administrar as incertezas da vida. Mas eu, particularmente, não me contentei em permanecer administrando o caos de tudo aquilo que via e que me constrangia. Estava, de fato, determinado a buscar um sentido para aquilo tudo. Entre estudar para as disciplinas de Comunicação e conseguir manter o nível de estudante que sempre fui, também procurava buscar o entendimento de toda a confusão gerada por essa trajetória dentro de um sistema educacional. Nunca lia apenas os livros para me tornar publicitário; gostava de arriscar-me em filósofos, sociólogos, antropólogos diversos que, cada vez mais, instigavam-me a ter certeza de que realmente algo de errado tinha em toda essa experiência passada.

Essa mesma dúvida foi o que, dentre outros fatores, levou-me a um mestrado e a me interessar pela docência, pois sempre via em meus professores as figuras mais sensatas para se buscar a solução de toda essa confusão. Tanto na conclusão da graduação, quanto na do mestrado, tive a oportunidade de ter a inspiração e matriz intelectual necessária para resolver grande parte de meus conflitos sobre como tudo era tão enciclopédico, mas ao mesmo tempo era tão disperso e fragmentado, em disciplinas e em um mundo do trabalho também extremamente disciplinado e recortado, dividido, pré-moldado para alguém nele ter de se adaptar. Para tudo isso contei com um grande mentor, o eminente Professor Doutor José Antonio Martinuzzo.

Eu não parei até sentir que havia me reencontrado com a criança da enciclopédia, em meados do mestrado, quando temos, ao contrário do mundo do trabalho, tempo reservado para refletir sobre tudo isso que aí está. Aqui mora o meu primeiro encontro com Morin. E, com a mesma mania de retirar livros

das estantes, fui, um dia, despretensiosamente, gastar tempo na livraria. Ali puxei um conjunto de livros, que iam do tomo 1 ao 6, intitulados O Método. Como a criança da enciclopédia, eu me encantava com enormes obras de autores, divididas em tomos, e que, de uma vez só, preenchiam um grande vazio na estante.

Abrindo o primeiro tomo (O Método 1: a natureza da natureza), o título já me tomava de assalto, visto que percebi que esse autor não se contentava em saber somente sobre a natureza, ele queria ir além dela. Em sua Introdução Geral, intitulada “O espírito do vale”, entretanto, minha ansiedade pelo “tudo” conhecer foi-se dirimindo, pois Morin me ensinava sobre os limites e impossibilidades do próprio conhecimento ao passo que, ambiciosamente, colocava no horizonte a necessidade por uma scienza nuova, isto é, uma ciência que possa se alimentar da produção virtuosa do infernal círculo formado pela reunião de todos os saberes. Da física à “antropossociologia”, Morin pretendeu reconhecer o impossível, mas também fazer emergir a possibilidade de um conhecimento consciente de si mesmo.

Do reconhecimento da impossibilidade do saber enciclopédico, ou seja, daquele saber acumulativo e que a tudo pretende englobar, ele reconhece agora sua possibilidade, porém em outro sentido: “ele deve ser entendido no sentido originário agkuklios paidea, aprendizagem que transforma o saber em ciclo; trata-se de en-ciclo-pediar, ou seja, aprender a articular os pontos de vista separados do saber em um ciclo ativo” (Morin, 2013, p. 33). Não se trata, portanto, agora, de englobar todo um saber, fechá-lo em um sistema unitário, como se toda a amplitude do real, em sua complexidade, pudesse ser capturada por aquele que a conhece. Reconhecendo tal impossibilidade, segue os ensinamentos de Adorno, que já dizia: “a totalidade é a não

verdade”. “Todo sistema que pretende encerrar o mundo na sua lógica é uma racionalização demente” (Morin, 2013, p. 33).

Morin queria, ao avançar para além do já conhecido, entender e propor uma organização do saber. Para ele, entretanto, se organizamos, é necessário entender antes do que se trata organizar. Qual a semântica que damos e devemos dar à organização? Assim ele responde sobre suas ambições em os 6 tomos de O Método: “a aposta teórica que faço neste trabalho é que o conhecimento do que é a organização poderia se transformar em princípio organizador de um conhecimento que articularia o que está separado e tornaria mais complexo o simplificado”. Ao mesmo tempo, ele assume: “os riscos científicos que eu corro são evidentes. Não são tanto erros de informação (...). Mas, sobretudo, meu caminho sem caminho corre o risco permanente de se perder entre o esoterismo e a vulgarização, filosofismo e cientificismo” (Morin, 2013, p. 33).

Seu método, portanto, é, ao mesmo tempo, um anti-método. Ele parte da recusa à simplificação do conhecimento, (que reinou e ainda reina durante minha caminhada pelo sistema de ensino), isto é, daquele conhecimento que idealiza, que racionaliza, que normaliza (Morin, 2013), para ir em busca de um conhecimento que se assuma em sua complexidade (que não se iguala à confusão ou à incerteza, mas trata-se do que é tecido em conjunto, do uno e do múltiplo, da ordem e da desordem em relação recursiva).

“O que ensina a aprender é o método”, escreve Morin (2013, p. 35). Com a recusa consciente da simplificação, ele continua: “eu não trago o método, eu parto em busca do método”. O método (ou caminhada), para Morin, “só pode se construir durante a pesquisa; ele só pode emanar e se formular depois, no

momento em que o termo transforma-se em um novo ponto de partida, desta vez dotado de método” (2013, p. 36). O método, repetindo, é que ensina a aprender. A experiência de ir em busca dele é que nos leva a um ponto de chegada, que, por sua vez, já dotado do aprendizado do método, transforma-se em ponto de partida novamente... Essa circularidade é que garante a produção virtuosa do conhecimento, dotado de imposições e também de emergências.

O que o conhecimento multi, inter, transdisciplinar dentro das Universidades pretende no ato de buscar recurso em outra ciência, talvez seja um lampejo ao perceber que o insulamento disciplinar pode perder a sua capacidade, com o tempo, de auto-crítica. Essa busca de uma ciência, ao emaranhar-se em outra ciência, nada mais parece ser do que sinal de que há algo ainda a ser descoberto; haveria algo muito maior do que os conceitos, já dogmatizados pela incapacidade crítica, pretendiam abranger. Há algo que tal disciplina não deu mais conta de entender, que precisa ser buscado em outra disciplina, para arejar e ampliar o escopo do conhecimento, pondo-o novamente em uma dinâmica circular.

Talvez o que aconteça hoje com a ciência da comunicação é exatamente essa busca constante do entendimento da complexidade da qual faz parte e, ao mesmo passo, produz a comunicação, objeto tão difícil (ou até mais) de se compreender quanto a sociedade, o homem e a própria ciência. Como observou o próprio Morin (2013), para quem o poder está escondido e a comunicação é serva, o controle fez desaparecer a riqueza da organização comunicacional. A informação, do mesmo modo, ocultou a problemática dos aparelhos (MORIN, 2013). A visão simplista das coisas do mundo destruiu o reino da organização

e de sua complexidade. E se não fosse serva a comunicação? “Pode-se imaginar, conceber, esperar uma organização em que a comunicação comanda, ou seja, uma comunidade da comunicação?” (MORIN, p. 312, 2013). Morin trata de nos advertir: “saibamos desde já que toda esperança é tola, se ignora que, por trás da comunicação social, há o comando por aparelhos, ou seja, a ligação confusa e desconhecida entre comunicação e dominação”. Ao mesmo passo, não deixa de considerar as emergências: “saibamos também desde já que é no desenvolvimento cada vez mais existencial e subjetivo da comunicação que aparece esta emergência antropossocial: o amor. (...) O amor faz comunicar e une o que, de outro modo, não se encontraria jamais...” (MORIN, p. 312, 2013).

A comunicação, portanto, é um objeto complexo, apresenta uma dupla contingência de imposições e emergências. Quando diz que o controle ocultou o problema da organização comunicacional, quer dizer que a maneira holística de se conceber o controle, como total dominação, passou a entender o mundo como uma caixa preta, um *black-box* cibernético, de onde só se conhece *inputs* e *outputs*. Adentrar essa caixa preta e descobrir sua organização foi tarefa que a própria teoria do controle de tudo e de todos acabou por não fazer. Cessou de se perguntar: o que é o controle? Da mesma maneira, a reflexão sobre a informação cegou-nos sobre os grandes aparelhos de controle. Como exemplo, podemos ter que a já assumida “Sociedade da Informação”, que cada vez mais mostrou-se reticente a se perguntar “o que é a informação?”, lastreou um mundo “novo”, onde muito do “novo”, em verdade, vem se mostrando cada vez mais velho...

Meu segundo encontro com Morin, que não se separa do

primeiro, pois ocorre ao mesmo tempo e com ele forma uma unidade, foi o encontro do sujeito que conhece um determinado objeto. Meu segundo encontro é o encontro do pesquisador iniciante, que buscava resposta a já outros questionamentos, que dizem respeito ao tratamento científico de conceitos. O que é a comunicação? O que é a territorialidade? Morin me ajudava a responder essas questões ao mesmo tempo em que me respondia o que era a vida e o que era conhecer. O que é esse “tudo” que tanto procurava?

Com os primeiros ensinamentos de Morin em mente, pude dar resposta a todas essas perguntas e a perceber para além. A comunicação, elemento fulcral para a organização da sociabilidade e da subjetividade, busca na territorialidade novos ares. Busca na Geografia a possibilidade de criticar-se e continuar a entender o papel de seu objeto – a comunicação – na organização do existir. A comunicação organiza, molda, situa. E a territorialidade é o fenômeno que quer nos evidenciar tal organização, que tem pés no chão do território demarcado por indivíduos em suas práticas cotidianas e em seus exercícios de poder. Temos de nos voltar a indagar, entretanto, (mais do que indagar o que é territorialidade) o que é a comunicação. Todavia, conhecer a territorialidade torna-se condição para se conhecer a comunicação. A territorialidade pode ser encarada, nesses primórdios de contato científico, como nossa muleta, que ajuda a manter de pé o doente que resiste à enfermidade. O doente que aqui me refiro é a própria Comunicação, enquanto objeto complexo que é e suscetível a uma enxurrada de teorias que, a todo momento, surgem como modas meteóricas, como se referiram Mattelart e Mattelart (1999), onde se buscam chavões para descrever a realidade. Espera-se que a territorialidade não seja mais

uma moda, mas, como disse, uma condição para conhecer a comunicação em sua complexidade, ampliar seu escopo e pô-la em circuito novamente com o saber acumulado em outras ciências.

Aprendi, além disso, que o “tudo” que procurava jamais seria encontrado. Tratava-se da própria impossibilidade. Eu, dentro de um determinado método buscado, poderia ter apenas um “todo”, apesar de a todo tempo refletir e manter abertas as possibilidades de crítica e de emergência desse todo frente às incertezas e limites do conhecimento que o constrói. E esse segundo encontro com Morin, que ao mesmo tempo que me integrou à criança da enciclopédia, fez o adulto, pesquisador neófito que dela resultou tentar ir além e entender, junto com Morin, que tudo não se pode conhecer, mas o todo ainda permanece vivo. O todo, relacionado e refletido em suas partes, não meramente conforma a soma dessas partes. A realidade que o contempla pode ser mais ou menos que a soma de tais partes. Pensar o todo, portanto, é pensar que há contingências que não o transformam em um sistema bruto e impenetrável. O todo está sempre aberto às contingências, pois o próprio saber não é capaz de, em seus limites, reduzir um todo a tudo que existe. Seria fazer o exercício de simplificação, que a todo o momento devemos tentar escapar.

Volto a enfatizar: meu primeiro encontro não se separa do segundo encontro com Morin. Os dois conformam um só. O primeiro, que integrou a criança no adulto que sou, está recursivamente associado ao segundo, do sujeito que conhece, e busca um método. É necessário que o sujeito se integre, cada vez mais, nos sistemas de conhecimento que cria. A separação cartesiana de *ego cogitans* e *res extensa* talvez não deveria ter sido entendida como uma “separação” de fato. Assim como atribuiu-se à

Montesquieu a “separação” dos poderes do Estado, quando a interpretação moderna da dita “separação” advertiu que tal separação é fundamento do fato de que um poder sirva de controle ao outro, que observe e “freie” o outro, apesar de reconhecidas as autonomias. Um vigia as ações do outro, possibilitando o governo, pondo peias ao poder e evitando, portanto, a tirania. Assim, a obra de Descartes não se confunde com os problemas gerados pelo cartesianismo; como a obra de Marx, por exemplo, não se confunde com o marxismo e seus vícios. Morin, que critica os danos causados pelo cartesianismo no sistema de ensino, faz questão de iniciar O Método com uma citação de Descartes (Lettre à Mersenne), antes mesmo da Introdução Geral, que diz: “eu ficarei bem satisfeito se os que quiserem me fazer objeções não se apressarem, e se eles se esforçarem para entender tudo o que eu escrevi antes de me julgarem por uma parte: pois o todo se sustenta e o fim serve para demonstrar o começo.” Há em Descartes, portanto, assim como há em qualquer outro autor, a possibilidade de uma interpretação complexa.

A “separação” pretendida entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido, mostrou-se, com o tempo, em verdade, uma relação complexa, sobretudo na obra de Morin. O sujeito deve ter consciência de que aquilo que fabrica em forma de ciência deve ser um todo metódico e auto-criticável ao mesmo tempo. São dois sistemas que se interpenetram aqui: aquele do sujeito, com suas ideias próprias acerca da vida, o senso comum trazido da prática cotidiana e, inclusive, da influência do mundo midiático; e aquele do objeto, também um sistema aberto a diversas interpretações, do qual depende, por sua vez, do sistema do sujeito.

A trajetória de pesquisa, por fim, tende a revelar muito da

própria subjetividade do sujeito. E ter consciência disso é, finalmente, poder produzir um conhecimento que tenha condições de ter consciência sobre si próprio. O primeiro encontro com Morin é o do reconhecimento da influência do eu na produção do conhecimento. O segundo é uma complementaridade, e, ao mesmo tempo, uma busca do método, que só se faz pelo sujeito cognoscente e consciente daquilo que o limita: seus preconceitos, seu contexto social, os paradigmas aos quais está sujeito etc. O sujeito que toma consciência dos limites que os cercam é condição indispensável para um pensamento que tenha capacidade de controlar a si próprio, de se organizar, e não se autonomizar do próprio sujeito ante a infinidade que tece a complexidade do real. Disse Morin:

“Por que falar de mim? Não é decente, normal, sério que, tratando-se de ciência, de conhecimento, de pensamento, o autor se apague em sua obra e se dissipe em um discurso tornado impessoal? Nós devemos, pelo contrário saber que é aí que começa o teatro. O sujeito que desaparece em seu discurso se instala na verdade na Torre de Controle. Fingindo deixar lugar ao sol copernicano, ele reconstitui um sistema ptolemaico no qual seu espírito é o centro” (Morin, 2013, p. 38).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MORIN, E. *O método I: a natureza da natureza*. 3. ed. Tradução de Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MATTELART, A.; MATTELART, M. *História das teorias da comunicação*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1999.

